

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E CULTURA

CLAUDIA CRISTINA FIN

**DESVELANDO A PERIFERIA: FICÇÃO E HISTÓRIA EM *CAPÃO PECADO*, DE
FERRÉZ**

CAXIAS DO SUL

2020

CLAUDIA CRISTINA FIN

**DESVELANDO A PERIFERIA: FICÇÃO E HISTÓRIA EM *CAPÃO PECADO*, DE
FERRÉZ**

Dissertação de Mestrado apresentada como
requisito parcial para obtenção do grau de Mestre
em Letras e Cultura pela Universidade de Caxias
do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Miranda Alves
Coorientadora: Profa. Dra. Natalia Borges Polesso

CAXIAS DO SUL

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

F491d Fin, Claudia Cristina

Desvelando a periferia [recurso eletrônico] : ficção e história em Capão
pecado, de Ferréz/ Claudia Cristina Fin. – 2020.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de
Pós-Graduação em Letras e Cultura, 2020.

Orientação: Marcio Miranda Alves.

Coorientação: Natalia Borges Polesso.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Literatura brasileira - Ficção - Crítica e interpretação. 2. Marginalizados
na literatura. 3. Periferia. 4. Ferréz, 1975-. I. Alves, Marcio Miranda, orient. II.
Polesso, Natalia Borges, coorient. III. Título.

CDU 2. ed.: 821.134.3(81)-31.09

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Carolina Machado Quadros - CRB 10/2236

DESVELANDO A PERIFERIA: FICÇÃO E HISTÓRIA EM *CAPÃO PECADO*, DE FERRÉZ

Claudia Cristina Fin

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras e Cultura, Área de Concentração: Estudos de Linguagem, Literatura e Cultura. Linha de Pesquisa: Literatura e Processos Culturais.

Caxias do Sul, 7 de outubro de 2020.

Banca Examinadora:

Dr. Márcio Miranda Alves
Orientador
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Aline Conceição Job da Silva
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Cristine Fortes Lia
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Lucía Tennina
Universidade de Buenos Aires

Dra. Natália Borges Polesso
Universidade de Caxias do Sul

Este trabalho é dedicado a todos os jovens pobres que tiveram suas vidas silenciadas pela negligência da sociedade brasileira e do Estado e a todos os jovens pobres que resistem à negligência da sociedade brasileira e do Estado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu parceiro de todas as horas, Germano Weirich, por atravessar ao meu lado esse caminho tão importante na minha formação profissional e pessoal.

À turma dezesseis + um pelas trocas sobre os fazeres da pesquisa, das risadas e tristezas compartilhadas, dos bons papos filosóficos dentro e fora do espaço acadêmico que contribuíram no meu processo de construção dos saberes durante esse percurso.

Aos ouvidos acolhedores dos amigos e à minha família estendida que me auxiliou nos cuidados com meus filhos durante esse processo, também fica o meu agradecimento.

Aos meus orientadores, minha gratidão pela generosidade em todos os momentos dessa caminhada. Vocês já fazem parte da minha história.

*“Era só mais um Silva
que a estrela não brilha
Ele era funkeiro
mas era pai de família”*

MC Marcinho

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as representações da periferia no romance *Capão pecado*, de Ferréz, como fonte histórica, partindo dos campos da crítica literária e da corrente historiográfica da Nova História Cultural (NHC) que defendem as aproximações entre Literatura e História. Esta obra de Ferréz, assim como as demais produções do autor, está inserida dentro de um movimento cultural que cunhou para si a expressão de “literatura marginal”, produzida por escritores da periferia. A periferia e toda a sua órbita são o fio condutor do romance, bem como de grande parte das obras que compõem esse movimento cultural. Problemáticas sociais e suas relações de causalidade com os processos de cidadania inconclusos no Brasil conduzem o leitor a refletir sobre a complexidade desse lugar cunhado como periferia. Ao analisar esse texto literário pela perspectiva de fonte histórica, busca-se evidenciar como a ficção literária pode desvelar os abismos sociais ainda latentes na sociedade brasileira atual.

Palavras-chave: Literatura marginal. História. Fonte histórica. *Capão pecado*. Ferréz.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the representations of the periphery in the novel *Capão pecado* as a historical source from the fields of literary criticism and the historiographical current of New Cultural History (NCH) that defends the approximation between Literature and History. Ferréz's novel, *Capão pecado*, as well as the author's other productions, is part of a cultural movement that coined for itself the expression of "marginal literature", produced by writers from the periphery. The periphery and its entire orbit are the guiding thread of the novel, as well as the guiding thread of most of the works that make up this cultural movement. Social problems and their causal relationships with unfinished citizenship processes in Brazil lead the reader to reflect on the complexity of this place coined as periphery. When analyzing this literary text from the perspective of a historical source, it will be sought to show how literary creation can unveil the social gaps still latent in Brazilian society today.

Keywords: Marginal literature. History. Historical source. *Capão pecado*. Ferréz.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	OS DIÁLOGOS ENTRE A HISTÓRIA A LITERATURA.....	18
2.1	O LUGAR DA LITERATURA NA CIÊNCIA HISTÓRICA.....	19
2.2	A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA	26
3	EXPRESSÕES MARGINAIS NA LITERATURA.....	36
3.1	ESCREVER SOBRE A MARGEM: DÉCADA DE 1970	45
3.2	ESCREVER DA MARGEM: OS ESCRITORES DA PERIFERIA	57
4	<i>CAPÃO PECADO</i> COMO ESPELHO DAS DESIGUALDADES	70
4.1	A NARRATIVA COMO PECADO	76
4.2	O PASSADO QUE ECOA NO PRESENTE.....	84
4.3	A REJEIÇÃO AO OUTRO	89
4.4	DO OUTRO LADO DA PONTE	96
5	CONCLUSÃO	111
	REFERÊNCIAS	117

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre a literatura marginal dos escritores da periferia¹ está presente e estabelecida no âmbito acadêmico. Algumas pesquisas importantes que corroboram o nosso entendimento sobre esse movimento, no qual está inserido o romance *Capão pecado*, merecem ser destacadas: *Literatura marginal: os escritores de periferia entram em cena*,² de Érica Peçanha do Nascimento (2006); *A literatura marginal periférica nos movimentos sociais em rede*,³ de Gracinda Vieira Barros (2017); e *Ferréz e a literatura marginal: literariedade em discussão em Capão pecado e Manual prático do ódio*,⁴ de Laís Mendes Botelho das Neves (2013). Apesar da existência de um grande número de estudos sobre escritores da periferia que produzem literatura marginal e suas obras, incluindo a obra *Capão pecado* (2000) e o seu autor, até o momento não se tem conhecimento de produção acadêmica voltada ao estudo desta obra como fonte histórica.

A escolha dessa obra literária está relacionada a alguns fatores, tais como: o sucesso no mercado editorial desde seu lançamento nos anos 2000; a temática abordada na obra, que versa sobre o cotidiano de jovens moradores de uma periferia circundada pela violência, pelas drogas e pela negligência do Estado; o entrecruzamento da temática abordada no romance às declarações do autor sobre as suas vivências dentro da periferia Capão Redondo, na cidade de São Paulo, que são semelhantes às vivências das personagens da obra; a variação linguística utilizada pelo escritor para dialogar com seu leitor e o movimento cultural crescente dos artistas periféricos, em especial os escritores, sendo Ferréz um dos protagonistas desse movimento. A escolha da análise dessa obra literária como fonte histórica também está relacionada com o sucesso midiático dessa literatura marginal e do próprio autor, morador da periferia, em diferentes veículos de comunicação, entre eles os jornais de grande relevância para o universo jornalístico da região sudeste do Brasil, nos anos 2000, como a *Folha de São Paulo*, por exemplo, quando a obra foi lançada pela primeira vez.

¹ A expressão de literatura marginal dos escritores da periferia foi usada na dissertação de mestrado de Érica Peçanha do Nascimento (2006) como diferenciação da literatura marginal produzida na década de 1970 e será adotada nessa pesquisa com a mesma intenção.

² Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

³ Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

⁴ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

O teor das entrevistas de Ferréz acerca da obra e das análises críticas sobre ela dá conta de que o ficcional e o real se entrelaçam em uma teia que incita o investigador a tentar desvendar, por meio de diferentes aportes teóricos, as aproximações e os distanciamentos entre a ficção e a realidade. Um contexto em que o autor, a obra e sua recepção convergem para uma virada no mercado literário na medida em que ressignificam o alcance e o consumo da literatura, bem como a produção literária marginal produzida por escritores da periferia e o público consumidor, tornando-se um objeto riquíssimo de análise.

É importante salientar que a virada no mercado literário citada no parágrafo anterior pode ser relacionada ao que Heloísa Buarque de Hollanda (2014) define, no seu texto intitulado *Literatura marginal*, como “mudanças estruturais no sentido de sua criação e divulgação”. A autora destaca que a literatura marginal vem ocupar um espaço de resistência e debate de sua função social, denunciando as intolerâncias em um espaço democrático que negligencia parte de sua comunidade e cultura, resgatando a tradição cultural do Brasil, que está relacionada com uma produção literária vinculada a um compromisso social.

Antonio Candido (1976), em sua obra *Literatura e sociedade*, defende a ideia de que texto e contexto devem se fundir para a compreensão necessária da obra literária. Destacamos que Candido (1976) valora a análise da obra literária numa perspectiva de sistema literário que elenca autor, obra e público, recusando de forma categórica as análises que dão conta de colocar o contexto social como objeto principal, embora não separe o contexto social da obra para sua análise literária.

A partir da relação entre autor, obra e público, destacamos que Ferréz é um dos moradores do distrito Capão Redondo, localizado em São Paulo (SP) e conhecido como um dos territórios mais violentos da cidade, sendo o título do romance uma alusão ao nome da favela onde Ferréz cresceu e vive atualmente. Ademais, sabe-se que o autor, Reginaldo Ferreira da Silva, que adotou como nome artístico Ferréz – uma combinação híbrida de Virgulino Ferreira e Zumbi dos Palmares, símbolos de resistência de grupos minoritários –, é um dos grandes expoentes da literatura marginal produzida por escritores da periferia.

A título de conhecimento, é importante constar que a geografia da violência levantada pelo veículo jornalístico *Folha de São Paulo*,⁵ em 12 de outubro de 2017, apontou o mapa da

⁵ Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/mapa-da-morte/introducao/mapa-da-morte-em-sp-vai-da-suecia-ate-o-mexico-locais-dos-crimes-se-repetem.shtml>. Acesso em: 3 set. 2019.

morte em São Paulo a partir de fontes da Secretaria Pública de São Paulo, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes – UNODC e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública no ano de 2016. De acordo com a pesquisa, Capão Redondo foi considerado, nesse período, o 5º (quinto) distrito mais violento de São Paulo, sendo que o mapeamento não considerou as mortes ocorridas por confronto policial. É importante salientar que a cidade de São Paulo é a mais populosa do país, com 11.253.503 de habitantes, conforme censo de 2010.⁶

Ferréz tornou-se reconhecido no campo literário e editorial com o lançamento da sua obra *Capão pecado* (2000), segunda obra literária publicada pelo autor. Sobre a obra e sua recepção, Érica Peçanha do Nascimento afirma:

Um romance baseado nas suas experiências sociais como morador de um dos bairros do distrito de Capão Redondo, localizado na zona sul de São Paulo. O romance não foi saudado como acontecimento literário, tampouco foi lançado sob o aval de algum crítico renomado, mas movimentou o interesse da imprensa que buscou evidenciar mais os aspectos sociológicos relacionados à produção do que as características da própria obra. (NASCIMENTO, 2006, p. 15).

Capão pecado (2000) saiu de Capão Redondo, inseriu-se no campo editorial, absorveu e foi absorvido por diferentes leitores e se tornou objeto de diversos artigos e projetos de pesquisa na academia. Ferréz levou *Capão pecado* (2000) ou *Capão pecado* (2000) levou Ferréz a atravessar fronteiras.

A obra ultrapassou o primeiro selo editorial e migrou para o segundo com nova edição, que informa ao leitor, já em sua capa, que vendeu mais de 100 mil exemplares. Do primeiro lançamento até a última edição, a obra sofreu modificações desde a capa até a organização da narrativa, fatores que dizem muito sobre o alcance de *Capão pecado* (2000) no mercado editorial.

Em uma entrevista concedida para o *Jornal Cândido*, da Biblioteca Pública do Paraná,⁷ Ferréz é questionado sobre o gênero da obra *Capão pecado* (2000):

Há alguns anos a literatura brasileira viveu uma onda de autoficção, livros que retratavam, em maior ou menor grau, experiências do próprio autor. *Capão pecado*, logicamente, fala sobre a sua realidade. Você considera seu primeiro romance um livro de autoficção?

– Nem a pau, o livro é ficção, e claro tem um pedaço de mim ali, mas tem muitas vidas de outros e muita história também criada. Autoficção deixa pra quem sabe fazer bem, como o Ricardo Lísias. Quando fiz *Capão pecado*, tava numa crise foda, desempregado, passando dificuldade, então é um livro que só existe pela teimosia. Nunca pensei nele por esse lado. Peguei amigos como

⁶ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: 3 set. 2019.

⁷ Disponível em: <http://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Entrevista-Ferez>. Acesso em: 3 set. 2019.

referência para os personagens, mas mutilei suas vidas e ficcionalizei quase tudo. É um livro de um menino que queria ser escritor, um menino que não conseguia dormir à noite por causa da troca de tiros. Pior que vendo assim, talvez você tenha razão. (FERRÉZ, [2015?], não paginado).

A resposta de Ferréz ao questionamento demonstra as aproximações e distanciamentos entre o real e o ficcional dentro da narrativa. O cotidiano da periferia narrado na obra e o cotidiano do autor, por vezes, parecem se entrecruzar. O jogo de linguagem do título da obra evocando a periferia que o autor reside e onde a narrativa ficcional acontece suscitou interesse no mercado editorial e nos leitores em compreender a fronteira desse romance. Ferréz sempre afirmou ser ficção, mas as experiências do autor dentro do Capão Redondo permeiam a imaginação dos leitores, como podemos identificar na citação acima. Após o lançamento e o sucesso da obra *Capão pecado* (2000), o escritor Ferréz ultrapassou as barreiras do campo literário e tornou-se uma referência social dentro da comunidade de Capão Redondo.

As temáticas abordadas na obra, por meio de uma linguagem carregada de gírias, versam sobre os distanciamentos existentes entre os moradores das zonas periféricas e os moradores da área central. Algumas questões presentes na obra, tais como preconceito social, inserção no mercado de trabalho, violência, violência institucionalizada, vulnerabilidade social, podem ser verificadas também em fontes jornalísticas, de que são exemplo as seguintes: “Na busca pelo 1º (primeiro) emprego, distância e preconceito viram obstáculos a jovens da periferia de SP”, publicada na página do *site* G1 (SP), em 21 de junho de 2019; “Mortes de jovens negros nas periferias de São Paulo são um problema histórico”, publicada no *site* do jornal da USP, em 2 de outubro de 2018; “Violência na periferia de SP cresce seis vezes mais que na área central”, publicada pelo *site* da *Folha de São Paulo*, em 13 de setembro de 1999; “Capão Redondo lidera *ranking* de violência contra a mulher em São Paulo”, publicada pelo *site* da *Folha de São Paulo*, em 9 de setembro de 2019, entre outras.

Podemos destacar que as representações da periferia no romance apontam para diversas análises possíveis no âmbito dos estudos da Literatura e da História. Maria Teresa de Freitas (1986, p.01) considera a Literatura e a História como “espelhos da Humanidade” e questiona as fronteiras desses conhecimentos, aproximados e distanciados de tempos em tempos. Do ponto de vista da autora, quando lançados os questionamentos sobre os campos da Literatura e da História, ficam evidentes as aproximações entre as áreas e a “fragilidade de suas fronteiras”. Para Tzvetan Todorov, (2007, p. 22), “a literatura não nasce do vazio, mas no centro de um conjunto de

discursos vivos, compartilhando com eles numerosas características: não é por acaso que, ao longo da história, suas fronteiras foram inconstantes”.

O texto literário analisado atravessa as relações amorosas e descreve algumas temáticas que denunciam as condições sociais da juventude na periferia. A trajetória de Rael conduz o leitor ao universo de *Capão pecado* (2000) e anuncia, na abertura do romance, que a periferia vai falar sobre si por meio da escrita, ainda que o sistema não escute: “Querido sistema, você pode até não ler, mas, tudo bem, pelo menos viu a capa” (FERRÉZ, 2000).

A periferia é a protagonista do romance. Dentro dela e por meio dela é que os eixos temáticos são construídos. As personagens movimentam-se entre as esquinas, vielas, praças, bares, igrejas, pequenos comércios, barracos. As paisagens urbanas descritas na obra levam o leitor a refletir sobre uma outra sociedade brasileira, baseada em ausências estruturais que impõem às personagens outros modelos de sobrevivência.

A periferia também fala sobre uma identidade cultural que acompanha suas personagens na obra, como a variedade linguística, conhecida como gíria e que se estabelece na construção narrativa como um pacto de comunicação entre as personagens presentes nesse lugar “periferia”. As gírias presentes na obra sintetizam situações de violência, negligência, afetos e desaletos que, por vezes, se tornam óbvias para o leitor morador da periferia, apreciador de estilos musicais como o *Hip Hop*, mas que provoca o “outro” – o leitor alheio a esse universo –, visto que o tom irônico e pessimista da narrativa pode causar estranheza a grupos sociais diferentes.

O movimento da Literatura marginal e um dos seus precursores, Ferréz, são considerados um marco no movimento da Literatura brasileira também porque suas produções literárias são articuladas dentro do espaço social da periferia, ou seja, a periferia é o espaço social de onde esses autores apreenderam e apreendem as suas vivências cotidianas, no caso de Ferréz, mas não somente, o autor nunca abandonou esse espaço social como morada. Nesse sentido, o desafio da nossa pesquisa é analisar as representações da periferia no romance e identificar elementos que revelem a vida social desses agentes moradores da periferia, investigando-os como sujeitos de sua própria narrativa.

O objetivo geral desta pesquisa, portanto, é investigar as representações das periferias no romance *Capão pecado*, buscando alcançar no contexto da obra elementos que nos permitam problematizar alguns dos abismos sociais existentes no Brasil e também revelar outras perspectivas sobre essas periferias, identificando, dessa forma, o romance como uma fonte

histórica. Como objetivos específicos, enumeramos os seguintes: a) identificar algumas correntes historiográficas que defendam a aproximação da ciência histórica com outras áreas do conhecimento; b) organizar de maneira linear o caminho percorrido pela ciência histórica e sua aproximação com a literatura; c) contextualizar os movimentos da literatura marginal na História da Literatura no Brasil, identificando as aproximações e os distanciamentos entre os movimentos; d) investigar no romance elementos da escrita ficcional como fonte histórica, seja na representação das personagens e seus destinos, seja na representação da periferia enquanto margem.

Ao investigar as personagens que circundam a protagonista do romance, a periferia, buscamos isolar algumas personagens na análise e identificar os problemas que envolvem os seus cotidianos, resgatando, dessa forma, evidências de uma análise social sobre o Brasil e como cada personagem elabora sua concepção social de ser e estar na periferia e sobre a relação entre a margem/periferia e o centro/Outro.

Essa fonte literária, ao ser escolhida para a pesquisa, tem como principal razão investigar o que a voz dos subalternos – nesse caso, as personagens da margem –, pode contar sobre o Brasil urbano do século XXI e sua relação de causalidade com o nosso passado escravocrata e estratificado. Frente a esse desafio, utilizaremos aportes teóricos dos campos da Literatura, da História, da Antropologia e da Sociologia. Os historiadores que defendem a literatura como uma fonte histórica compõem a corrente historiográfica da Nova História Cultural (NHC)⁸.

Sandra Jatahy Pesavento (2008) defende a análise da literatura como fonte histórica. Nas palavras da historiadora:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio de representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2008, p. 39).

É importante salientar que na década de 1970 houve, no Brasil, um movimento sociocultural de escritores que ficaram conhecidos como escritores marginais pelas suas

⁸ Utilizamos o conceito introdutório de Peter Burke (2005) de redescoberta da história cultural, o qual trabalha com a sigla NHC para indicar a prática historiográfica dos historiadores culturais do século XX.

temáticas polêmicas, tais como: violência, marginalidade, embate simbólico de classes⁹ e também pela circulação de suas produções, que eram impressas em mimeógrafos e, em seguida, vendidas em espaços públicos a baixo custo. O distanciamento dessa geração dos anos 70 para a nova geração de escritores marginais ocorre, também, pela posição dos escritores, sendo estes – a geração de escritores marginais e periféricos que inclui, entre outros, Ferréz – moradores da periferia e aqueles – escritores marginais da década de 1970 – moradores do centro. A temática permanece, mas a mudança de quem dá voz às personagens transforma a literatura em movimento cultural dentro da periferia.¹⁰

Retomando a escrita literária como fonte histórica, Antonio Celso Ferreira (2013) descreve como a literatura pode nos contar sobre um tempo e uma sociedade. Afirma o autor que “[...] toda a ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos” (FERREIRA, 2013, p. 67). O autor defende que a literatura é uma fonte histórica, pois ela faz parte do que a sociedade produz. Assim como as obras de arte, a arquitetura, jornais, redes sociais, produções acadêmicas, movimentos sociais, ou seja, tudo que a sociedade produz individual ou coletivamente, a literatura diz respeito a um momento da história.

Sendo a História uma ciência, ela necessita de métodos para compreender, relatar, contestar, dialogar, verificar e (re)construir as ações humanas no tempo e no espaço. Nesse processo de análise sobre as ações de diferentes grupos sociais em diferentes tempos e espaços, outros documentos e novas leituras emergem para a compreensão das sociedades.

A pesquisa histórica e as fontes históricas foram ressignificadas nas últimas décadas, visto que a História, após atingir o seu caráter científico, esteve refém dos documentos oficiais em um tempo em que outras vozes não eram consideradas. Assim, por exemplo, foram as vozes dos camponeses, dos trabalhadores urbanos, das mulheres, dos negros, dos indígenas, enfim, a população pobre e/ou colonizada por outras culturas, isso porque a esses grupos não era possibilitado falar sobre si e sua ancestralidade.

As igrejas como instituições, os reis, os nobres, os guerreiros, os colonizadores, os burgueses, os militares, os banqueiros, os empresários, os políticos e todos os sujeitos de classes

⁹ Adotaremos o conceito de Karl Marx, segundo Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva: “Nesse sentido, a tradição marxista tende a conceituar classe com base no lugar que cada grupo ocupa na economia” (SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 63).

¹⁰ Esses distanciamentos serão aprofundados no segundo capítulo deste trabalho.

abastadas ocuparam durante um longo tempo na história a cristalização de si e de seus atos, reservando na história, enquanto ciência e disciplina acadêmica, o protagonismo e a responsabilidade pelas transformações sociais que modificaram os territórios e as nações, retificando e ratificando juízos de valores. Fosse pela imposição ou pela conversão, a história era narrada sobre os e em memória dos grandes homens, a partir de documentos legitimados pelo Estado e pelas academias, templo sagrado do conhecimento.

Outras correntes históricas foram surgindo na ciência, destronando o historicismo e o positivismo, como abordaremos no primeiro capítulo desta dissertação. O materialismo histórico e o movimento da Escola dos *Annales* foram correntes importantes para um novo olhar sobre a História, mas foi com a Nova História Cultural, enquanto reação à crise de paradigmas na ciência, que houve uma ampliação do uso das fontes históricas, como será aprofundado no decorrer do trabalho, mediando o encontro entre a História e a Literatura e possibilitando que a fonte literária demonstre as representações sociais de um tempo.

Diversos teóricos e historiadores foram responsáveis por essa transformação na apreensão de novas fontes históricas para compreensão das diferentes sociedades, assim como diferentes áreas do conhecimento também corroboraram para que a História, enquanto ciência, abdicasse dos seus métodos tradicionais para vislumbrar e aplicar novos métodos de pesquisa.

O trabalho aqui desenvolvido será norteado por pesquisas e revisões bibliográficas e, para além da introdução e das considerações finais, será dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentaremos um panorama sobre a História e suas correntes historiográficas de forma linear para compreender as relações da História com outros campos do conhecimento, incluindo a literatura como fonte histórica.

A Literatura e a História têm uma relação de entrelaçamento secular; suas fronteiras já eram objeto de debate no ocidente muito tempo antes de a História alcançar o seu estatuto de ciência. As complicações inerentes as suas aproximações no campo da pesquisa acadêmica são motivo de muitos debates porque a História, enquanto ciência, utilizou, por muito tempo, métodos de investigação que tinham como fonte documentos considerados “oficiais” e, por consequência, recebiam o estatuto de verdade. Ainda no primeiro capítulo, verificaremos que os historiadores, sendo fruto do seu tempo, se interessam por outras vozes, muitas vezes silenciadas nos documentos oficiais, e passam a questionar a verdade ou, ainda, o olhar único sobre os fatos, movimentando o campo da ciência. Os movimentos desembocam em diversas produções

historiográficas sobre as sociedades utilizando outras fontes de investigação, entre elas, as fontes literárias.

No segundo capítulo, analisaremos os movimentos literários cunhados de literatura marginal e sua formação cultural, identificando as aproximações e os distanciamentos entre esses movimentos e seus processos históricos. Os movimentos literários e as suas produções acontecem dentro de um tempo histórico e, portanto, não são isolados. A política, a economia, as classes sociais e seus movimentos compõem vigorosamente o campo da Arte, e nessa medida os movimentos sociais e artísticos refletem um conjunto de fatores que transformam e são transformados pela sociedade.

A análise da obra *Capão pecado* (2000) será objeto do nosso terceiro capítulo. Pretendemos identificar no romance as representações da periferia em algumas das personagens. O espaço físico e social em que todas as personagens transitam é a periferia, a protagonista do romance. Dentro dela, o leitor é guiado pela trajetória de vida do jovem Rael, cujas experiências sociais oferecem leituras diversificadas sobre a periferia. Nessa perspectiva estaremos desenvolvendo a análise da narrativa, visando encontrar elementos dentro de cada personagem eleito para análise como uma fonte de investigação sobre a complexidade da periferia e sobre os abismos sociais do Brasil moderno e industrializado.

As temáticas, separadas por seção dentro do capítulo, serão desenvolvidas a partir das representações das periferias investigadas nas personagens de Rael, sua família e amigos que circundam a periferia, problematizando algumas questões sociais entre a margem e o centro urbano, no século XXI, além de buscar reconhecer e compreender as diferentes experiências desses sujeitos e suas elaborações frente às problemáticas físicas e psicológicas que são impostas às sociedades à margem ou marginalizadas.

Por fim, o cotidiano de algumas personagens dentro da periferia será destacado na análise, demonstrando fatores como a violência singularizada no espaço periférico entre os próprios moradores, os relatos sobre as desestruturas sociais, a relação entre a comunidade e o Estado, as desestruturas familiares e materiais e as situações de risco às quais os jovens da periferia estão expostos no seu cotidiano, identificando nas representações sobre a periferia narradas no texto ficcional *Capão pecado* (2000) uma fonte histórica possível para compreender os abismos sociais dentro do processo de cidadania no Brasil.

2 OS DIÁLOGOS ENTRE A HISTÓRIA A LITERATURA

“Os historiadores, escreveu Aristóteles (Poética, 51b), falam do que foi (do verdadeiro), os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Mas, naturalmente, o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida. Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo”

Carlo Ginzburg

Os termos Literatura e História se desdobram em múltiplas significações, oferecendo, dessa forma, diálogos possíveis entre os dois. Ficção e não ficção oferecem outras narrativas possíveis sobre os homens no tempo. Partimos da premissa de que a produção historiográfica é ampliada porque os contextos sociais exigem outras práticas epistemológicas para a compreensão dos fenômenos sociais, lançando, desse modo, novas perspectivas sobre os objetos de análise.

A Nova História cultural (NHC) é uma das correntes historiográficas que se apresentam no campo da ciência como um método possível de apreender outros panoramas possíveis sobre a trajetória humana e seus reflexos no espaço geográfico. Isso porque ela se apresenta como uma das reações ao olhar tradicional da ciência histórica que defende o valor universal do documento oficial e a relação intrínseca entre história e política.

Antes marginalizada e desinteressante para o campo intelectual dos historiadores, a cultura – conceito amplo e diverso, mas que aqui nos interessa pensar nas produções artísticas da sociedade, tais como: literatura, moda, música, pintura, fotografia, entre outros – recebe os holofotes das ciências humanas e sociais, como destaca Peter Burke (1992) ao descrever o contraste entre a antiga e a nova História. Segundo o autor, “o relativismo cultural aqui implícito merece ser enfatizado. A base filosófica da nova História é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (BURKE, 1992, p. 11).

Sendo então a literatura parte de um campo cultural, e sendo a cultura a base filosófica da NHC, destacamos que a literatura, sem afastar do horizonte sua essência ficcional, é uma fonte

múltipla e riquíssima de análise que aproxima o historiador do campo literário porque não é a-histórica; ela está imersa dentro de um tempo. Os recursos literários da prosa sob um prisma investigativo entregam outras perspectivas sobre os agentes, os espaços e os tempos. O encontro da Literatura e da História como *modus operandi* na historiografia compreende quebras de paradigmas seculares e ainda suscita debates nos campos do conhecimento, muito embora o uso da literatura como fonte histórica esteja cristalizado na prática historiográfica.

Falar sobre História e Literatura implica uma escolha de análise. É importante e necessário refletir que os riscos da abordagem escolhida nesta pesquisa estão, sobretudo, na escolha dos teóricos que destacaram a História e a Literatura como campos aproximados de pesquisa sobre as sociedades. A virada epistemológica da ciência e, nesse caso, das ciências sociais desdobrou e ampliou as possibilidades de investigação sobre as camadas sociais diversas. Muitos teóricos estão refletindo sobre as construções de narrativas e eles vêm de muitos lugares da ciência e da filosofia.

Ao escolher alguns autores para orientar a pesquisa, elegemos teóricos que propuseram outros métodos de pesquisa considerando outras fontes como documentos válidos, outros saberes como necessários para investigar a complexidades dos agentes sociais e da sociedade e que problematizaram as narrativas, sejam científicas ou literárias. O panorama sobre os encontros entre a História e a Literatura será apresentado neste capítulo, que tem por objetivo alcançar um entendimento possível de compreensão sobre as problematizações que ampliaram as fontes históricas para a pesquisa da ciência histórica, incluindo a literatura como fonte histórica.

2.1 O LUGAR DA LITERATURA NA CIÊNCIA HISTÓRICA

Renovação metodológica para outras abordagens e temáticas é o bastião da ciência. Ainda que falível, a ciência é necessária e fundamental para a sociedade porque nos oferece condições de diferentes ordens para compreender os fenômenos naturais e culturais. Dentro do campo científico, a História, enquanto ciência, tem o seu objeto definido: as ações do homem no tempo, como definiu o historiador Marc Bloch (2001), ao problematizar algumas práticas historiográficas que valorizavam o passado, o documento oficial e a relação intrínseca entre História e política. Segundo o autor,

a história é busca, portanto escolha. Seu objeto não é o passado: “A própria noção segundo a qual o passado enquanto tal possa ser objeto da ciência é absurda”. Seu objeto é o “homem”, ou melhor, “os homens”, e mais precisamente “homens no tempo”. (BLOCH, 2001, p. 24).

Partindo dessa definição sobre o objeto da História, nosso percurso busca alcançar dois objetivos: entender os lugares ocupados por alguns grupos sociais nos anais da História e como a Literatura ocupou um lugar de destaque nesse panorama da ciência histórica, oferecendo um resgate de outras narrativas possíveis sobre os processos históricos.

É importante salientar que a nossa cultura é amarrada diretamente aos processos de colonização e exploração europeia e ao processo de emancipação no qual estamos inseridos. Por isso, não podemos e não devemos nos furtar de apontar que nossa referência de construção intelectual é marcada pela hibridez decorrente de disputas territoriais que causaram afrontamentos sociais, culturais e políticos de sociedades ocidentais.

A inserção do Continente Americano na História do ocidente é marcada pelo processo histórico de dominação. E, no que versa sobre uma análise local, o Brasil também foi profundamente marcado por processos de silenciamentos culturais, sobretudo pelo reflexo das migrações compulsórias oriundas do continente africano e das devastações dos povos autóctones. Nesse lugar, durante séculos, a História, ainda que sendo um termo polissêmico, cumpriu a função de registrar nos compêndios uma narrativa uníssona.

A corrente histórica positivista, que é fixada nos documentos oficiais como fonte na produção historiográfica, tem foco sob o olhar do colonizador e universaliza a história política, econômica e social do Brasil a partir da narrativa dos dominadores. Os nativos, os africanos escravizados, os descendentes de escravizados não escreveram sobre suas ações no tempo e suas múltiplas práticas culturais foram objetos de análises exóticas, cunhadas como primitivas e perigosas. A história da formação do território brasileiro desde seu processo de colonização se debruçou por séculos sobre as cartas dos europeus de passagem, pelos padres que compunham instituições religiosas que cumpriam a função de sobrepôr as práticas culturais e religiosas europeias aos nativos, africanos e descendentes de africanos escravizados e pelos colonizadores que invadiram e ocuparam esse território.

Iniciamos, então, a partir da indagação que José D’Assunção Barros (2010) levanta em uma de suas análises sobre História e Literatura. Segundo o autor, uma das questões que devemos trazer à tona tem relação com o aprendizado da História a partir da Literatura: “o que a História

pode aprender com a Literatura?”. E ampliamos esse questionamento para o nosso campo de análise, ao refletir sobre o que os textos literários brasileiros podem nos desvelar sobre as práticas sociais brasileiras em seus diferentes tempos e espaços. A relação entre Literatura e História, para esse autor, é intrínseca. Afirma, nesse sentido, que:

As ambiguidades são muitas e se interpenetram: a História, ainda que postule ser uma ciência, é ainda assim um gênero literário; a Literatura, ainda que postule ser uma Arte, está diretamente mergulhada na história: e a história que a constitui enquanto um gênero produzido pelo homem e incontornavelmente inserido na temporalidade; e é ainda da História que a Literatura extrai boa parte de seus materiais – seja da história dos historiadores ou da história vivida, mesmo que esta seja a história anônima, vivida diariamente através dos dramas pessoais que não se tornam públicos. (BARROS, 2010, p. 2).

Sabemos que a fronteira entre ficção e real, Literatura e História é um campo árido, sobretudo no debate acadêmico. “Como pode a ficção ocupar o espaço do documento real, descrito, legitimado institucionalmente?”, questionam os defensores das práticas tradicionais, sem considerar a História como parte da cultura e a cultura como sendo História. As novas práticas historiográficas defendidas por novas correntes de pesquisa não negam a validade do documento oficial, do tratado assinado pelas nações, do documento de abolição da escravatura assinado em 1888 no Brasil, por exemplo. No entanto, ao se debruçar sobre outras fontes históricas, incluindo a literatura daquele tempo, o historiador encontra as práticas sociais dos escravocratas e as condições às quais os escravizados eram submetidos, narrativas riquíssimas que nos permitem ampliar nossa análise sobre o processo de abolição, que por óbvio não foi isolado, mas reflexo de diversos movimentos que desembocaram naquele 13 de maio de 1888.

A historiadora Marília Conforto (2012), especialista na História do Brasil e que se dedicou à pesquisa sobre a dolorosa experiência à qual os negros escravizados foram compulsoriamente submetidos, publicou seus estudos em uma obra intitulada *O escravo de papel*, em 2012. Em seu livro, analisa o cotidiano da escravidão no século XIX a partir de obras literárias como a *Escrava Isaura*,¹¹ *Senhora*,¹² *A moreninha*,¹³ entre outros.

Nesses textos literários, a historiadora identificou retratos de uma sociedade escravocrata a partir das narrativas ficcionais que, selecionadas para a sua pesquisa, oferecem uma fonte histórica que denuncia as práticas segregadoras estruturadas na cor da pele na sociedade brasileira

¹¹ Obra publicada no ano de 1872, pelo escritor Bernardo Guimarães.

¹² Obra publicada no ano de 1875, pelo escritor José de Alencar.

¹³ Obra publicada no ano de 1844, pelo escritor Joaquim Manuel de Macedo.

do século XIX. A historiadora demarca a aproximação entre os costumes das elites escravocratas e a sua representação na literatura:

Os grandes senhores viviam exclusivamente do trabalho de seus negros; sendo os escravos propriedade dos senhores, essa não se limitava à camada dos grandes terra-tenentes. Nas cidades, pequenos escravistas viviam do esforço de um ou dois escravos de “ganho” ou “aluguel”. Nos próprios romances, encontramos negras alugadas como amas de leite, como vendedoras de quitutes; cativos barbeiros, artesãos, pintores, etc. (CONFORTO, 2012, p. 24).

Importante destacar, por exemplo, que esses romances não representam a sociedade fronteiriça, que tem uma construção social diferente dos centros urbanizados do século XIX. Isso contribui para entendermos a riqueza da Literatura para a História porque ela entrega representações, por vezes locais, que permitem problematizar as estruturas políticas, econômicas e sociais dentro do Brasil.

A literatura atuou com força identificando traços da formação social brasileira. A prosa e a poesia ficcionalizaram práticas sociais que sociólogos e historiadores destacaram dentro de suas análises. O escritor e historiador Thomas Skidmore (2012), ao pesquisar sobre raça e nacionalidade no Brasil, salienta que a literatura brasileira promovia um movimento intelectual de criticidade da sociedade brasileira do século XIX. Consoante o autor, “a maioria dos intelectuais brasileiros tinha nítida consciência do quão imitativa era a cultura nacional” (SKIDMORE, 2012, p. 150).

O mesmo autor contribui para nossa análise sobre a proximidade da Literatura e da História ao pensar a questão da nacionalidade no Brasil, que teve como mote, além da estabilidade política, a literatura. Sobre o processo histórico de formação brasileira no recorte temporal do início da República até a década de 1930, o autor destaca que:

O segundo critério muito usado nessa época para aferir o desenvolvimento de um país era o grau alcançado por uma cultura nacional própria. Para a maioria dos intelectuais brasileiros, isso significava a literatura. Certa ou erradamente, não se dava à música, à dança, à pintura, à escultura ou à arte popular o mesmo peso. Agora que instalamos um novo sistema político, argumentava-se, e agora que abolimos tanto a escravidão quanto a monarquia, devemos estar nos tornando um país mais autônomo. Onde então, está nossa literatura nacional? (SKIDMORE, 2012, p. 139).

O texto literário como fonte é um enfoque de análise já definido no campo da ciência, mas é importante pontuar o caminho construído dentro da historiografia e desembocar em alguns movimentos, correntes e historiadores que alteraram, no curso da História da historiografia, as

epistemologias. Para pensar esses movimentos, é importante partir da historiografia e da literatura como historicidade.

A crise na ciência e sua virada epistemológica no século XX não resolveram as problemáticas de caráter conceitual, de definição de objetos e de fontes, mas ampliaram os diálogos com outras áreas do conhecimento e possibilitaram pesquisas com uma longa listagem de fontes e temas que pluralizam as narrativas sociais de um tempo. O rigor do método na pesquisa histórica controla o fazer histórico. No entanto, o distanciamento do objeto, seja temporal ou espacial, coloca o historiador na condição de desvelar, descobrir, investigar e orienta o pesquisador na construção narrativa a partir do objeto.

Jacques Le Goff (1996) destaca que falar sobre História não é uma tarefa fácil, a começar pela sua construção e significação linguística em diferentes idiomas. Tomamos desse historiador a afirmação de que “*histories* significa, pois, ‘procurar’” (LE GOFF, 1996, p. 17). Procurar, investigar, descrever as experiências, produzir o conhecimento a partir dos acontecimentos passados é uma tarefa complexa e secular na história humana. Cada tempo carrega sua historiografia, que também é fruto de processos históricos que, ao longo do tempo, possibilitam que a ciência se revise. As narrativas disputam lugares de destaque e validação ao longo do tempo dentro dos campos do conhecimento, enunciando diferentes métodos de análise e nunca distante da tensão entre real e ficção, conforme veremos adiante.

No campo da História, não é novidade que Heródoto e Tucídides ocupam lugar de destaque na produção histórica ocidental. Eles viveram no mesmo tempo, mas em períodos políticos diferentes no século V a.C. Sobre esses historiadores, vale destacar que Victor Azevedo (2019) diferencia Heródoto e Tucídides como sendo este realista e aquele romântico, colocando em evidência suas experiências nos diferentes contextos políticos. Tucídides valorizava o documento escrito e, de acordo com Pesavento (2007), sua prática historiográfica converge com o racionalismo cartesiano. O contexto político em que cada historiador viveu e produziu também nos conta sobre seus olhares frente à história. “Se o primeiro representa uma fase de transição, o segundo já resultou de transformações largamente sedimentadas na evolução do povo helênico” (AZEVEDO, 2019, p. 27).

É importante enfatizar que as nossas práticas culturais são amarradas nesse tempo e espaço que denunciam a necessidade das desconstruções que a virada epistemológica ofereceu no século XX. O continente americano foi objeto desse processo de “civilização compulsória” que

teve início com as dominações territoriais que fundaram o império romano e o seu projeto de universalizar suas práticas políticas e religiosas no ocidente e ceifar todas as multiplicidades culturais dos povos existentes. E a História, ainda que tenha atingido seu estatuto de ciência muitos séculos depois, colaborou para o sucesso desse projeto. Esses processos de constante tensão de abusos físicos e psicológicos que compõem também a História da formação do território brasileiro refletiram e ainda refletem na produção literária brasileira.

Enredada nas experiências passadas e presentes, encontramos também a literatura amarrada no nosso complexo escopo cultural. A literatura também é um termo polissêmico que problematiza diversas discussões no campo acadêmico: estrutura, enredo, autor, circulação, função, categorização, temática e gênero são algumas questões que ocupam o debate no campo das ciências humanas e sociais e que oferecem para a História uma aproximação de análise social a partir de fontes literárias porque, assim como a História, ela é “filha do seu tempo” e oferece ao leitor outras perspectivas de análises sociais.

Em nível de ilustração, destacamos que na Grécia, com suas Cidades-Estados, foram produzidas literaturas que são lidas, estudadas e analisadas ainda hoje por diferentes áreas do conhecimento. Para a História e para as Letras, que nos interessam nesta pesquisa, as conhecidas tragédias gregas, por exemplo, têm muito a contar sobre aquela sociedade, explicando os fenômenos geográficos e históricos a partir da mítica com personagens de semideuses e heróis que serviam aos desejos dos deuses, responsáveis pelos destinos dos seres humanos em uma sociedade que entendia o tempo como cíclico e que era socialmente marcada entre ser grego e não ser grego, ou seja, ser bárbaro. Assim como as tragédias gregas, outras obras de ficção atravessaram os séculos e são lidas como fontes que nos contam muito sobre os costumes e tradições de uma época e seus reflexos na sociedade atual.

Os distanciamentos e aproximações entre os escritores das tragédias gregas e os historiadores como Heródoto e Tucídides sobre a História da Grécia e dos gregos podem ser marcados pela narrativa mítica, ficcional, fatalista e de valores morais, de um lado, e uma narrativa baseada em testemunhos, documentos escritos e participações ativas na vida política da Grécia para descrever os fatos, de outro. Isso já demonstra que o interesse pelos eventos e pela política protagoniza a história, que será marcada como ciência no século XIX, a partir de documentos oficiais que narram os grandes eventos políticos e afastam a literatura por conta de seu estatuto de ficção.

A produção de narrativas, a retórica, a observação e reflexão sobre as práticas sociais são condutas humanas, assim como o registro da interpretação de mundo, narrativa permitida e legitimada somente aos vencedores, seja no campo simbólico ou econômico. Quando no século XIX a História alcança seu estatuto de ciência, passa a ocupar um papel determinante na manutenção do discurso emitido pelo vencedor. Ao pensar, por exemplo, a ascensão da classe burguesa no Continente Europeu com a decadência do sistema de organização social e econômica conhecido como feudalismo, o conhecimento religioso que expressava o saber daquele tempo vai sendo gradualmente substituído pelos interesses de uma classe que contrapõe o saber religioso em detrimento de um outro discurso de poder.

Nesse conflito, faz-se necessária uma construção narrativa que contemple as oposições do sagrado e do profano, do material e do imaterial, do mundo terreno e da salvação eterna. O tempo muda e o tempo religioso cede lugar ao tempo do homem, ser humano. Usufruir dos prazeres mundanos vincula-se ao desejo de salvação:

A Europa ocidental voltou a pensar a história de uma humanidade universal, novamente única e singular. Houve um esforço de reunificação da humanidade sob o princípio da Razão. A “Razão que governa o mundo” seria o esforço moderno, profano, de talvez “reencantar o mundo”: este retomaria sentido, direção, unidade, sob um princípio interno de valor universal – a busca da autoconsciência, isto é, da liberdade. A história torna-se novamente meio de salvação. Ela é “marcha do Espírito em busca da liberdade”. (REIS, 2003, p. 29).

Percebemos que a razão permeia a modernidade, mas a sociedade não abandona a religião. O que acontece é uma tentativa de fusão entre o sagrado cristão e o profano terreno, sendo necessária uma nova elaboração intelectual para o homem moderno. A unificação que tinha como sustentáculo a religião foi desgastada por esse novo tempo e o sentido da História deve ser revisitado.

A História destaca os eventos que compõem a modernidade, movimentos que revolucionaram as sociedades. “Os eventos históricos que caracterizaram a modernidade, que impuseram o princípio moderno da subjetividade, foram a Reforma, as Luzes, a Revolução Francesa” (REIS, 2003, p. 33).

Os eventos anteriormente destacados servem de modelo para a modernidade e priorizam um saber único, o saber do europeu e nesse contexto histórico a literatura contribui com a primazia da representação para revelar as práticas sociais dessa classe burguesa na Europa e para

desvelar esse Brasil econômica, política e culturalmente colonizado. As pistas que a literatura nos entrega oferecem uma análise transversal sobre os eventos históricos e nossa concepção de progresso.

2.2 A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA

A emancipação da História e sua cientificidade estão contextualizadas na história das formações dos Estados nacionais. Ainda que historiadores já estivessem produzindo historiografia, as distinções de fontes históricas e as questões sobre metodologias reivindicando um caráter científico aparecem no século XIX e são atribuídas à escola alemã, na figura de Leopold van Ranke, a partir de seus métodos que ficaram conhecidos como *historismo* e/ou *historicismo*:

O século XIX, século da História, inventa ao mesmo tempo as doutrinas que privilegiam a história dentro do saber-falando, como veremos, de “*historismo*” ou de “*historicismo*” – e uma função, ou melhor, uma categoria do real, a “*historicidade*” (a palavra aparece em 1872, em francês). (LE GOFF, 1996, p. 16).

Muitas críticas versam sobre o *historicismo*, em especial na exigência rankeana da neutralidade do historiador, o que, por muitas vezes, confunde o *historicismo* com o positivismo. Abordaremos em linhas gerais as aproximações dessas correntes fundadas a partir das ideias de Leopold van Ranke e Auguste Comte, conhecidas como *historicismo* e *positivismo*, respectivamente, frente às suas semelhanças, mas não abordaremos suas diferenças.

Ranke e Comte defendiam a neutralidade do historiador e a objetividade frente à fonte histórica, que deveria ser comunicada de forma isenta, descrevendo os eventos de acordo com a descrição dos documentos oficiais. Ambas as correntes tinham o objetivo de cientificar a História, e a consagração dos documentos oficiais é o método proposto. O historiador é o sujeito que discorre sobre o fato a partir da leitura objetiva do documento oficial sobre os “grandes eventos e personagens”, desconsiderando outras fontes, entre elas a fonte literária.

A prática historiográfica compactada na fidelidade aos documentos oficiais, sem problematizar e questionar as fontes, foi dominante no século XIX e fixou Clio como uma ciência autônoma e o historiador com o compromisso de destacar os grandes feitos e heróis em um

contexto europeu de formação dos Estados nacionais. Os grandes feitos são os fatos acontecidos. O que importava, então, era uma descrição dos fatos, e não sua problematização, afastando a literatura da História. A literatura já estava posta no campo do conhecimento, assim como a História, no entanto, aquela servia para fruição e esta para destacar os grandes eventos.

A busca pelo conhecimento histórico a partir de outras fontes que não os documentos oficiais era uma tarefa atribuída aos antiquários, sujeitos que, devido a suas práticas de pesquisa, não recebiam o estatuto da verdade que era atribuído ao historiador com práticas de ordem rankeana e comteana na metodologia da produção historiográfica.

No prefácio da obra *Apologia da história: ou o ofício de historiador*, de Marc Bloch (2001), Lucien Febvre defende uma “historiografia da reflexão” e aponta a grande crítica de Marc Bloch à História apoiada em discorrer sobre os grandes heróis e sobre as naturalizações do fluxo histórico. Critica exatamente o que o historicismo e o positivismo defenderam durante o século XIX.

Arnaldo Momigliano (2014) difere os Historiadores dos antiquários a partir de suas escritas, estes sistemáticos e aqueles em ordem cronológica. As questões temáticas também versam sobre o distanciamento: a História é a narrativa política; a vida privada, por exemplo, é destinada aos antiquários. O mesmo autor, sobre as diferenciações entre História e antiquário, afirma:

Eu presumo que para muitos de nós a palavra antiquário sugere a noção de alguém que estuda o passado mas não é bem um historiador, porque: (1) historiadores escrevem em ordem cronológica, os antiquários escrevem de maneira sistemática; (2) historiadores produzem aqueles fatos que servem para ilustrar ou explicar uma determinada situação, enquanto os antiquários coletam todos os itens que estão relacionados a um certo tema, ajudem estes ou não a resolver seus problemas. Os temas contribuem para a distinção entre historiadores e antiquários apenas no sentido de que certos assuntos (como instituições políticas, religião, vida privada) tradicionalmente foram considerados mais apropriados à descrição sistemática que ao relato em ordem cronológica. Quando alguém escreve em ordem cronológica, mas sem explicar os fatos, nós o chamamos de cronista; quando alguém coleta todos os fatos que lhe estão disponíveis, mas não os ordena sistematicamente, nós simplesmente o condenamos como confuso. (MOMIGLIANO, 1950, p. 22).

Percebemos que, para além da temática, as fontes para compreender as sociedades são bem delimitadas para o alcance da ciência pela História. O historiador recorta sua temática e fontes válidas, relegando outras temáticas e fontes aos antiquários.

Peter Burke (1997, p. 17) chama a atenção para produções de intelectuais e escritores sobre o que ele chamou “história da sociedade”, que apresentava interesse em outras temáticas para além das guerras e da política, como Voltaire, por exemplo. Sendo assim, podemos pontuar outras perspectivas sobre as relações sociais que permaneciam pulsando na Europa, como “Michelet e Burckhardt” (BURKE, 1997, p. 18), que compreendiam a história sob outras perspectivas e abordavam o campo da História de forma antagônica ao positivismo e, nesse panorama, uma análise sobre as relações sociais se sobressairá e modificará o campo da ciência histórica.

O seu precursor foi Karl Marx e sua teoria ficou conhecida, no campo das ciências, como materialismo histórico. Teve um alcance histórico em diversas áreas do conhecimento, sendo amplamente estudado e abordado academicamente nos campos das ciências sociais e humanas, entre outras.

O materialismo histórico é uma corrente histórica complexa que tem como base as análises sociais a partir das classes sociais, versando sobre as relações econômicas como motor das relações e movimentos políticos e sociais. Para a ciência da História, foi importante o deslocamento da descrição dos documentos oficiais e a neutralidade do historiador para uma análise que tem como objeto os sujeitos em suas diferentes classes sociais: burguesia (dona dos meios de produção) e proletariado (que vende sua força de trabalho). Está colocada a problematização no contexto europeu da Revolução Industrial, que revolucionou o *modus operandi* social e legitimou o sucesso do sistema econômico conhecido como capitalismo. É importante constar que Marx produziu suas obras no século XIX, na Europa, e num contexto econômico de fábricas com produções aceleradas e com precariedades e abusos dos donos dos meios de produção em detrimento dos proletários, que vendiam sua força de trabalho.

Essa corrente historiográfica foi muito desenvolvida no Brasil na segunda metade do século XX. Historiadores como Caio Prado Júnior, Ciro Flamarion Cardoso, Nelson Werneck Sodré, entre outros, analisaram a história do país a partir do materialismo histórico, ou seja, analisaram a sociedade brasileira a partir das relações de classe social e de produção.

Sobre Marx e o materialismo histórico, Jacques Le Goff (2001) chama a atenção para a proximidade desse teórico com a História Nova, outra corrente historiográfica que contrapõe a história que não era problematizada. Consoante o autor, “Marx, sob vários aspectos, é um dos

mestres de uma História nova, problemática, interdisciplinar, ancorada na longa duração e com pretensões globais” (LE GOFF, 2001, p. 52).

Em seu *Dicionário de filosofia* (2007), Nicola Abbagnano conceitua o materialismo histórico como uma tese em que as formas sociais dependem das relações econômicas que predominaram nas fases da sociedade. Tal análise nos permite identificar que o materialismo histórico problematiza o objeto da ciência histórica, deslocando a importância da descrição do evento para as relações de tensão econômica, política e social existentes entre as classes sociais, mas não contempla a cultura como objeto de análise e afasta as produções culturais como fonte histórica.

Sabemos da complexidade do materialismo histórico e que diferentes historiadores marxistas no Ocidente problematizaram e ainda problematizam a teoria marxista, trazendo à luz da discussão diversas análises da teoria escrita e pensada por Karl Marx. Entretanto, nesta pesquisa, o que destacamos como fundamental para compreender o nosso panorama sobre a ciência histórica e os métodos científicos para sua prática está sintetizado nas definições de José Carlos dos Reis (2003) e Abbagnano (2007).

De acordo com Reis, o historiador, para Marx,

não pode esconder suas opções e escolhas e a perspectiva de classe que orienta seu pensamento. Este é inseparável da vida concreta, das relações sociais de produção, não tendo uma história interna, puramente lógica, alheia às tensões e lutas sociais. (REIS, 2003, p. 160).

Para Abbagnano,

o M. histórico chamou a atenção dos historiadores para um cânon interpretativo ao qual muitas vezes é indispensável recorrer para explicar acontecimentos e instituições histórico-sociais. A ele de fato recorrem, em maior ou menor grau, historiadores de todos os campos de atividade humana, porquanto algumas vezes o caminho aberto para esse tipo de explicação histórica é o único possível. No entanto, nem sempre é o único possível. (ABBAGNANO, 2007, p. 750).

O materialismo histórico, assim como outras correntes historiográficas, possibilitou o desvelamento de uma verdade única e/ou ainda o desvelamento sobre o apagamento na história de outros sujeitos, outros grupos que herdaram das relações sociais o silenciamento e o apagamento no processo histórico das sociedades.

O advento do século XX demonstrará aos intelectuais da Europa que a Revolução Industrial é uma parte das mudanças, e a explicação sobre as ações dos homens no mundo nessa

perspectiva econômica de tensão social não será suficiente. A Grande Guerra no início do século XX e a Segunda Guerra Mundial ainda na primeira metade do mesmo século, com a ascensão do nazismo, criam paradigmas e reflexões sobre os sujeitos e suas histórias. A racionalidade, acompanhada da utopia sobre o sucesso da humanidade pela razão, já foi superada, e a compreensão das mudanças sociais pelos eventos também sofreu críticas. A perspectiva social de forma globalizada e por um único viés ainda não dá conta de compreender as barbáries do século XX, o século das guerras e dos sistemas políticos ditatoriais.

Nesse cenário político e econômico do século XX, efervesceram ideias que revolucionaram epistemologicamente as produções historiográficas no ocidente com a Escola dos Annales, que colocou em evidência os olhares de Lucien Febvre e Marc Bloch sobre as relações sociais e sobre o objeto da história, trazendo à tona uma historiografia que problematiza a ciência histórica. O que nos interessa destacar nesta pesquisa é a influência que esse movimento produziu sobre os historiadores e sobre as produções historiográficas até alcançar o objeto de nossa pesquisa, a saber, a literatura como fonte histórica.

As produções dos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre se destacaram pela valorização de pesquisar, pensar e produzir a História vinculada à interdisciplinaridade e à análise dos grupos sociais enquanto coletivo. Quando juntos produziram o primeiro número do periódico francês *Anais de História Econômica e Social*, no ano de 1929, foram os precursores de um movimento que perpetua produções historiográficas, com adeptos dessa corrente pela Europa e América em larga escala, muito embora desde a primeira geração até a atual, a quarta, alguns paradigmas tenham sido debatidos e superados.

Para Peter Burke (1997, p. 33):

A revista foi planejada, desde o seu início, para ser algo mais do que outra revista histórica. Pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Seria o porta-voz, melhor dizendo, o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história.

Le Goff (2001) destaca que o movimento renovou a História e modificou a prática da História tradicional, mas não somente ela, como também novas ciências humanas (sociais). A pretensão foi alcançada e o movimento ampliou estudos, produções e aproximações com as ciências sociais e se estabeleceu como uma corrente que revolucionou o pensamento intelectual sobre a História e seu objeto.

Marc Bloch (2001, p. 55), ao questionar, argumentar e negar ser o passado objeto da História, defende a necessidade de refletir e conceber um novo tempo histórico, colocando “o homem e suas ações no tempo” como objeto da ciência histórica. “A História não será mais a narrativa de povos e indivíduos livres, produtores de eventos grandiosos que fazem avançar o espírito universal em direção à liberdade” (REIS, 1994, p. 18).

Quando Bloch rompe com a ideia do passado como objeto da História, nega o objeto da corrente positivista pautada em documentos oficiais que descrevem com neutralidade os fatos do passado. Com Febvre e Bloch se fortalece um movimento que problematiza a História, rompendo com a visão do passado isolado do presente, como faziam os historiadores positivistas.

Podemos sintetizar que, com a primeira geração da Escola dos Annales, ocorre a mudança de paradigma sobre o objeto da História, que deixa de ser o passado – eventos e indivíduos –, para voltar-se às ações dos homens no tempo. A partir da Escola dos Annales e de sua primeira geração, o tempo e o objeto da História são repensados, trazendo à tona inúmeras possibilidades de fontes e métodos para a pesquisa histórica.

Na segunda geração dos Annales, Fernand Braudel aparece referenciando a continuidade e o sucesso do movimento. A concepção do tempo histórico para Braudel é determinante na sua obra e ele concebe a História em uma perspectiva global dentro de níveis de duração: longa duração, média duração e curta duração. Reis (1994, p. 59) sintetiza como o historiador da segunda geração concebeu o tempo histórico dentro da produção historiográfica:

A história estrutural privilegia o tempo quase imóvel das estruturas econômica, social, demográfica, geográfica e mental. A história acontecimental e estrutural, na orientação febvriana, privilegia a história política, biográfica e intelectual. O que as une é sempre a perspectiva da longa duração e o que as separa é a concepção que cada um tem da relação que o evento e a estrutura mantêm entre si.

Burke (1997) destaca que Braudel foi o historiador que mais contribuiu para transformar as noções de tempo e espaço. De acordo com o autor,

para os historiadores, é mais significativa a maneira pela qual ele maneja o tempo, seu intento “de dividir o tempo histórico em tempo geográfico, tempo social e tempo individual”, realçando a importância do que se tornou conhecido, desde a publicação do famoso artigo, como a longa duração. (BURKE, 1997, p. 55).

Na década de 1960, a terceira geração conta com historiadores renomados, tais como: Jacques Le Goff, Jacques Revel e Marc Ferro, entre outros. Dentro dessa geração, alguns

historiadores e teóricos da História identificaram uma fragmentação e alguns distanciamentos das abordagens das duas primeiras gerações do movimento. Burke (1997, p. 78) chama de “poliocentrismo” e destaca a ampliação do projeto de Febvre, executado por diversos membros do movimento; um grupo pleiteava o retorno da história política e dos eventos e outros ainda produziam a história qualitativa. O mesmo autor ainda destaca que nessa geração as historiadoras começaram a ocupar espaços com suas produções. Foi também nessa geração que o processo intelectual de pensar a história em outros países da Europa e nos Estados Unidos encontrou a receptividade da Escola dos Annales. A terceira geração problematiza antigas/novas temáticas.

De acordo com Burke (1997), algumas histórias eram marginalizadas pelos Annales, como a das mentalidades e a cultural. Entretanto, nos anos 60 e 70, alguns intelectuais voltaram seu olhar para a cultura, mudando “do porão ao sótão” (BURKE, 1997, p. 81). história da infância, da morte, da mentalidade moderna francesa, psico-história, imaginário social e ideologias, história serial – baseada em análise de diversos documentos, como testamentos – história da alfabetização e história dos livros são algumas das pesquisas produzidas pela terceira geração do movimento dos Annales.

Nosso panorama se aproxima da crise de paradigmas que colocou as abordagens quantitativas, estrutural e social em evidência nos debates e análises críticas sobre as produções historiográficas que utilizavam tais correntes de pesquisa. Burke identifica que:

No final dos anos 70, os inconvenientes dessa espécie de história tornam-se visíveis. De fato, houve algo como que uma reação negativa indiscriminada contra a abordagem quantitativa. Ao mesmo tempo se formava uma reação contrária ao que os Annales defendiam, especialmente contra o domínio da história estrutural e social. (BURKE, 1997, p. 91).

“A viragem antropológica”, de acordo com Peter Burke (1997), foi uma das abordagens que fraturou o movimento dos Annales, na medida em que teóricos como Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Michel de Certeau, entre outros, influenciaram um grupo de historiadores a pensar a História em uma perspectiva diferente, considerando a Antropologia e a História juntas enquanto método de pesquisa. “Alguns historiadores das décadas de [19]70 e [19]80, contudo, demonstraram intenções mais sérias. Podiam mesmo pensar em termos de casamento, em outras palavras, em termos de ‘antropologia histórica’ ou de etno-história” (BURKE, 1997, p. 94).

Podemos também destacar que a redução da história política pelos renomados historiadores do movimento suscitou críticas nesse período da terceira geração, além de um

interesse pelas narrativas, como por exemplo, alguns dos ensaios de Michel de Certeau. Segundo Burke (1997, p. 95),

o mais importante de tudo, talvez, sejam seus ensaios sobre a escrita da história, concentrando-se sobre o processo que descreve como a construção do “outro” (os índios do Brasil, por exemplo), frequentemente como o inverso da imagem que o escritor tem de si mesmo.

Outros olhares a partir de outras fontes possibilitaram ouvir outras vozes, e a literatura aparece evidenciada como uma fonte riquíssima para contar sobre uma sociedade. O distanciamento e a aproximação entre a Literatura e a História ficam marcados desde o período grego, quando a separação entre a ficção e o real está pautada nos esforços dos historiadores em linhas gerais, ainda que diferentes teóricos em diferentes tempos históricos pensassem a literatura como um “espelho da sociedade”. A necessidade de demarcar essa diferença nos parece uma evidência de sua proximidade, pois a produção historiográfica, assim como a produção literária, versa sobre o homem e a sociedade.

José D’Assunção Barros (2010) questiona sobre o que a História pode aprender com a Literatura, evidenciando que de dentro da História a Literatura retira parte de seu material. Nesse contexto, a Nova História Cultural aparece como um dos braços de Clio para novas produções historiográficas oferecendo novas fontes históricas para as pesquisas historiográficas. Burke sinaliza a redescoberta da História cultural na década de 1970 e destaca a prática historiográfica relacionada:

Em primeiro lugar, vincula a ascensão da história cultural a uma “virada cultural”, mais ampla em termos de ciência política, geografia, economia, psicologia, antropologia e “estudos culturais”. Houve um deslocamento nessas disciplinas, pelos menos entre uma minoria de acadêmicos, que passaram da suposição de uma racionalidade imutável (a teoria da escolha racional em eleições ou em atos de consumo, por exemplo) para um interesse crescente nos valores defendidos por grupos particulares em locais e períodos específicos. (BURKE, 2005, p. 08).

Durante séculos, na História da Europa e da América, a voz silenciada era a voz dos escravizados, das mulheres, das crianças, dos homens livres, porém pobres, dos loucos, dos céticos e dos questionadores, bem como os seus costumes. Como resgatar essa história? De quais fontes podem os historiadores se apropriar para perguntar sobre eles? As fontes legitimadas pelas instâncias de poder nos contam a história dos vencedores nas disputas políticas, econômicas, sociais e culturais. A Nova História Cultural pontua, então, outras possibilidades de produzir

historiografia e a ocupação de outros protagonismos nos campos de pesquisa. Nesse sentido, afirma Burke (2005, p. 10):

O terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana, mas a abordagem do passado em termos de simbolismo é apenas uma entre outras.

Nessa corrente da Nova História Cultural, nos interessa compreender e destacar a relação entre a História e a Literatura, sobre o que a literatura pode contar ao historiador. Múltiplas perguntas e leituras cabem nessa relação de aproximação. Não é sobre disputa de narrativa e importância entre essas áreas de conhecimento que nossa pesquisa se debruça, mas sobre a riqueza que, juntas, essas áreas do conhecimento podem produzir.

A Literatura proporciona para a ciência histórica, nessa linha de pesquisa, o objeto mais importante para a História: a fonte. A imaginação e a escrita ficcional são privilégios dos escritores literários, mas, na prática, em alguma medida, a imaginação permeia a escrita do historiador durante a pesquisa da história, pois ele é o mediador entre os fatos e a descrição dos fatos.

Em defesa da utilização da literatura na historiografia, o historiador Antonio Celso Ferreira (2009) se debruça sobre teorias que defendem ser a História e a Literatura campos do conhecimento que têm como objeto o ser humano. Em *A fonte fecunda*, Ferreira (2009) analisa que os documentos considerados estatutos da verdade na segunda metade do século XIX eram os vinculados a uma explicação de causa e consequência, sendo então a literatura naquele período uma produção artística, e não uma possibilidade de fonte histórica, demonstrando a importância das correntes históricas nessa quebra de paradigmas.

Entendemos a Literatura e a História como campos do conhecimento que podem ampliar ambas as áreas, na medida em que a História, utilizando a Literatura como fonte, é capaz de desvelar outras reflexões sobre a escrita literária, além de fonte histórica que possibilita a compreensão de uma sociedade por meio da representação da obra, de sua recepção e do autor. A literatura é uma arte que não deve ser reduzida somente a um documento histórico de um tempo em que foi escrita; ela é capaz de abarcar a sensibilidade, os anseios, constatações e críticas de forma poética, possibilitando a compreensão de uma sociedade.

João Cezar de Castro Rocha (2011, p.11), quando escreve sobre Roger Chartier e os estudos literários, chama a atenção sobre a orientação do trabalho do historiador que, quando se

debruça sobre os documentos, *a priori*, busca comprovação de suas hipóteses, reconhecendo então a “natureza diversa dos discursos”. No que contempla a literatura como fonte histórica, Peter Burke destaca que:

A expressão “nova história cultural” teve muito sucesso nos Estados Unidos, reunindo historiadores da literatura associados ao “novo historicismo”, historiadores da arte e da ciência, bem como o que podemos chamar de historiadores “comuns” ou “normais”. No entanto, o movimento é internacional. (BURKE, 2005, p. 46).

O que Burke denomina novo historicismo é um movimento que se mobilizou para colocar a literatura dentro do contexto histórico ou cultural. Para o autor, “a palavra cultural distingue-se da história intelectual, sugerindo uma ênfase em mentalidades, suposições e sentimentos e não em ideias ou sistemas de pensamento” (BURKE, 2005, p. 69).

Sabemos que são inúmeros os desafios do historiador em qualquer tempo, pois suas descrições partem de duas bases necessárias: as fontes e a investigação do historiador. No entanto, a literatura, e dentro da nossa pesquisa a literatura brasileira marginal de autores da periferia, que se tornou um movimento de luta pela ocupação do seu espaço na escrita literária, nos parece uma fonte riquíssima sobre vozes silenciadas.

3 EXPRESSÕES MARGINAIS NA LITERATURA

O campo dos estudos literários, assim como outros campos do conhecimento, sofreu com a crise de paradigmas nas ciências humanas e sociais que afetou sua forma e conteúdo. Dentro dessa crise de paradigmas, a literatura se constituiu em objeto de diferentes análises sobre si mesma e sobre a sua função. A literatura e seus estudos sofreram esse impacto e possibilitaram que o objeto literatura se transformasse em *corpus* de múltiplas áreas do conhecimento. Sobre a literatura, a autora Rita Schmidt (2017, p. 31) destaca que ela “[...] passa a ser vista como categoria transitiva, fenômeno histórico contextualizado no campo das formas culturais, inserida, portanto, nos modos de produção material e processos sociais concretos”.

Quanto aos estudos literários, podemos destacar que as análises e críticas literárias também podem ser entendidas como categorias em trânsito na medida em que estão inseridas dentro dos processos históricos. Sobre a historiografia literária, Rita Schmidt aponta que:

É inegável que as transformações da teoria têm fomentado uma verdadeira revolução nos estudos literários contemporâneos, permitindo questionamentos de várias ordens e de vários lugares sobre o funcionamento da disciplina e a definição de seus objetos, sobre a natureza da instituição literária e seus mecanismos de controle como discursos de valoração e interpretação, bem como sobre a forma e a função do cânone e sua relação com a narrativa da história da literatura. (SCHMIDT, 2017, p. 29).

Podemos inferir que entre distanciamentos e aproximações da literatura com diferentes áreas do conhecimento ela pode ser definida como fruição, engajamento, sistematização e ordenação da escrita imaginativa, reivindicação, subversão, presenças e ausências. O texto literário é, sobretudo, comunicação compartilhada que transita em diferentes espaços produzindo conhecimento.

Terry Eagleton (1997), na introdução de sua obra *Teoria da literatura: uma introdução*, destaca que fato e ficção, dentro dos textos considerados literários, são questionáveis. Citando René Descartes e Francis Bacon, por exemplo, como textos que já foram considerados literatura, traz à luz da discussão que a tentativa de definir literatura perpassa o argumento de fato e ficção, evidenciando, dessa forma, a literatura como um objeto complexo com amplas possibilidades de análises e pesquisas. Consoante o autor,

[...] o que descobrimos até agora não é apenas que a literatura não existe da mesma maneira que os insetos, e que os juízos de valor que a constituem são historicamente variáveis, mas que esses juízos têm, eles próprios, uma estreita

relação com as ideologias sociais. Eles se referem, em última análise, não apenas ao gosto particular, mas aos pressupostos pelos quais certos grupos sociais exercem e mantêm o poder sobre outros. (EAGLETON, 1997, p. 22).

Podemos destacar que, além da complexidade do *corpus* literatura, o campo da análise literária carrega um espectro ideológico com valores de distinção que ordenam as obras a partir de sua estrutura, linguagem, temática, enredo, entre outros fatores. Em linhas gerais, e para exemplificar as nossas premissas, a literatura e a teoria literária são objetos do seu tempo, sendo possível pensar as obras e as críticas que versam sobre elas como *corpus* de análise no campo social, político e econômico de uma sociedade.

Alinhados à ideia de Eagleton (1997) sobre a literatura e sua relação com as classes sociais dominantes, destacaremos o adjetivo marginal, que acompanha alguns textos literários brasileiros e que instaura uma relação de identificação geográfica, temática, estilística, de gênero, entre outras relações, e que classifica os textos a partir desses pressupostos. É possível extrair desse adjetivo outra premissa que está diretamente relacionada à valoração de uma obra dentro do cânone e sua classificação como tradicional ou popular. Muito embora seja pertinente, não serão objeto de análise as relativizações ao longo da história envolvendo gostos populares que são por vezes apropriados pela cultura de uma classe economicamente dominante. Vejamos o que pode nos dizer a culminância de dois conceitos antagônicos e distantes entre si, aparentemente.

A literatura desde sempre nos parece um substantivo ligado a um campo do saber pertencente a uma tradição de escrita e leitura de grupos culturais e socioeconômicos com acesso capital de produção e compra, enquanto marginal é um adjetivo que nos remete a desajustes e problemáticas sociais, econômicas, históricas e geográficas. A junção desse substantivo, que agrupa nas academias sujeitos reconhecidos que produzem e analisam textos literários nacional e internacionalmente, com um adjetivo que é carregado de pré-conceitos e relacionado a grupos minoritários implica uma análise que precisa ser contextualizada historicamente.

Podemos destacar que o estar marginal na literatura não é um processo estanque porque diferentes campos estruturam a classificação literária, como a política, os grupos sociais, o consumo, a linguagem, a temática e a circulação da obra, por exemplo. As mudanças econômicas, sociais e políticas possibilitam que os escritores e suas obras que foram marginalizadas num período da história alcancem grandes editoras com maior circulação da obra, tornando os textos e

os autores, então marginalizados, referências de pesquisas acadêmicas, análises teóricas, de consumo, entre outras.

Robert Ponge (1981), em uma de suas palestras, definiu a literatura marginal como aquela expressão literária afastada da literatura oficial, ou seja, da literatura pertencente à classe dominante. Nessa perspectiva de definição, podemos citar em caráter ilustrativo Lima Barreto, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, com existências e publicações em diferentes períodos históricos e cujas produções são marcadas pela história do violento conservadorismo brasileiro por meio do sexismo, do racismo e da negligência do Estado e da sociedade frente a sua população pobre e periférica. São escritores que alcançaram o reconhecimento, mas que em diferentes contextos históricos tiveram suas escritas apagadas ou marginalizadas.

Na história da leitura e da produção de qualquer campo do conhecimento no Brasil, é importante pontuar que grupos sociais considerados minorias, na sua grande maioria formados de classes sociais subalternas e descendentes de povos escravizados, não detinham o poder da palavra. As produções literárias e seu consumo estiveram durante séculos em posse dos colonizadores e seus descendentes. A literatura, como exemplo de campo do conhecimento, não alcançava a classe social dos pobres, que em grande parte compunha estatisticamente os analfabetos.

Nesse viés de análise, apontamos que muitos intelectuais brasileiros já se propuseram a pesquisar, analisar e teorizar sobre a complexidade da formação cultural do povo brasileiro. Destacaram-se alguns, como Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*), Gilberto Freyre (*Casa grande e senzala*) e Antonio Candido (*Dialética da malandragem*), por exemplo, ao pensarem o povo brasileiro com características únicas de um país que tem a sua história basilar construída a partir da escravização dos povos indígenas e africanos, da economia pautada nas grandes propriedades e, como manutenção dessa ordem, a violência sempre presente.

Dentro de um processo lento e gradual com alternâncias governamentais de caráter militar, oligárquico e desenvolvimentista, o acesso às letras não foi de caráter universalista. No entanto, avançou e possibilitou, dessa maneira, que a leitura alcançasse outros grupos sociais, compondo, dessa forma, outros escritores, outros leitores e, conseqüentemente, outras obras literárias.

A literatura marginal atravessa décadas na história da produção literária brasileira e não de forma estática, como poderemos observar nas análises seguintes. Abordaremos sobre as

produções textuais que foram classificadas como marginais e que estão contextualizadas temporalmente em um hiato democrático, o período da ditadura militar na década de 1970, e um novo movimento surgido em meados dos anos 2000, dentro de um contexto democrático. Muito embora diferentes obras tenham sido marginalizadas dentro do campo literário e em diferentes tempos históricos, o enfoque da nossa análise está nos movimentos, e não nos textos isolados, muito embora no decorrer da escrita sejam apontados autores que isoladamente conseguiram romper as barreiras do cânone com sua escrita.

As produções textuais brasileiras que foram classificadas como marginais na década de 1970 abordavam temáticas relacionadas à violência, contestações sobre condutas morais vigentes no período, protagonizando as vozes dos subalternos entre outras temáticas, por intermédio de uma linguagem áspera e chocante que relata a violência física e simbólica do cotidiano urbano das metrópoles. Como exemplos, podemos citar os livros¹⁴ de contos de Rubem Fonseca, autor que foi censurado durante a ditadura militar, obras dos escritores Plínio Marcos de Barros e João Antônio Ferreira Filho, poesias produzidas por poetas considerados marginais, como os participantes dos grupos *Nuvem Cigana*, que, juntamente com *Frenesi*, *Vida de Artista* e *Folha de Rosto*, compõe o *corpus* de pesquisa sobre a poesia marginal da década de 70, do escritor Carlos Alberto Messeder Pereira, que desvela a poesia marginal no circuito do Rio de Janeiro analisando suas diversas peculiaridades.

Diversas produções circulavam com textos relatando a violência urbana e suas causalidades na sociedade e no indivíduo, colocando em xeque o papel da sociedade frente ao aumento da desigualdade social e da violência. Essa violência, por vezes, era também praticada contra classes privilegiadas e, mesmo aparentemente gratuita, carrega consigo toda a negligência do Estado e da sociedade contra grupos excluídos, que viviam à margem do centro.

Não é um fenômeno recente na América Latina (re)pensar, por meio da literatura, a sociedade plural latina, rompendo com a ideia de unidade social, racial e cultural. O esforço de apagamento dessa mestiçagem aplicado com violência pela cultura dominadora europeia não alcançou o objetivo esperado e o fenômeno da mestiçagem, para além do racial, rompeu com qualquer possibilidade de uma unidade de pureza desejada pelos europeus. Em *Uma literatura nos trópicos*, o escritor Silviano Santiago (2019), amparado no trabalho etnológico, demonstra de forma linear, desde o processo de colonização, de que forma os colonizadores aplicaram as

¹⁴ *Feliz ano novo* (1975), recolhido pelo Polícia Militar no mesmo ano, e *O cobrador* (1979).

tentativas constantes e intensas de apagamento e, no reverso da moeda, a mestiçagem e como ela respondeu:

A maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de unidade e pureza: estes dois conceitos perdem o contorno exato do seu significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma, se mostra mais eficaz. (SANTIAGO, 2019, p. 17).

O que nos interessa é perceber que os textos literários classificados como marginais são o reverso dessa moeda da literatura considerada oficial, como anteriormente citada, na medida em que suas construções narrativas adotam estilo e temáticas que evidenciam um afastamento da “produção tradicional” dos períodos históricos em que estão inseridas. Os textos literários também são nomeados como marginais por transitar à margem das editoras e dos veículos midiáticos, produzindo e distribuindo sua poesia e prosa sem mediações, como no contexto histórico e político da ditadura militar, por exemplo.

Percebemos que o que classificou essa literatura marginal da década de 1970 está vinculado ao distanciamento do centro. Linguagens, temáticas, personagens, enredos, mercados editoriais, edições e produções que contrapunham o centro do sistema social, político e econômico definido como padrão estético para a sociedade daquele tempo. Os poetas marginais de grupos do Rio de Janeiro têm como um dos ecos marginais o circuito de produção e distribuição. A exclusão da rede comercial que envolve o trabalho de edição, distribuição e venda das obras contribui para que a classificação no gênero marginal categorizasse essas produções literárias. Isso porque, nesse contexto, “a venda se dá geralmente de mão em mão, sendo realizada muitas vezes pelo próprio autor ou por amigos deste e percorrendo um circuito mais ou menos fixo de bares e/ou restaurantes [...]” (PEREIRA, 1981, p. 41).

Esse movimento, que teve início na segunda metade do século XX, contemplava escritores de classe média que protestavam contra os atos institucionais do governo militar, que aplicava sanções contra a liberdade de expressão. Apresentavam mais um eco marginal porque contrapunham a linguagem, as condutas de ordem coletiva e individual que o sistema político do período defendia:

Trata-se de jovens poetas de classe média – também conhecidos como “geração mimeógrafo” – que, no contexto da censura e da repressão, produziram uma poesia irreverente e irônica, ferozmente antiliterária e anticanônica, com forte uso do vernáculo popular, explicitamente desvinculada de qualquer projeto

estético ou político unificado e de qualquer enquadramento formal, tendo como única reivindicação viver poeticamente. (REYES, 2013, p. 70).

No século XXI, outro movimento caracterizado como marginal se coloca na cena literária, dentro de um cenário político totalmente diverso do regime militar, cenário dirigido por um sistema democrático e amparado numa Constituição considerada cidadã e modelo para a América Latina, em teoria. Esse movimento surge a partir de escritores moradores das periferias, distinguindo-se e distanciando-se da literatura marginal produzida na década de 1970 no que versa sobre a origem social dos autores. Os moradores da periferia escrevem sobre si e seus pares e de sujeitos passivos se tornam ativos da sua própria produção literária e artística. A favela quer falar sobre si a partir de si e não o faz de forma isolada. Nesse novo movimento, a coletividade e a oralidade estão postas e aparecem fortalecidas para ocuparem seu espaço no campo literário.

É importante ressaltar que, décadas antes, outros escritores moradores da periferia, como o carioca Antonio Fraga¹⁵ e Carolina Maria de Jesus,¹⁶ moradora da favela de Canindé, atualmente extinta, em São Paulo, escreveram e publicaram textos literários. No entanto, foram obras isoladas em diferentes contextos históricos. Para elucidar melhor a diferença entre as publicações das duas obras anteriormente citadas e os textos literários marginais escritos pelos escritores moradores da periferia décadas depois, citamos a análise de Antonio Eleison Leite (2014), que nomeia as produções literárias desse movimento da literatura marginal do século XXI como uma manifestação da cultura popular urbana construída por várias mãos, ou melhor, por diversas produções concomitantes filiadas ao movimento *hip hop*. A coletividade está presente com as publicações e o sucesso desses escritores marginais que não caminham sozinhos na transposição das barreiras que envolvem a periferia e o centro.

Quando Carolina Maria de Jesus escreve e tem os seus textos literários publicados, o processo histórico envolvendo tempo e espaço é diverso dos escritores desse movimento da literatura marginal. A escritora aparece isolada na sua produção artística, sofrendo inclusive críticas e ofensas de seus vizinhos enquanto produzia sua arte por meio da palavra. Manifestava em seu diário o desejo de se mudar daquele espaço geográfico que parecia não compreender seu lugar de escritora.

¹⁵ Publicou a novela *Desabrigo* (1942) e o poema “Moinhos” (1957).

¹⁶ Publicou *Quarto de despejo*: diário de uma favelada (1960).

Carolina Maria de Jesus foi uma escritora que morava dentro do tema de sua obra, na favela, e sua produção literária rompeu as barreiras da periferia, assim como a produção de Ferréz, um dos precursores do movimento da literatura marginal a partir dos anos 2000, que considera a escritora como a “*grande rainha da literatura marginal*” (FERRÉZ, grifos nossos). Carolina Maria de Jesus teve sua obra *Quarto de despejo* publicada em 1960, publicada em quarenta e dois países, um fenômeno de vendas e que se tornou objeto de pesquisa em diferentes campos do conhecimento dentro das academias brasileiras e também em outros países.

Sobre esse lugar que a escritora e sua escritura alcançaram é legítimo refletir como essa obra que atingiu um público em larga escala, como comprovam as diversas traduções, com um alcance que ultrapassou as fronteiras físicas e simbólicas da periferia brasileira, não tenha sido reconhecida pelo cânone literário nacional. Em sua dissertação de mestrado intitulada *Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética*, Fernanda Rodrigues de Miranda¹⁷ destaca as margens pelas quais Carolina Maria de Jesus foi inserida pelos sistemas econômico, social e intelectual brasileiro. Uma mulher negra, periférica e com baixa escolaridade que escrevia autobiografia, um gênero considerado menor pelo cânone literário.

Isso demonstra que mesmo os textos literários que desvelam as mazelas sociais, mas não foram classificados como integrantes dos movimentos da literatura marginal, corroboram a premissa das facetas adotadas pelos movimentos, denunciando por meio de uma expressão literária a negligência e o apagamento de grupos sociais, além de reivindicarem a liberdade na construção de poesias e prosas que abordam temáticas urgentes e necessárias, colocando, na maioria de suas produções, o protagonismo das classes subalternas.

No sistema literário, essas obras também têm por objetivo atingir vendas expressivas no mercado literário, num circuito que contemple todas as classes sociais e quiçá cumpra um papel expressivo socialmente no que versa sobre apagar a invisibilidade sofrida pelas minorias em uma sociedade desigual e na mesma medida exigindo que essa visibilidade seja demarcada, respeitada e legitimada.

Podemos inferir sobre a existência de aproximações e distanciamentos entre as produções textuais marginais da década de 1970 e as produções atuais do movimento da literatura marginal

¹⁷ Dissertação defendida na Universidade de São Paulo – USP, em 2013.

a partir dos anos 2000. Para isso, é preciso evitar anacronismos, pois o contexto político dos períodos é distinto, bem como as condições socioeconômicas dos escritores.

Uma das aproximações possíveis entre esses dois momentos das produções literárias marginais é o reconhecimento do cânone brasileiro, como observa Ferréz. Em uma entrevista para o *site* Almanaque Brasil,¹⁸ o escritor ressalta que os escritores Plínio Marcos e João Antônio são de grande importância para o autor porque vieram antes com suas produções e não tiveram seu trabalho reconhecido como autêntico no campo literário. Assim, a nova geração de escritores marginais reconhece o papel textos literários marginais e/ou marginalizados pelo campo literário como de grande importância para esse novo movimento, que reivindica para si o espaço para contar a sua história.

O movimento da literatura marginal a partir dos anos 2000 é uma teia complexa que perpassa a escrita dos textos literários e o seu reconhecimento no campo editorial. É um movimento que não quer somente falar sobre si e participar do debate, mas ambiciona que o movimento cultural efetivamente seja palco de uma transformação social, a qual o escritor Ferréz cunha como uma “evolução”.

Destacamos a importância desse movimento dentro de um Brasil que teve sua abolição da escravidão tardia e inserida num projeto inacabado de construção cidadã, um país que funda sua república com um golpe e que a partir dele alterna dentro dos cargos políticos, na sua grande maioria, sujeitos pertencentes às classes sociais privilegiadas. Dessa forma, podemos concluir que as temáticas abordadas na literatura marginal não são novidade no Brasil, ao menos no que tange às práticas sociais.

Uma das temáticas constantemente abordada nos textos literários marginais é a violência, física ou simbólica, uma prática enraizada no Brasil que insiste em acompanhar a nossa história por séculos junto com uma prática autoritária que compõe a História brasileira. Importante lembrar que o processo de escravização dos povos oriundos da África e dos povos autóctones esteve pautado em práticas de violência e que mesmo após as leis que proibiam a escravização dos índios e dos negros o modelo autoritário e violento permaneceu. Os latifúndios e a política baseada nos interesses dos pequenos grupos ativos na economia do país ampliavam cada vez

¹⁸ Disponível em: <https://almanaquebrasil.com.br/2017/12/09/ferrez-a-literatura-esta-na-rua-como-um-bom-despacho/>. Acesso em: 18 jan. 2020.

mais o abismo entre pobres e ricos. Perseguições às práticas culturais dos negros, mestiços e pobres sempre foram legitimadas pelo Estado.

As populações marginalizadas no Brasil, em linhas gerais, são isoladas geograficamente em espaços distantes do centro que ficaram conhecidos como periferia. A periferia é, portanto, um resultado geográfico de diferentes práticas de negligência do Estado brasileiro, e podemos destacar o modernismo e a industrialização com uma dessas práticas que insistiu em um apagamento dos migrantes de regiões agrárias para servir como mão de obra na efetiva modernização de regiões brasileiras, como a Sudeste, por exemplo, ampliando o número de favelas nas regiões brasileiras. No campo da História, as condutas adotadas pelas classes privilegiadas desde o período de colonização do território são objeto de análise numa perspectiva de condutas sociais de longa duração contra as minorias, independentemente das políticas de integração das classes sociais adotadas em diferentes momentos da história do país, o que também é demonstrado pela literatura marginal de forma poética e ficcionalizada.

A historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2019), analisando o autoritarismo brasileiro, destaca que o processo histórico não é mecânico entre o passado e o futuro. No entanto, a raiz autoritária corre o risco de prolongar-se e a linguagem do mandonismo é uma herança que encontra sobrevida no campo dos “afetos digitais”. Importante ressaltar que o autoritarismo e a violência são práticas indissociáveis e que a literatura brasileira descreve essas práticas em diferentes gêneros literários, sendo que na literatura marginal o estilo da escrita se diferencia pela “linguagem mais coloquial e até com desprezo ao prestígio da academia”, segundo Pereira (1981, p. 39).

Podemos aqui aproximar a Literatura da História quando nos debruçamos sobre a literatura marginal. As temáticas, as personagens, os escritores, o estilo e as geografias dos romances marginais denunciam uma história que muitas vezes a política e a mídia, com a conivência de parte da sociedade, silenciam, estruturando uma narrativa de forma orquestrada sobre um Brasil democrático para todos, negligenciando as heranças do autoritarismo violento do Brasil. A literatura marginal, ainda que por meio de textos ficcionais, ocupa uma função importante no campo do conhecimento sobre a História do Brasil, pois suas facetas têm muito para contar por meio de sua linguagem crua e direta. As ficções que abordam os brasis esquecidos e que denunciam as feridas abertas e latentes, frutos de um processo de desigualdade social, nos parecem cada vez mais necessárias e urgentes.

3.1 ESCREVER SOBRE A MARGEM: DÉCADA DE 1970

A ciência da História, assim como outras ciências, não dissocia o contexto dos produtos humanos. Sob esse viés, faz-se necessário compreender qual Brasil está pulsando nessa década de 1970, o Brasil miscigenado na cor, nos costumes, nas perspectivas e no espelho, estilo “Madame Bovary”, como afirmaram, entre outros, Lima Barreto e Sérgio Buarque de Holanda, este, historiador, crítico literário e ensaísta, aquele, escritor. Ambos, cada qual no seu ofício, identificaram o Brasil complexo, peculiar e diverso nas suas facetas.

Lima Barreto foi um escritor afrodescendente combativo contra as práticas racistas e preconceituosas do seu tempo. Seus textos literários nos contam desse Brasil bovarista, que, segundo Schwarcz (2017, p. 11), criticava e denunciava “a mania de apreciar e adotar tudo o que vinha do estrangeiro e não gostar do que é seu”. Sérgio Buarque de Holanda, com seu tratado *Raízes do Brasil*, uma análise profunda sobre a sociedade brasileira, também relata sobre o Brasil que “se envergonha de si mesmo, de sua realidade biológica” (HOLANDA, 2016, p. 292).

O Brasil da década de 1970 é o resultado de diversos brasis. É um reflexo do Brasil republicano e suas heranças coloniais, de um Brasil oligárquico na política e nos costumes, de um Brasil Getulista, de um Brasil desenvolvimentista, mas é também o resultado de um processo ditatorial militar ainda em curso. O golpe militar de 1964 não foi o primeiro na história do Brasil que abre sua página republicana e a consolida através de um golpe. As elites brasileiras no decorrer da história política do Brasil utilizaram golpes também na tentativa de deter a expansão das massas populares.

O Brasil da década de 1970 é um Brasil conservador nos costumes e liberal na economia, paternalista na moralidade e seletivo nos auxílios estatais. Não é obviamente o Brasil de todos, mas é o Brasil que expurgou as “ideias comunistas” que deveras tentaram propagar seu ideal junto aos trabalhadores urbanos em períodos anteriores, em especial no governo de João Goulart. A proximidade de João Goulart com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e com movimentos sindicais e sociais de base causou em diversos segmentos um pânico que foi estendido pelos tentáculos dos políticos conservadores, de instituições como a Igreja Católica e o Exército a toda população brasileira, atingindo, assim, largo alcance e justificando e legitimando o Golpe Militar no ano de 1964.

O discurso de “que não estamos no governo, mas estamos no poder”, proferido por Luiz Carlos Prestes, secretário do PCB, teve um efeito rápido nas classes conservadoras que concretizaram o golpe de 1964, colocando o “sindicato de uma massa falida”, como ele mesmo se descrevia, o general Humberto de Alencar Castello Branco, no poder.

Então, para compreender o movimento da literatura marginal da década de 1970, é necessário não somente compreender a política da década anterior, mas também as produções artísticas que estavam presentes e pulsantes nos anos de 1960. Sabemos que todos os momentos históricos estão vinculados pela teia do contexto anterior, no entanto, destacaremos somente alguns movimentos dentro do recorte temporal dos anos de 1960 até a produção literária que ficou conhecida como literatura marginal da década de 1970.

Não distante desse contexto temporal, o Brasil vigente é um país modernista, o Brasil de “cinquenta anos em cinco”, o Brasil da nova capital, das estradas, da urbanização, do consumo dos bens duráveis; a nação idealizada pelo presidente Juscelino Kubitschek, conhecido como JK, dos anos de 1956 a 1961. A migração do campo para a cidade, em decorrência do projeto de governo pautado na urbanização de um país agrário, causa diversos fenômenos sociais e artísticos no país. A crítica literária Heloisa Buarque de Hollanda destaca, em sua obra *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*, sobre os movimentos artísticos das décadas de 1960 e 1970, o reflexo da política brasileira na arte. Sobre os anos 60, a autora afirma que:

A efervescência política e o intenso clima de mobilização que experimentávamos no dia a dia favoreciam a adesão dos artistas e intelectuais ao projeto revolucionário. Esse projeto, ao lado das contradições levantadas pelo processo de modernização industrial, configurado de forma acentuada a partir do período JK, emerge como referente de uma poesia que seja de vanguarda ou de dicção populista e traz para o centro de suas preocupações o empenho de participação popular. (HOLLANDA, 1980, p. 15-16).

A ideia da arte engajada está posta e ela é defendida por um grupo de artistas como sendo a única legítima. A arte como fruição, a arte distanciada das classes populares, a arte que não assume um posicionamento político de denúncia e revolução social é esvaziada de sentido. O Centro Popular de Cultura (CPC) lança um manifesto, no ano de 1962, defendendo o engajamento do artista num processo de mudança social que atenda às demandas das classes populares, catalogando e classificando a classe artística dentro de grupos que estejam alienados e/ou engajados e, por óbvio, os artistas que compõem o grupo se posicionam ao lado do povo

como peça efetiva na linha de frente para que o processo de mudança social alcance o sucesso frente ao Estado e às classes sociais privilegiadas.

Não serão abordadas questões de reivindicação e paternalismo que a classe artística toma para si para falar e defender as classes populares, muito embora críticas frente a essa conduta já tenham sido referenciadas em outros trabalhos acadêmicos. Nosso interesse é compreender o movimento traçado pelas artes na década de 1960 para contextualizar a produção marginal da década de 1970. É importante pontuar que o CPC, formado em sua maioria por artistas de classe média, não alcançou o percurso desejado, demonstrando em alguma medida que os problemas sociais brasileiros são complexos e com uma raiz profunda dentro da construção histórica do nosso país.

Obviamente, a arte não desistiu de proclamar seu olhar revolucionário sobre o mundo, no entanto, com o poder político em um campo conservador e autoritário, o horizonte ficou restrito basicamente entre os pares, pertencentes à classe média. Literatura, cinema e teatro compactuam com uma reflexão crítica sobre o Brasil e sobre o brasileiro abordando temáticas que convidam à reflexão sobre os diferentes brasis, mas que não atingem a todos os grupos sociais de fato e acabam sendo absorvidos pelo mercado de consumo. Sobre as produções artísticas desse período pós-golpe, a arte com temática revolucionária é consumida e apropriada por classes privilegiadas que compactuam em alguma medida com o sistema político, econômico e social do país. “Nessas circunstâncias, boa parte das chamadas obras de esquerda acabam por não ter outra função além de conseguir obter da situação política efeitos renovados para o entretenimento do público” (HOLLANDA, 1980, p. 31).

A título de ilustração, citaremos movimentos que representaram esse momento e movimentaram a cena artística durante a década de 1960, quando a literatura vai ocupar um espaço secundário na medida em que o teatro e o cinema se constituem enquanto uma ferramenta eficaz de alcance ao público. Consoante Hollanda (1980, p. 35),

essa evasão não nos leva, todavia, à conclusão de que a literatura estará se exercendo em outros canais. Não se trata de afirmar, por exemplo, que a poesia vai se fazer na música popular ou no cinema, mas sim de perceber como esse desvio a que nos referimos canaliza para outras linguagens um debate propriamente literário, muitas vezes transposto pela própria formação (literária) dos autores.

No teatro, podemos citar o *show* Opinião, no Rio de Janeiro, e, cinematograficamente, o movimento do cinema novo como ferramentas artísticas que respondem de forma crítica à

política vigente no país, Tais manifestações sofrem críticas de segmentos da esquerda¹⁹ política por suas características performáticas, como por exemplo, problematizar o papel da esquerda na política brasileira, as alianças políticas e os discursos populistas, evidenciadas nas produções de Glauber Rocha e Gustavo Dahl, entre outros.

No final da década de 1960, um novo movimento artístico, que ficou conhecido como tropicalista, subverte a arte e rouba para si a cena cultural do país, apresentando elementos híbridos que contestam discursos nacionalistas e que, antropofagicamente, absorve movimentos culturais estrangeiros. Um movimento alegórico que foi objeto de diferentes análises e que certamente se distancia do movimento engajado do início dos anos 60 que defende ser a arte um instrumento revolucionário. O Tropicalismo refletia sobre as contradições discursivas das artes até aquele momento. O instante, o momento presente, é dentro desse movimento uma tônica; a esperança de um futuro salvador inexistente:

Será inclusive por esse aspecto da crítica comportamental, pelo deboche diante das atitudes “bem-Comportadas” que Caetano e Gilberto Gil acabarão exilados pelo regime militar. (HOLLANDA, 1980, p. 61).

O Tropicalismo deixou suas marcas nos movimentos seguintes. De acordo com Hollanda (1980), na sua tese de doutoramento, a desconfiança sobre a modernidade e os posicionamentos políticos discursivos da esquerda ortodoxa e da direita são elementos de crítica que serão aprofundados nos movimentos artísticos.

Dentro desses circuitos artísticos que temporalmente podem ser recortados entre o final da década de 1960 e a década de 1970, a arte brasileira encontra a contracultura em um período político ditatorial, que foi implementado no Brasil no ano de 1964 e que gradualmente, por meio dos Atos Institucionais, cerceia as manifestações culturais e sociais que se posicionam contra os ideais do governo militar. Faz-se importante pontuar que com a legitimação do Golpe Militar a produção cultural permanece em cena e produz diversos movimentos dentro da arte no eixo cinema-literatura-teatro, e que o posicionamento de direita e conservador do governo não impediu a total circulação dessas mercadorias no início do governo. Produções artísticas de artistas com viés crítico e que não alcançavam a classe popular trabalhadora resultaram no exílio desses artistas.

¹⁹ Sabemos dos diferentes significados que a palavra esquerda contempla dentro da política desde a revolução francesa, no século XVIII, até a democracia atual, e nesse contexto adotaremos o conceito de filiação ideológica que versa sobre projetos políticos de cunho social e na crença que os seres humanos são mais iguais do que desiguais. (BOBBIO, 2011).

Carlos Alberto Messeder Pereira (1981), na sua obra *Retrato de época: poesia marginal anos 70*, contextualiza o que esse período representou para os artistas. Segundo o autor,

no Brasil, a passagem dos anos 60 para os anos 70 significou bem mais do que uma mudança de década; para uma parcela significativa da intelectualidade, esta passagem marcou o momento de uma profunda virada intelectual vivida nos seus instantes mais iniciais de modo especialmente angustiante. (PEREIRA, 1981, p. 33).

Quando no ano de 1968 foi publicado o Ato Institucional número cinco (AI-5), o impacto foi diferente dos anos anteriores, fazendo crescer a repressão por meio dos aparelhos do Estado. Assim, obras que denunciavam as fraturas sociais do Brasil passaram a ser duramente perseguidas e proibidas, em alguma medida por conta desse Brasil que aposta na maravilha do milagre econômico com muito investimento estrangeiro e com grandes construções estatais, além do consumo da classe média.

Pontuamos que a produção cultural no Brasil não foi estagnada, ela caminhou numa escala de modernidade paralela à política e à economia aplicada no período. No entanto, o Estado investe e se apropria das produções para consumo da classe média. “No campo da produção cultural a censura torna-se violentíssima, dificultando e impedindo a circulação das manifestações de caráter crítico” (HOLLANDA, 1980, p. 90).

Mesmo com a censura instituída, a literatura esteve presente em todos os momentos culturais do Brasil nos anos de 1960 e 1970, seja em menor ou maior escala. Dentro de alguns movimentos, foram o cinema, a música e o teatro que ocuparam espaços de porta-vozes da cultura, mas ainda ali a literatura esteve presente com seus elementos poéticos. O que afasta e aproxima os movimentos culturais pulsantes nessas duas décadas é o fio condutor que têm a arte e a política em diferentes campos.

Nesse contexto político e social da ditadura militar, o Estado investe na pedagogia tecnicista e financia uma grande fatia da arte com investimentos em produções que atendam a exigência do mercado de consumo pensado e legitimado pelo Estado militar. A censura como método disciplinador persegue artistas, professores e intelectuais e o esvaziamento da crítica política e social é o objetivo dos setores responsáveis pela aprovação da circulação dos produtos de arte no país. A subjetividade se constrói enquanto resistência dentro da arte e a poesia metafórica é interpretada por compositores alcançando setores da juventude intelectual do país e se tornando a voz dos “que não podem falar”. Consoante Holanda (1980, p. 93):

Essa esperteza de burlar a censura passa a ser extremamente valorizada e é rapidamente codificada. Por outro lado, os que se recusam a pautar nas suas composições ou apresentações nesse jogo de referência ao regime, ou que preferem não adotar o papel de porta-vozes heroicos da desgraça do povo, são violentamente criticados, tidos como “desbundados”, “alienados” e até “traidores”, como acontece com os baianos Caetano Veloso e Gilberto Gil.

É nesse contexto de censura, de artistas críticos e criticados pelo sistema ou pela oposição que os escritores marginais, também conhecidos como “geração mimeógrafo”, estão inseridos. Nesse Brasil que durante uma década viveu o milagre econômico, a urbanização, a circulação de narrativas políticas de igualdades sociais, de reforma agrária, da arte engajada, arte alegórica e, ao final da disputa, a educação moralizante nos costumes, que, por fim, engessa as décadas seguintes.

Desses múltiplos discursos que tencionam não somente as lutas sociais, mas também a arte, que precisa circular dentro de um sistema político, econômico e social, em um Brasil que transita entre o velho – agrário – e o novo – urbano –, que é tão desejado pela modernidade em que o país vai se inserindo, outras questões urgentes começam a ser expressadas por intermédio da literatura. O campo discursivo dentro da arte começa a ser problematizado e as ordens dos sentimentos, das sensações, dos desejos do sujeito ocupam o protagonismo. Um novo circuito surge dentro dessa problematização; ele é um outro modelo, alheio aos investimentos culturais estatais que cerceiam a forma e o conteúdo e contempla o teatro, a música e a literatura. Interessa-nos identificar essas produções literárias dos livros mimeografados, que circulam independentemente do referendo oficial. As produções que ficaram conhecidas como literatura marginal da década de 1970 apresentam um movimento que vai na contramão do mercado editorial. O poeta cria, produz e distribui sua arte, mantém o contato direto com o seu público leitor.

No processo criativo do artista, a linguagem também é subversiva dentro da temática de diferentes cotidianos. As sensações e percepções que o sujeito tem sobre si e sobre o seu meio são registradas com uma linguagem coloquial e irônica que não almeja o papel da literatura engajada e tampouco crítica; é uma produção alternativa ao sistema cultural e econômico vigente.

Sobre alguns poetas marginais inseridos no circuito do Rio de Janeiro, a análise de Pereira (1981) versa acerca de diversos elementos das produções desses poetas que convergem para analisar a poesia marginal como um fenômeno. Sobre os poetas e os grupos aos quais os poetas pertenciam, o autor destaca que:

Nestes casos, acho fundamental pensar os diversos elementos – forma de produção e distribuição, temática, linguagem, maneira de abordar as questões, acabamento gráfico, etc., etc. – de modo articulado. Só assim se poderá pensar a “poesia marginal” como um fenômeno específico e inovador. (PEREIRA, 1981, p. 56).

Esses poetas não creem no futuro como o fazia a literatura engajada de viés marxista, por exemplo, em um movimento artístico de conscientização de classe social dentro da crença de que no futuro os operários apreenderiam o seu protagonismo na história. Também não pertencem a um grupo ideológico que entende a modernidade na perspectiva do capitalismo liberal, ou seja, de que o futuro será de conquistas. Eles valorizam o momento e representam essa orientação numa produção livre das amarras acadêmicas, que pode ser entendida como uma crítica à ciência, compreensível para o momento histórico do Brasil do período, que esvazia as humanidades para investir em uma construção de conhecimento de ordem estrutural, sem questionamentos e críticas.

Uma das características desse movimento marginal da década de 1970 é que ele versava sobre uma luta pela liberdade de expressão, para além do universo marginalizado socialmente. Pleiteava-se a liberdade de poetizar o mundo, de decodificar as experiências, curtir os momentos da vida de forma intensa. No entanto, os escritores que foram rotulados como marginais pela forma e conteúdo da sua escrita não necessariamente pertenciam às classes marginalizadas e compunham um caráter mambembe. A nomenclatura atribuída às suas produções estava relacionada aos traços dessas produções, tais como: o linguajar, a temática e a estrutura da escrita, a forma de produção e a distribuição de suas obras.

As ideias-chave da produção literária dos poetas marginais, desenvolvidas por Pereira (1981, p. 92), estão vinculadas à crítica da pedagogia adotada pela ditadura militar e ao intelectualismo e uma valorização da “politização do cotidiano”. Esses poetas alcançaram um público diversificado, talvez pela circulação das obras e dos artistas em outros ambientes. No caso do Rio de Janeiro, o pesquisador destaca que esse público admirador dessas poesias estava localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro e que “essas produções não tinham eco a nível popular” (PEREIRA, 1981, p. 99). Talvez um dos distanciamentos mais evidentes dos movimentos literários cunhados de marginal esteja relacionado à classe social dos escritores e leitores. No entanto, a crítica social está presente nas poesias; é a voz de fora ecoando a dor de dentro dos

subalternos e também a sua própria dor frente a um país conservador e desigual. Destacamos o poema de um integrante do grupo *Nuvem Cigana*, publicado em 1976:

O operário não tem nada com a minha dor
 bebemos a mesma cachaça por uma questão de gosto
 ri do meu cabelo
 minha cara estúpida de vagabundo
 dopado de manhã no meio do trânsito
 torrando o dinheirinho miudinho a tomar cachaça
 pelo que aconteceu
 pelo que não aconteceu
 por uma agulha gelada furando o peito.

Perpétuo socorro, Rio, *Nuvem Cigana*, 1976. (PEREIRA, 1981, p. 99).

O poema aproxima e distancia o operário do poeta. Este tem a consciência daquilo que os separa e aproxima, e destaca na poética sua dor em meio à urbanização da cidade, não considerando explicitamente outros motivos pelos quais o operário também bebe a cachaça. Ainda assim, o poeta traz a dor de estar/viver na cidade pelo que há e pelo que virá.

A poesia a seguir foi publicada pelo poeta Antônio Carlos de Brito, que ficou conhecido como Cacaso e fazia parte de um grupo composto por mais três autores que lançou, no ano de 1974, coleção que ficou conhecida como *Frenesi*, e também foi *corpus* de análise da pesquisa *Retrato de época: poesia marginal anos 70*. A pesquisa destaca que esse grupo era formado por pessoas “melhor situadas” que o pessoal do mimeógrafo em termos de “prestígio intelectual”. O crítico literário Roberto Schwarz compunha esse grupo que, junto com Cacaso, estava ligado à vida e formação acadêmica, evidenciando que a classe social, na sua grande maioria, desses artistas era distinta dos escritores que compõem o movimento da literatura marginal dos anos 2000.

“HISTÓRIA NATURAL”
 Meu filho agora
 ainda não completou três anos.
 O rosto dele é bonito e os seus olhos repõem
 muita coisa da mãe dele e um pouco
 de minha mãe.
 Sem alfabeto o sangue relata
 as formas de relatar: a carne desdobra a carne
 mas penso:
 que memória me pensará?
 Vejo meu filho respirando e absurdamente
 imagino
 como será a América Latina no futuro.
 Cacaso, 1974. (PEREIRA, 1981, p. 180).

O poeta se debruça a pensar o futuro da América Latina a partir do presente violento da década de 1970. Destaca-se a crítica poetizada do autor sobre o contexto político e social do País e como será construída essa memória coletiva pelas gerações seguintes.

Sobre o poeta Cacaso, Roberto Schwarz (1999) publica um ensaio intitulado “Pensando em Cacaso” e, ao escrever sobre o cotidiano do poeta e o seu “ser” no mundo, o crítico literário destaca que o poeta tinha a intenção de escrever sobre a poesia marginal da década de 1970 como uma “experiência histórica do período de repressão”, em uma perspectiva coletiva desses artistas. No mesmo ensaio, é destacado o desejo do poeta em “dar o seu depoimento do Brasil”, que certamente deveria ser pelo caminho da arte. O ensaio foi escrito como uma homenagem de Roberto Schwarz ao poeta falecido em 1987 e nos orienta a olhar não somente para a poesia de Cacaso, mas para o coletivo da poesia marginal da década de 70 como uma fonte histórica sobre o período da ditadura militar.

Sobre os poetas marginais, especificamente no circuito do Rio de Janeiro, destacam-se os grupos *Coleção Frenesi*, *Nuvem Cigana*, *Coleção Vida de Artista* e a *Revista Assim*, que formaram juntamente com alguns poetas independentes, como Chacal, por exemplo, o *corpus* de uma análise que merece ser destacada por abordar elementos importantes sobre o movimento da poesia marginal da década de 1970. A pesquisa de Pereira (1981) compila diversos poemas e analisa a diversidade dos poetas marginais do período, demonstrando ser um movimento heterogêneo na forma e no conteúdo, nas questões políticas e ideológicas singularizadas nas composições de cada artista. O que fica evidente na pesquisa citada e que nos interessa em nossa análise entre as aproximações e distanciamentos com o movimento marginal dos anos 2000 é a condição social do artista e o alcance de sua obra, além da temática e estrutura abordada nas construções poéticas.

A classificação marginal dessas expressões literárias evoca o tempo no qual estão inseridas. Muito embora os artistas estejam circulando no centro das capitais, sua contravenção temática e estrutural classifica sua marginalidade e distanciamento das produções que convergem com o conservadorismo em que o país está inserido. A abordagem sobre a violência física e simbólica dentro de um sistema político de censura revela além do tempo presente, evidenciando um debate sobre o alcance e a função da arte na medida em que essa poesia é também o retrato de períodos anteriores.

Pereira (1981) destaca que o material pesquisado sobre a poética marginal da década de 1970 perpassa o universo literário e considera a relação da arte com a sociedade, o trabalho do artista, além de sua produção. Vejamos como o autor descreve essas relações:

A análise deste material parece revelar a existência de um vigoroso debate intelectual que extrapola, de muito, o universo estritamente literário. As questões levantadas vão desde aquelas mais especificamente referentes ao fazer poético, até outras mais gerais como a relação arte/sociedade, a natureza do trabalho artístico, o próprio processo de produção e apresentação ao público de produto deste trabalho, bem como as próprias noções de literatura, poesia, arte, artista, obra, etc. (PEREIRA, 1981, p. 31).

A relação sistemática entre a arte/cultura, sociedade e política nos apresenta uma possibilidade de compreender esse tempo histórico e sua relação com outros períodos históricos do Brasil porque contempla, dentro das produções, debates e circulações, diferentes possibilidades de fontes que permitem pluralizar o conhecimento sobre nosso país. Para além do movimento dos poetas marginais da década de 1970, diversos escritores de diferentes regiões brasileiras estavam ficcionalizando e poetizando o Brasil do seu tempo por meio de sua arte.

Entre tantos artistas que estavam problematizando e poetizando o meio em que estavam inseridos, é importante destacar que uma camada imensa de poesia, prosas e autores não foi citada. Elegemos alguns movimentos e poetas que foram *corpus* de análise em outras pesquisas e publicações para contextualizar a poesia marginal, além de alguns escritores que servem de inspiração para Ferréz e sua produção literária, como o próprio escritor já destacou em algumas entrevistas.

João Antônio Ferreira Filho e Plínio Marcos de Barros, por exemplo, são escritores que foram referência para Ferréz cunhar, para sua produção literária, o caráter marginal. Os escritores abordavam em suas obras temáticas de um universo à margem da conduta civilizatória chancelada pelo Estado, a partir de uma linguagem coloquial e carregada de gírias e “palavrões”. O universo do sexo, das drogas, da prostituição e da violência coexiste dentro das produções artísticas desses escritores que colocam em evidência a existência de sujeitos de outro Brasil que a política conservadora insistia em apagar e que a arte escancara por meio das construções narrativas.

O escritor João Antônio, já falecido, e sua produção intelectual servem de *corpus* em diversos artigos e pesquisas acadêmicas, denotando, dessa forma, sua importância para a literatura brasileira. Sua vida já inspirou uma biografia e seu trabalho intelectual foi compilado e

está disponibilizado, desde o final dos anos 1990, em São Paulo, na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (Unesp). Oriundo de uma família de classe popular, o escritor desenvolveu suas obras com temáticas e personagens marginalizados. No artigo intitulado “A construção do escritor João Antônio”, Vaniucha de Moraes (2017) destaca que o escritor transitava nos ambientes onde circulavam sujeitos marginalizados socialmente:

Foi a partir dessas primeiras incursões pela vida noturna que o futuro escritor desenvolveu o gosto pela boemia e por ambientes em que circulavam jogadores de sinuca, malandros, viradores e prostitutas, figuras que em seus contos ganhavam dimensão existencial e poética. (MORAES, 2017, p. 685).

Suas produções tinham como fio condutor o urbano, a metrópole. Dentro dessa urbanização metropolitana, transitavam todos os tipos de sujeitos, e o que os diferenciava era o apagamento dado para alguns grupos sociais. João Antônio poetizava suas construções narrativas personificando os sujeitos apagados socialmente e colocando-os dentro do protagonismo ficcional.

Moraes (2017) destaca a relação entre a origem, a trajetória e a obra do autor. Para Candido (1976), a produção artística tem relação com o artista e com as condições sociais nas quais ele está inserido. Em sua análise, o autor destaca sistematicamente os fatores que contribuem para a forma e para o conteúdo da produção, identificando, dessa maneira, a experiência como fonte de inspiração para a arte. Wagner Coriolano de Abreu (2014), quando cita algumas publicações das obras do autor, pontua sobre a memória da infância que permeia o pensamento de João Antônio, que, assim como Ferréz, faz uso da linguagem, da temática marginal e de suas experiências para compor suas produções literárias. As aproximações entre os dois escritores vão além; assim como João Antônio, o escritor Ferréz também esteve vinculado ao jornalismo, explicitando suas posições sobre temáticas sociais.

Ferréz destaca, entre outros escritores, João Antônio como uma fonte de inspiração para a sua produção. João Antônio destacava inspirar-se e admirar Lima Barreto, um escritor marginalizado no seu tempo. Interessante pontuar essa rede de reconhecimento recorrente na literatura marginal. Por óbvio, muitos escritores brasileiros e estrangeiros foram “devorados” pelos escritores marginais e/ou marginalizados, no entanto, suas fontes de inspiração se debruçam também sobre algo que vai além da obra; tem relação com a trajetória pessoal dos próprios autores.

Moraes (2017, p. 693) atribui a ausência do reconhecimento dos livros de João Antônio, publicados na década de 1980, “ao desgaste do discurso da arte engajada” e “do modelo de jornalista identificado com a militância e a literatura”. O “escritor maldito”, como ficou conhecido João Antônio, foi esquecido pela mídia e, no período em que o Brasil encerrava uma parte dramática de sua história com a reabertura política e o fim da ditadura militar, o escritor se encontrava imerso na sua solidão e no alcoolismo. O seu legado permanece dentro do movimento da literatura marginal periférica e no campo acadêmico, que resgata sua trajetória de escritor marginal que denunciou, por meio de sua arte poética, as mazelas sociais do Brasil, assim como as produções de Plínio Marcos, que, por sua expressão literária, dialogou com o seu tempo.

O período da ditadura militar, ao menos no que versa sobre esses autores marginais, nos permite identificar diversos elementos de resistência, denúncias sociais e reflexão sobre o processo político conservador que sufocava a arte brasileira com seus Atos Institucionais. Plínio Marcos teve sua trajetória destacada pela arte do samba, no ano de 2008, pela escola de samba de São Paulo, X-9:

[...] Bendito é o sonho, maldita censura
 “Navalha na carne, na literatura”
 Grita dando voz aos excluídos
 Chora o “Pranto dos anjos caídos”
 “Dois perdidos” tão reais [...]
 “*Nas quebradas do mundaréu, Plínio Marcos um sonho de amor e liberdade!*”.
 (X-9, 2008, não paginado, grifo nosso).

Para Jacques Elias de Carvalho (2019, p. 3), “os compositores do samba-enredo marcaram o lugar do dramaturgo entre a sua obra e suas lutas artísticas”. A arte aqui aparece intrínseca à luta, uma luta pela e através da arte. Assim pode ser nomeada a produção de Plínio Marcos, que, tal qual João Antônio e Ferréz, estruturou suas construções narrativas colocando em evidência protagonistas apagados pela sociedade e negligenciados pela política. “Navalha na carne, na literatura” destaca e aponta para a força do uso da palavra literária para Plínio Marcos, uma força política e de resistência que circula em diferentes campos da arte. João Antônio e Plínio Marcos, considerados os “escritores dos malditos”, e Ferréz, escritor dos excluídos. Malditos e excluídos são a face da mesma moeda. Os malditos o são porque são excluídos e os excluídos se tornam malditos devido a um cotidiano de exclusões que enreda uma complexa análise política e social sobre indivíduo, coletivo, sociedade, nação e território.

Todos marginais. Todos excluídos. Todos malditos. Todos apagados socialmente. Todos representados pelos escritores desses movimentos. Por isso, todos marginais. Os escritores, ainda que não pertencentes economicamente às classes populares, se tornaram marginais na medida em que nomearam personagens que representam os excluídos socialmente como protagonistas de suas histórias, relatando ao leitor a sua versão sobre os fatos.

Para Carvalho (2019, p. 4), “Plínio Marcos ficcionalizou a própria vida”. A trajetória cultural de Plínio se encontra com a sua trajetória pessoal, possibilitando diferentes fontes de análise sobre a literatura, a política e a sociedade no Brasil do período ditatorial. Percebemos as aproximações entre os escritores marginais citados por Ferréz como inspiração refletidas nas suas produções. Mazelas sociais, universo urbano, periferia e marginalizados são temáticas sociais que atravessaram as obras de João Antônio e Plínio Marcos e encontram em Ferréz o protagonismo para seguirem contando uma outra versão da história social do país.

3.2 ESCREVER DA MARGEM: OS ESCRITORES DA PERIFERIA

A produção literária marginal, a partir dos anos 2000, foi e ainda é responsável por diversas e diferentes análises acadêmicas, seja como movimento, seja como expressão literária específica. No que versa sobre movimento, podemos apontar sua ocupação em diversos campos do conhecimento e da economia, modificando as estruturas e causando reflexões de ordem prática e no campo da análise, entre eles os campos do mercado editorial e dos estudos literários no Brasil.

O movimento surgido nos anos 2000 é considerado por pesquisadores acadêmicos como Antonio Eleison Leite (2014) e Érica Peçanha (2006), por exemplo, como sendo coletivo. Para situá-lo histórica e espacialmente, nos emprestaremos da divisão de Leite (2014, não paginado), que utiliza os seguintes marcos temporais: “Literatura Marginal, de 2000 a 2005 e Literatura Periférica, a partir de 2005 até os dias atuais”. A primeira fase, então, de acordo com o autor, tem como referência a publicação da obra *Capão pecado*.

Importante citar que em 1997 o escritor Paulo Lins, morador da periferia, lançou o livro *Cidade de Deus*. A obra, que foi adaptada para o cinema e para a televisão, aborda o tráfico de drogas na periferia, como podemos notar no trecho a seguir:

Comandava o tráfico junto com Silva naquela área de Cidade de Deus. Alternavam-se nas vendas, mas iam buscar a mercadoria, endolavam e faziam a administração do movimento juntos. Os outros bichos-soltos dos Apês não tinham nenhum envolvimento com o tráfico. Raras eram as ocasiões em que ajudavam nas vendas ou na endolação. Silva convenceu Cosme a parar com os assaltos e iniciar-se no tráfico, argumentando com os riscos reduzidos do negócio e o crescimento fabuloso do número de viciados. (LINS, 2012, não paginado).

Essa obra foi um sucesso de vendas e colocou a periferia nos holofotes por meio das adaptações televisiva e cinematográfica e circundou no imaginário dos leitores. Os caminhos percorridos pelas personagens e suas relações com o universo do tráfico de drogas, com a violência, com a disputa pelo poder e a constante tensão e adrenalina do cotidiano daquele universo ficcional demarcado pela lei do mais forte causou grande impacto no campo literário, ocupando muitos gabinetes acadêmicos que buscaram diferentes âmbitos do conhecimento para compreender os temas, as nuances, a linguagem da obra, sua estrutura e o lugar desse autor.

Paulo Lins produziu o que denominamos literatura marginal do lugar de dentro, todavia, o autor não se considera parte desse novo movimento. *Cidade de Deus* movimentou a cena literária brasileira inspirando outros escritores, como Ferréz, por exemplo, que destaca ser o escritor Paulo Lins uma inspiração para o seu trabalho. Sua grande obra foi um marco na produção literária do século XX na medida em que um morador da periferia, utilizando a ficção como método de escrita, denuncia o mundo e o submundo do tráfico de drogas com os seus tentáculos que abraçam e sufocam as comunidades periféricas com o auxílio do Estado.

O lançamento e o sucesso da obra foram celebrados pelo crítico literário Roberto Schwarz (1999, p. 200), que escreveu um ensaio sobre o romance e “o saudou como um acontecimento”. Schwarz (1999) dedica-se a refletir não somente sobre o destaque do lançamento, mas, sobretudo, as possibilidades que a obra amplia para a literatura pela sua temática, linguagem e ponto de vista interno.

Para o autor, “o aspecto da vida popular que irá prevalecer é outro. A diferença, que ressurge a todo momento, tem função estrutural e como que esboça uma perspectiva histórica” (SCHWARZ, 1999, p. 201). Na perspectiva de Alejandro Reyes (2013, p. 78),

Era o olhar interno falando sobre um mundo que, até então, só tinha sido olhado de fora, a partir da visão da classe média. A voz da favela desafiando o pessimismo de Gayatri Spivak: o subalterno fala, sim.

Podemos destacar que as adaptações para o cinema²⁰ e para a televisão²¹ de *Cidade de Deus* despertaram no Brasil espectador, seja pela empatia, seja pelo olhar exótico frente ao outro ou, ainda, pela narrativa carregada de violência e disputa pelo poder no universo do tráfico dentro da periferia, o interesse em ouvir a voz desse outro e adentrar no seu cotidiano de forma segura, sempre resguardado pelos muros físicos e simbólicos que separam as classes sociais brasileiras. Diversas críticas versam sobre essas adaptações, mas seu alcance nas diferentes classes sociais do Brasil é indiscutível e abriu portas para o movimento da literatura marginal que chegaria logo depois com o lançamento de *Capão pecado*, que desencadeou múltiplas leituras sobre a periferia.

Desafiando a crítica literária vigente do país e ocupando seu lugar de fala sobre si mesmo, o movimento da literatura marginal produzido por escritores da periferia desvela a realidade do cotidiano do lado de lá, a periferia, e não somente a periferia entendida como a margem do centro, mas tudo e todos que são excluídos do sistema privilegiado que de forma enraizada serve às classes que ocupam o centro e o poder de consumo. Resistência é o que pode servir como fio condutor desse movimento cunhado como literatura marginal, pois sua luta pela produção artística e seu compartilhamento dentro dos espaços periféricos coloca em evidência escritores das periferias brasileiras, oportunizando nos saraus e em outros movimentos culturais o protagonismo dos sujeitos excluídos do centro. Uma resistência organizada e articulada para atingir dimensões geográficas para além das zonas periféricas de São Paulo e cooptando talentos de diferentes espaços. Os movimentos também são itinerantes porque levam seus idealizadores para dentro de outros movimentos pelas regiões brasileiras, possibilitando ampliar a visibilidades desses movimentos e por consequências dos autores marginais.

Peçanha (2006), na sua dissertação de mestrado *Literatura marginal: escritores da periferia entram em cena*, sistematiza dados e informações que identificam as gerações de escritores marginais dos anos 70 e a nova geração, apontando grupos organizados que recebem escritores marginais dessa nova geração e destaca: Cooperifa, Literatura do Brasil e 1daSul.

A Cooperativa Cultural da Periferia (Cooperifa), idealizada pelo poeta Sérgio Vaz, um dos nomes referenciados dentro da literatura marginal, acontece dentro da periferia, em um bar na

²⁰ A adaptação cinematográfica da obra *Cidade de Deus* teve seu lançamento em 30 de agosto de 2002, dirigida por Fernando Meirelles. No ano de 2003, o filme foi premiado no grande prêmio do Cinema Brasileiro em cinco categorias: melhor filme, melhor diretor, melhor roteiro adaptado, melhor fotografia e melhor som. Em 2004, o filme foi indicado ao Oscar nas categorias de melhor diretor, melhor roteiro adaptado, melhor edição e melhor fotografia.

²¹ A minissérie *Cidade dos homens* tem como protagonistas duas personagens da obra *Cidade de Deus*, o Filé com Fritas, que na minissérie é a personagem Laranjinha, e o Dadinho, que na minissérie dá vida à personagem Acerola.

Zona Sul Paulista. A finalidade desses saraus é a manifestação artística, mas também problematiza questões de interesse social da comunidade, como políticas de governo, por exemplo. O microfone é livre para as manifestações artísticas, abrindo espaço para que todos os moradores expressem sua arte, se assim o desejarem. Peçanha (2006) destaca, na mesma pesquisa, que durante os intervalos dos saraus o público é instigado a sugerir autores e obras, incentivando dessa forma não somente o hábito, mas o desejo de novas leituras.

Literatura do Brasil foi idealizada por outro membro da nova geração da literatura marginal, o escritor Ademiro Alvez, conhecido como Sacolinha. Admirador do *rap*, o escritor, desde sua juventude, lê o estilo musical como poesia engajada, fundou esse movimento com a intenção de publicizar a falta de visibilidade e interesse de integrantes importantes no sistema literário: a mídia e as editoras. O conhecer e reconhecer sua produção e as demais produções artísticas periféricas está no mote do movimento.

Por fim, Somos Todos Um pela Dignidade da Zona Sul (1daSul) pode ser designado como uma teia cultural que tem por objetivo valorizar a estética e a produção artística da periferia. Um empreendimento que tem como um dos idealizadores o escritor Ferréz e que movimenta a periferia de Capão Redondo. Foi idealizado pela e para a comunidade periférica. Para além do consumo, pensar e produzir cultura e combater as mazelas sociais está na pauta dessa organização, segundo a antropóloga Érica Peçanha (2006). Pensando na negritude e nos moradores da periferia, diversos *rappers*, junto com o escritor Ferréz, firmam um compromisso: os membros da 1daSul devem se manter moradores da periferia, independente da condição social que o empreendimento possa alcançar para servir de exemplo de resistência para as crianças pertencentes a esse espaço. Uma resistência que supera o uso de drogas ilícitas, o universo do crime e a barreira imposta pelo cânone tradicional da arte brasileira.²²

Essas produções têm alcançado muita popularidade, como demonstra sua circulação no mercado editorial e a ocupação dos espaços culturais e da mídia por alguns escritores que compõem esse movimento marginal. Além da circulação por editoras renomadas no país, algumas dessas obras, como *Capão pecado*, por exemplo, circulam em instituições de aprendizagem e levam seus autores a compor debates ao lado de intelectuais de diferentes áreas

²² Para saber mais sobre os agentes e movimentos culturais Cooperifa, Literatura do Brasil e 1daSul, consultar o capítulo 4 da dissertação *Literatura marginal: os escritores da periferia entram em cena*, de Érica Peçanha. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-03092007-133929/publico/TESE_ERICA_PECANHA_NASCIMENTO.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

do conhecimento em programas com alcance midiático que colaboram para o crescimento do debate sobre arte e periferia e para impulsionar o consumo dessa literatura.

Podemos destacar que o crescimento dessas produções literárias cunhadas de literatura marginal e a sua circulação, além de todos os estudos acadêmicos debruçados sobre elas e, sobretudo, o aparecimento de tantos escritores e poetas marginais moradores da periferia nas diferentes mídias, contraria a premissa de que o morador da periferia é um sujeito desprezado e distante do campo intelectual e comercial do sistema.

No campo histórico e sociológico, esse *corpus* literário nos parece uma fonte riquíssima para análise dessas comunidades constituídas de tantas oposições porque suas histórias partem de diferentes vozes: da imprensa do Estado, da igreja, dos projetos sociais, do lugar de fala, construindo, dessa maneira, múltiplas versões sobre o cotidiano dos moradores da periferia. Um enredo de escola de samba composto de diversas alas que cantam ao mundo sobre o mesmo tema. Partimos da premissa de que o sucesso da literatura marginal produzida por escritores da periferia está cristalizado na História da Literatura brasileira também porque a periferia se viu representada e legitimou o lugar de fala como fonte histórica.

Os moradores da periferia leem sobre si e certamente validam o sucesso dessas obras porque se reconhecem e se identificam com elas e, por vezes, tais obras servem de modelo e inspiração para novas produções literárias, como a obra *Cidade de Deus* serviu de fonte de inspiração para a produção de *Capão pecado*, de acordo com o próprio Ferréz. Sobre o alcance de *Capão pecado*, o escritor já afirmou em entrevistas que costuma ser abordado por moradores das periferias e que já recebeu ligações de instituições prisionais para questionamentos sobre as personagens presentes em suas obras.²³ Entretanto, como afirma Marcos Zibordi (2004, p. 80),

[...] o problema nem é mais o objeto artístico ter sido criado por alguém verdadeiramente oriundo da periferia. Esta é a sua aura, seu verniz legitimador em alguns casos. A questão é maior, o reverso da inserção mercadológica, é a atuação transformadora entre os iguais da favela, tão crucial como simples de entender.

Uma das questões fundamentais e obviamente importante nesse movimento artístico da literatura marginal é a sua atuação, que contempla um movimento de ação e reação dentro da

²³ Para saber mais sobre a relação entre o escritor, sua obra e o público, cf.: ENTREVISTA com o escritor Ferréz. *Canal TV 247*, 31 ago. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CbGyYsXihLo&t=2227s>. Acesso em: 20 jan. 2020; FERRÉZ. *Canal Provocações*, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZAkeZ1v1KI0>. Acesso em: 20 jan. 2020.

periferia. Vejamos como esse mecanismo é posto na prática: o escritor cria a partir de suas experiências, ou seja, sua arte é fruto da sua experiência como sujeito ativo e passivo dentro da periferia, não dissociando o meio da sua produção, ao contrário, tornando o meio um fio condutor das produções literárias e transformando o espaço carente de cultura a partir das suas produções e modificando o olhar dos moradores da periferia sobre si mesmo e sobre a geografia na qual se encontram inseridos. Aqui, fica evidente o caráter social dessas obras e desse movimento e o engajamento dos escritores que alcançaram um reconhecimento no mercado editorial, como Ferréz e o poeta Sérgio Vaz, por exemplo, que permanecem na periferia construindo momentos e espaços possíveis para outros aspirantes a escritores e tornando a periferia um espaço de produção cultural coletiva.

O escritor Ferréz, num ciclo de debates²⁴ organizado pela editora Boitempo sobre comunicação e hegemonia cultural, destaca o trabalho realizado junto à comunidade Capão Redondo no Estado de São Paulo, onde o autor reside. Em parceria com órgãos governamentais ou ainda por meio de eventos promovidos pelo movimento, como também sua convivência diária com os seus vizinhos, aos quais chama de “irmãos”, ele movimenta a cultura e a utiliza como ferramenta para afastar a juventude do perigo iminente frente a todo o tipo de violência a que está exposta cotidianamente. Sendo morador da periferia, Ferréz nos traz uma riquíssima experiência envolvendo a linguagem, escrita e oralidade na comunicação com toda a comunidade periférica.

O escritor critica a narrativa da mídia e da ideologia política e social de esquerda, que é carregada de conceitos prolixos e não se comunica com a cultura popular. Cita como exemplos os livros que estão ao alcance da classe média e dos livros que estão ao alcance da periferia, com comunicações diferentes, sendo esta construída por meio da oralidade e aquela por meio de conceitos acadêmicos de classe média. Ratifica, ainda, que a esquerda se apropriou desses discursos para atingir os pobres, sem sucesso.

Compreende-se, dessa crítica, que Ferréz compartilha com Ester Solano e Cristian Dunker, dois acadêmicos e pesquisadores – este no campo da psicanálise e aquela no campo da sociologia –, que a literatura marginal carrega não somente uma linguagem própria, mas também uma consciência crítica social e política. O trânsito dentro dos espaços culturais e midiáticos do escritor Ferréz possibilita que o alcance de suas obras, o debate sobre elas e a biografia do autor, que destaca sobre o estar/viver na periferia, contribuam para ecoar a voz dos sujeitos

²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CGI6HtxKYSQ>. Acesso em: 24 jan. 2020.

marginalizados. Faz-se importante e necessário destacar que o escritor não dissocia sua trajetória pessoal de sua produção literária, ainda que por vezes reivindique o seu direito de escritor e liberdade de expressão, quando destaca que também cria personagens não periféricos. No entanto, a temática marginalizada aparece destacada em todas as suas obras.

Sobre a grande maioria de suas obras, podemos apontar que as temáticas que servem como fios condutores das ficções estão relacionadas às vivências da comunidade periférica, tais como: o acesso aos produtos consumidos por meio do capital, a violência, a desigualdade social, a marginalidade, o machismo, o tráfico de drogas, o envolvimento com as drogas e o álcool. Esses são alguns dos assuntos recorrentes que conduzem o leitor a um universo carregado de sofrimento, narrado a partir de uma linguagem crua e direta atravessada pelas gírias que identificam o linguajar coloquial dos jovens moradores das periferias.

Destacaremos em nível de ilustração duas produções literárias do autor para melhor compreensão das análises de sua produção marginal. Após sete anos de lançamento da obra *Capão pecado*, que introduziu o escritor Ferréz no universo literário e midiático, o autor se aventurava na produção de textos jornalísticos na *Folha de São Paulo*, quando se envolveu num embate com o apresentador da Rede Globo de Televisão, Luciano Huck. No ano de 2007,²⁵ o apresentador teve seu relógio furtado por duas pessoas, em um bairro de classe alta de São Paulo. O relógio que o apresentador usava é da marca conhecida como “Rolex” e seu valor dentro do mercado de consumo é alto.

O apresentador então escreveu um artigo com o título “Pensamentos quase póstumos”,²⁶ que foi publicado na *Folha de São Paulo* e, conforme Ferréz já destacou em entrevistas, a produção do jornal pediu ao escritor o seu ponto de vista sobre o fato ocorrido e a resposta do escritor foi a produção de um conto que foi publicado no seu livro intitulado *Os ricos também morrem* (2005). “Pensamentos de um correria” é o outro ponto de vista sobre os fatos. O conto acontece a partir do furto e do lugar ao qual a literatura levou o escritor, num espaço de jornal de alta circulação no Brasil.

Ele me olha, cumprimenta rápido e vai pra padaria. Acordou cedo, tratou de acordar o amigo que vai ser seu garupa e tomar café. A mãe já está na padaria também, pedindo dinheiro pra alguém pra tomar mais uma dose de cachaça. Ele

²⁵ Para maiores informações sobre a polêmica envolvendo o apresentador e o escritor, cf. MASSON, Celso; FERNANDES, Nelito. Ele merecia ser roubado? O que o debate sobre o assalto a Luciano Huck revela sobre a alma do brasileiro. *Revista Época*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EDR79536-6014,00.html>. Acesso em: 10 maio 2020.

²⁶ Artigo disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0110200708.htm>. Acesso em: 10 maio 2020.

finge não vê-la, toma seu café de um gole só e sai pra missão, que é como todos chamam fazer um assalto. Se voltar com algo, seu filho, seus irmãos, sua mãe, sua tia, seu padrasto, todos vão gastar o dinheiro com ele, sem exigir de onde veio, sem nota fiscal, sem gerar impostos. Quando o filho chora de fome, moral não vai ajudar. A selva de pedra criou suas leis, vidro escuro pra não ver dentro do carro, cada qual com sua vida, cada qual com seus problemas, sem tempo para sentimentalismo. [...]. (FERRÉZ, 2007, não paginado).²⁷

O conto é uma riqueza de críticas que versam sobre políticas públicas, apagamento dos sujeitos marginalizados na sociedade, mercado de consumo e capital e, por óbvio, uma crítica à conduta pessoal e profissional do apresentador. Diferentes e diversas críticas surgiram na mídia nesse período com opiniões sobre a conduta do escritor em produzir um conto “defendendo” os marginais, o que resultou no encaminhamento do escritor para a delegacia e um processo por apologia ao crime.

O conto de Ferréz apresenta o ponto de vista interno sobre os fatos. O artigo do apresentador também. Importa destacar que o furto, algo cotidiano dentro de uma metrópole, mas que teve como vítima um dos apresentadores mais conhecidos do Brasil, serviu como objeto de criação do escritor a partir do seu próprio ponto de vista, o de morador da periferia. Ferréz não conhece os assaltantes, nem a sociedade paulistana, porque eles nunca foram presos. O que o escritor nos apresenta como resposta é um conto que tem como protagonista o outro lado da história, a voz dos assaltantes.

Deus foi almoçar é outra obra que merece destaque na biografia do autor. Conforme sublinham Rejane Pivetta de Oliveira e Tiago Oliveira Pelizzaro (2014, p. 27), “esse último romance não apresenta a ‘marca’ da favela, uma vez que coloca em cena um personagem nem rico nem pobre, vivendo conflitos psicológicos e dramas existenciais como qualquer outro habitante urbano”. Nessa obra, a solidão da personagem Calixto e o seu cotidiano nos conduzem a refletir sobre as angústias do ser humano e sua solidão na contemporaneidade. Calixto é um homem solitário, trabalhador, descrente da felicidade possível que as promessas de consumo anunciam.

Além dos romances, contos e poesias publicados, o movimento da literatura marginal ocupa espaço em revistas, em especial na *Caros Amigos*,²⁸ ampliando o acesso dos leitores à

²⁷ Conto disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0810200708.htm>. Acesso em: 10 maio 2020.

²⁸ Revista brasileira fundada em 1997 e editada até 2017, com publicações mensais. Entre os anos de 2001 até 2004, o escritor Ferréz, em parceria com a Editora Casa Amarela, publicou edições especiais da revista com a temática da literatura marginal.

literatura e à biografia dos autores. Nas edições da revista sobre a literatura marginal, são compilados textos literários de diversos escritores marginais e de diferentes regiões. “Os manotão na fita fazendo a literatura que carrega a ideia de agrupamento de escritores, identificada por Benito Martinez Rodriguez através da seguinte metáfora produtiva: mutirão da palavra” (ZIBORDI, 2004, p. 70).

A metáfora “mutirão da palavra” remete à ideia de cumplicidade, força e coletividade que fortalece o movimento. Pensamos na publicação de *Capão pecado*, que entrelaça na sua obra leituras de mundo do universo musical do *hip hop* a partir das letras dos Racionais e participações de escritores da periferia que compartilham com o texto literário de Ferréz trajetórias de vida ficcionalizadas, como podemos observar no trecho abaixo:

Aqui no C.P (Capão Redondo) é outro esquema, outro tipo de vida e de problema. As regras da sua sociedade num serve pra nós; se a gente for exercer, num dá outra se não falecimento. (FERRÉZ, 2000, p. 168).

O excerto anterior faz parte de uma crônica que, junto com o romance, compõe a obra. Além de Ferréz, outros artistas e escritores, todos oriundos da periferia, compartilham, por meio da palavra, suas experiências e/ou percepções sobre o espaço da periferia. O fragmento a seguir, do conto “Pensamentos de um correria”, trata especificamente sobre a relação de alteridade entre a periferia e o centro, o pobre e o rico:

Nunca gostou do super-homem nem de nenhum desses caras americanos, preferia respeitar os malandros mais velhos que moravam no seu bairro, o exemplo é aquele ali e pronto. Tomava tapa na cara do seu padrasto, tomava tapa na cara dos policiais, mas nunca deu tapa na cara de nenhuma das suas vítimas. Ou matava logo ou saía fora. (FERRÉZ, 2007, não paginado).

Marcos Zibordi (2004) destaca que o escritor marginal ficcionaliza o que viu e viveu numa construção narrativa na perspectiva do oprimido. Não estão presentes somente relatos de violência, mas de discriminação velada, dificuldade de acesso ao lazer e o distanciamento entre a teoria e a prática constitucional no que versa sobre os direitos individuais do ser humano. A escrita carregada de gíria corrobora o caráter verossímil e identitário do movimento, uma escrita pautada na oralidade do cotidiano da periferia:

Além dos diferentes modos de elaborar as histórias de vida, outro aspecto do discurso da experiência na literatura marginal é a utilização do vocabulário popular (gíria) e a criação de neologismos, especialmente os que reproduzem graficamente a pronúncia oral. (ZIBORDI, 2004 p. 74).

A produção literária marginal está constituída por elementos singulares e que demandam um olhar desprendido das análises tradicionais sobre textos literários porque carregam objetivos dentro de todo o processo, desde a criação até o alcance no mercado editorial que rompe com o modelo até então vigente de produções literárias. Não é um grito de socorro, desespero ou um pedido de empatia, é ocupar um lugar de fala que rompe e combate as histórias narradas pelos opressores sobre a periferia. É também apropriar-se da expressão artística, da palavra e da escrita poética, é romper as barreiras pela força do coletivo e se legitimar no mercado editorial como produto de consumo para as classes sociais, e não somente para a classe social moradora da periferia, muito embora a palavra desse movimento busque fortalecer os excluídos, tornando assim a literatura um objeto com finalidade pedagógica.

Retomando a crítica do escritor Ferréz frente à linguagem da esquerda acadêmica e de militância, podemos inferir que a literatura marginal entende a linguagem como pedagógica. Portanto, para além do estilo, a linguagem está cumprindo uma função de comunicação eficiente com o leitor da periferia. “Fazer literatura na periferia é um ato de sobrevivência intelectual e física que define e dá significado estético a uma convivência cotidiana, difícil e precária em todos os sentidos” (ZIBORDI, 2004, p. 82). A palavra escrita e falada dentro desse movimento representa a genialidade, a resistência, a organização dentro da coletividade e, sobretudo, a reivindicação de falar sobre os grupos sociais que compõem essa complexa geografia física nomeada de periferia por meio da arte literária, demarcando sua literatura pela escrita categorizada como popular, carregada de gírias e de temáticas por vezes perturbadoras que alcançou seu espaço nos campos acadêmicos e na circulação dentro do mercado editorial.

É comum escritores periféricos relatarem em entrevistas sua relação com a literatura clássica e/ou a literatura de consumo da classe média, em geral sempre com uma conotação negativa por conta do distanciamento do processo pedagógico educacional e da realidade dos estudantes moradores da periferia. Em razão disso, podemos apontar que a literatura, em geral aquela apresentada nos espaços escolares, normalmente único espaço de apresentação e apreciação desses modelos de arte, não agrega na vida desses sujeitos interesse, seja pelo linguajar, seja pelo método de ensino, ou, ainda, pela dificuldade em “ter” sentido no cotidiano desses jovens e adultos.

Já pontuamos a coletividade e a oralidade do movimento da literatura marginal produzida por escritores da periferia. No entanto, essa coletividade não contempla somente escritores, pois a

aproximação com outras manifestações artísticas colaborou para que o alcance dessa literatura ultrapassasse barreiras dentro e fora da periferia. O encontro com a escrita poética nas comunidades, em geral, ocorre pela voz do *rapper*, que poetiza o cotidiano do “irmão” por meio de rimas, destacando sua luta pela sobrevivência, seus desejos de consumo, seus sonhos e frustrações. Nessa aproximação entre a literatura marginal, o *rap*, o grafite, as expressões corporais de dança e a atuação, o movimento se fortalece e amplia seu alcance. São produções culturais presentes nessa geografia que formam um coletivo poderoso de alcance dentro dos diversos grupos que convivem na periferia e fora dela. Essa comunicação comum a todo esse grupo encontra na “batida”, nos versos, nas composições, na dança, nas gírias artísticas e nos painéis uma aproximação que conversa com a comunidade e unifica a cultura popular e o seu acesso dentro dos espaços marginalizados e/ou negligenciados pela sociedade e pelo Estado.

Leite (2014) destaca influxos externos no movimento da literatura marginal, apontando, no campo da música, o gênero *rap* e, no campo dos encontros artísticos, os saraus, que são oriundos de outros países e que têm em comum a oralidade. O autor destaca o alcance e a importância da literatura marginal dividindo em duas fases o movimento, sendo a primeira fase demarcada pela publicação de *Capão pecado* (2000), de Ferréz, e a segunda fase marcada pelo crescimento dos saraus da Cooperifa²⁹ (2005).

Convergindo então com diferentes manifestações culturais, conforme destaca Leite (2014), a literatura marginal é parte da cultura popular que recebe também outras nomenclaturas, tais como: literatura periférica, literatura divergente, literatura *hip hop*, literatura negra. Todas essas denominações são parte do mesmo movimento que se fortalece como um encontro de grupos heterogêneos, excluídos socialmente, portanto, periféricos, que embasam e fortalecem coletivamente seus lugares nas narrativas e por meio delas enfrentam a versão do opressor sobre seu mundo.

As produções literárias marginais e periféricas são de fato um movimento cultural que se torna importante para a compreensão de uma sociedade complexa e diversa como a brasileira. A literatura marginal torna-se uma fonte histórica viva e atuante para a compreensão das tensões entre os grupos sociais que compõem a sociedade brasileira e a disputa simbólica e material de

²⁹ Movimento de saraus literários criado pelos poetas Sergio Vaz e Marco Pezão. Para maiores esclarecimentos, consultar: LEITE, Antonio Eleison. Marcos fundamentais da literatura periférica em São Paulo. *Revista de Estudos Culturais*, v. 1, n. 1, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98368>. Acesso em: 10 maio 2020.

romper com a História única. Chimamanda Ngozi Adichie (2019), de forma pedagógica, explica o perigo da História única sobre uma etnia, classe social, nação, território, religião ou gênero, afirmando que a História única fortalece a raiz do preconceito. “É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (ADICHIE, 2019, p. 22).

Não é relativizar, mas entender o processo histórico dentro de sua amplitude; é ouvir e aprender com o lugar de fala, como defende Djamila Ribeiro (2019). Nossa história é uma teia composta por diferentes grupos étnicos, mas que durante séculos teve sua narrativa pertencente a um lado da moeda, o grupo social detentor do capital: os colonizadores, os brancos, os europeus e seus descendentes. O outro lado da moeda, que abarca uma grande parcela da sociedade, teve suas histórias apagadas, surrupiadas, alteradas e negligenciadas, quando não relativizadas. Diversos grupos sociais que compõem a construção econômica, política e social no Brasil durante séculos estiveram sob a égide da violência física e simbólica praticada pelos detentores do poder econômico e, portanto, detentores do saber.

Ainda que não façam parte do movimento da literatura marginal, podemos citar, para elucidar a premissa da narrativa única, que escritores como Ailton Krenak e Conceição Evaristo, por exemplo, tiveram suas obras destacadas e reconhecidas pelos espaços canônicos recentemente, demonstrando, dessa forma, que a trajetória de grupos minoritários, embora sejam maioria, esbarrou durante muito tempo no muro simbólico que separa quem pode e quem deve ter talento literário, bem como de quem deve contar as histórias no Brasil.

A força do movimento da Literatura Marginal produzida por escritores moradores da periferia, bem como a força de escritores que não estão atrelados ao movimento, mas pertencem a grupos socialmente excluídos que estão ocupando espaços nas editoras e nas estantes dos leitores, demonstram a força desses grupos. O resgate da obra *Quarto de despejo*, já citada anteriormente, que foi revisitada por alguns vestibulares como leitura obrigatória, também fortalece nossa premissa sobre a força desse movimento cultural.

É válido lembrar, todavia, que mesmo que Carolina Maria de Jesus tenha alcançado o sucesso, sua manutenção não aconteceu. É como se um objeto exótico já tivesse sido consumido de forma desenfreada pelo leitor e mercado editorial e o que a autora oferece depois não se torna objeto de desejo e consumo. Portanto, a revisitação e a retomada dessa obra atrelada ao movimento da Literatura Marginal e aos escritores pertencentes a grupos sociais excluídos

demonstram que a crítica literária e outras áreas do conhecimento devem se debruçar sobre esse momento histórico brasileiro em que diferentes vozes ecoam as histórias plurais do Brasil.

A partir das análises e reflexões sobre a relação entre os movimentos da literatura marginal nos séculos XX e XXI no Brasil, podemos identificar as aproximações e distanciamentos dos escritores marginais inseridos em espaços e tempos diferentes, assim como as aproximações de ambos os movimentos literários com a História. A teia complexa que enreda autor, obra e público fica evidente quando nos debruçamos sobre as pesquisas que analisam as trajetórias pessoais e as obras de autores como João Antônio, Plínio Marcos e Ferréz, por exemplo.

4 **CAPÃO PECADO COMO ESPELHO DAS DESIGUALDADES**

A comunicação entre a Literatura marginal produzida pelos escritores da periferia e a História oferece discussões em diferentes categorias para o campo da pesquisa, incluindo o campo social. A epistemologia que desloca a voz narrativa das análises universais que representavam os valores econômicos, políticos e, por conseguinte, culturais dos dominadores para outras análises que podem problematizar o dilema social do Brasil possibilita ampliar os debates sobre os tempos passado-presente e elaborar, ainda que no campo das ideias, outros saberes que podem servir à prática democrática. Ao quebrar o paradigma da objetividade e alcançar outras fontes possíveis, a História busca outras formas de investigar as estruturas sociais e encontra na Literatura esse laboratório de todas as narrativas possíveis, outros pontos de vista sobre múltiplas temáticas da ordem do público e do privado.

O romance *Capão pecado*, que faz parte do movimento literário marginal, oferece para nossa análise um fragmento da história vista de outro ângulo, do olhar de quem compõe a base da pirâmide social, ou ainda, como definiu Jim Sharpe (1992) na obra *A escrita da história: novas perspectivas*, em uma de suas análises teóricas, “a história vista de baixo”.

Sobre a importância de romper o paradigma tradicional, o historiador Carlo Ginzburg (2007) assinala a necessidade de indagar e refletir sobre as narrativas validadas como verdadeiras e reais. Nas palavras do autor, “hoje, palavras como ‘verdade’ ou ‘realidade’ tornaram-se impronunciáveis para alguns, a não ser que sejam enquadradas por aspas escritas ou representadas por um gesto” (GINZBURG, 2007, p. 17).

As pesquisas de historiadores que investigam os percursos dos sujeitos apagados pela historiografia nos possibilitam superar, ainda que parcialmente, uma narrativa vinculada à História tradicional que durante o percurso da história do Brasil apagou e/ou silenciou grupos sociais nos manuais didáticos. A prosa e a poesia brasileira podem nos servir como hipóteses importantes para o questionamento dos processos históricos porque, no campo da arte, que permite o imaginário criativo, estabelecem outros diálogos sobre as diferentes sociedades:

Desde medievalistas tentando reconstruir a vida das comunidades históricas até historiadores orais, registrando e descrevendo a vida das primeiras gerações no século vinte, os historiadores que trabalham com esta visão de baixo mostraram como o uso imaginativo do material da fonte pode esclarecer muitas áreas da história, que de outra forma poderia se supor estarem mortas e condenadas a permanecer na escuridão. (SHARPE, 1992, p. 59).

Outras fontes históricas nos permitem ampliar a historiografia. Para refletir sobre tal premissa, historiadores como Ginzburg (2007), por exemplo, colocam no centro do debate a construção eurocêntrica e iluminista sobre documento oficial como sinônimo de verdade, ou melhor, como verdade universal. Etnografia, pinturas, bilhetes, cartas, diários, processos, imprensa, arquitetura, movimentos sociais, música, teatro, cinema e toda forma possível de arte, incluindo a poesia e a prosa enquanto produções humanas, são possíveis leituras de mundo, além da História oficial por antonomásia, que revelam, por meio de suas construções narrativas, a verdade única e possível sobre as ações do homem no tempo e no espaço ocidental.

Sobre a literatura, e especificamente a literatura do gênero marginal produzida por escritores da periferia, uma das premissas que nos norteia é a de que essa literatura é uma fonte que atravessa a análise literária e desemboca em múltiplos programas acadêmicos. Isso porque sua forma e conteúdo desafiam e possibilitam ao pesquisador pensar a alteridade entre o que Boaventura de Sousa Santos denomina de “zona civilizada e zona selvagem”,³⁰ ou, ainda, centro e periferia, alcançando campos de estudos na Sociologia e na História. Além de zona civilizada e zona selvagem, o sociólogo nos traz o conceito de abissal ao analisar as relações territoriais entre metrópole e colônia e que aplicaremos na nossa análise sobre as relações entre periferia e centro no texto ficcional *Capão pecado*, no decorrer do capítulo.

Em uma palestra promovida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1º de agosto de 2019, o historiador Sidney Chalhoub, reconhecido pelas suas pesquisas na temática da escravização dos povos africanos, cotidiano e trabalho no Brasil, e autor, entre outras obras, de *Machado de Assis, historiador*,³¹ abriu a II Jornada de Estudos Machadianos com a seguinte frase: “Tudo é Literatura”. Essa frase de impacto possibilita inúmeras análises no campo dos estudos humanos e sociais, mas, dentro do contexto no qual ela foi inserida, Chalhoub estava defendendo o trabalho investigativo do historiador ao se debruçar sobre a literatura como fonte histórica e, por conseguinte a possibilidade de compreender a sociedade dentro de um *corpus* literário.

³⁰ Conceito utilizado por Boaventura de Sousa Santos no texto “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes” (2007). Uma cartografia de exclusão é desenvolvida no texto, em que as zonas selvagens estão relacionadas com zonas de guerra, ao passo que as zonas civilizadas têm como prerrogativa um contrato social. As relações entre metrópole e colônia aplicando a “apropriação/violência” conduzem o texto.

³¹ Publicado em 2013, pela editora Companhia das Letras. A partir de algumas obras e personagens do escritor Machado de Assis, como Helena e Brás Cubas, por exemplo, para analisar algumas temáticas brasileiras dentro do século XIX.

Parece-nos que o debate sobre a literatura como fonte histórica já está superado, visto que desde a virada epistemológica e o crescente debate sobre novas epistemologias o conhecimento único perdeu o sentido. No entanto, pontuamos que o caminho permanece enredado em ambas as áreas do conhecimento porque a Literatura é livre, mas não a História. Os compromissos dentro do campo acadêmico se distanciam na medida em que tecer histórias imaginando e criando enredos contempla a Literatura, mas não alcança a História. Entretanto, ao pensar a Literatura enquanto constructo humano, ainda que seja ficcional, ela se reafirma como produto de análise em diversos e possíveis campos da ciência, sem afetar o compromisso da História no campo científico, que é deveras complexo porque tem como objeto as ações do sujeito no tempo.

Sobre os atos de fingir, o autor Luiz Costa Lima (2006) intitula sua obra dentro de uma ordem interessante, a saber, *História, ficção e literatura*. O substantivo ficção separa e aproxima a História e a Literatura ao mediar esse diálogo possível nas análises humanas e sociais. Ao citar a tríade “real-fictício-imaginário”, desenvolvida por Wolfgang Iser, Lima (2006, p. 282) destaca que “o ficcional literário incorpora, ainda que de maneira velada ou esotérica, parcelas da realidade. Não o define o grau em que o faz”. O autor vai desenvolver um argumento que coloca a ficção e a realidade no campo da transgressão de um texto porque o ato de fingir representa uma parcela da realidade, ultrapassando os limites entre o real e o fictício.

“A posição do artista”, “a configuração da obra” e “o público” são considerados ao pensar a literatura na perspectiva do sociólogo e crítico literário Antonio Candido (1976). Dentro de suas análises temporais sobre como a literatura é elaborada na sociedade ocidental, Candido (1976) viabiliza um método que tem como objetivo compreender a relação entre literatura e sociedade, convergindo dessa maneira o autor, a obra e sua recepção como uma tríade indissociável para analisar os textos literários, corroborando, dessa maneira, pensar a literatura como uma fonte histórica.

Analisar traços de uma sociedade a partir da literatura não é algo novo no campo das análises, como destaca Rogério de Souza Silva (2006) em sua dissertação de mestrado intitulada *Cultura e violência: autores, polêmicas e contribuições da literatura marginal*. O autor cita, a nível de ilustração, Karl Marx e Walter Benjamin, que se debruçaram sobre Balzac e Baudelaire para identificar características da sociedade do seu tempo.

Outro exemplo de como a literatura proporciona, a partir de sua escrita poética e ficcional, uma reflexão crítica sobre as ações e os homens no tempo está no livro do historiador Edmundo

O’Gorman, que analisa as práticas de Cristóvão Colombo ao chegar na porção de terras denominadas Continente Americano. Em sua obra intitulada *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*, o autor cita uma passagem literária do escritor Stendhal para justificar o “amor cego” de Colombo ao crer que a porção de terras encontrada por ele era de fato na Ásia, utilizando como análise documentos produzidos por e sobre Cristóvão Colombo, mas recorrendo também a uma passagem literária como premissa para demonstrar a crença que moveu o navegador em acreditar que havia chegado à Ásia, mesmo com indícios que refutavam sua hipótese, como o historiador destaca em sua obra.

Dentro da nossa pesquisa, o romance *Capão pecado*, de Ferréz, nos permite ouvir as vozes de um grupo social subalternizado e excluído socialmente. Essas vozes narram o seu cotidiano dentro da periferia possibilitando ao leitor ou pesquisador identificar as relações estruturais que compõem Estado, o processo de cidadania e a rotina de muitos brasileiros estabelecidos à margem da sociedade. Ao pensar em um contexto histórico de longa duração, portanto não orgânico, mas histórico, é possível refletir, por meio de diferentes hipóteses e premissas, sobre um conjunto de fatores que articulam a prática desigual de direitos no país, na medida em que esse texto literário nos permite refletir o processo histórico do Brasil.

Em uma conferência intitulada “Os usos do ‘povo’”, o teórico Pierre Bourdieu (2004) discorre sobre um dos alvos dos campos intelectuais: o popular. Ao pensar sobre o campo literário e sua relação com o popular, convoca o seu leitor a refletir sobre a disputa de falar *no lugar* do povo e falar *para* o povo. O sociólogo destaca que a teia cultural popular “é um dos alvos que estão em jogo na luta entre os intelectuais” (BOURDIEU, 2011, p. 181).

Ao pensar o campo literário “*em jogo*”, ou seja, esse alvo que é a cultura popular dentro de uma relação na estrutura social que se movimenta nos espaços sociais, a literatura marginal produzida por escritores da periferia está a reivindicar esse capital simbólico de produção literária sobre a cultura popular para si. Ficcionalizar e poetizar as experiências sobre um grupo social heterogêneo que compartilha o mesmo espaço geográfico, conhecido como favela, periferia, morro, vila, entre outros, a partir do artista morador da periferia, possibilita ampliar as interpretações desses lugares, análises sobre esses textos em outras áreas do conhecimento, para além do campo da literatura e com outras epistemologias que dialogam com o protagonismo dos povos subalternizados.

Marginais, pecadores, errantes, violentos não são personagens novos na prosa e na poesia. O diferencial da literatura marginal periférica está no lugar de dentro, no ponto de vista interno, no lugar em que o escritor está inserido e que coloca em evidência na cena cultural e nos campos de análise e pesquisa os textos literários produzidos por esses autores.

A importância desse lugar de fala na literatura brasileira reflete para além dos campos culturais. Quando Ferréz toma para si o *corpus* da periferia como objeto imaginativo e essa literatura repercute no mercado literário, mais um paradigma é quebrado e os sujeitos periféricos assumem o protagonismo dentro e fora da narrativa.

O romance que impulsionou o autor Ferréz para além das fronteiras entre periferia e centro nos apresenta um triângulo amoroso entre jovens moradores da periferia Capão Redondo e que se comunica com o leitor por intermédio de uma língua crua e direta sobre como é nascer e crescer na periferia, uma narrativa com olhar de dentro. Essa variação linguística, a qual denominamos “gírias”, é uma marcante no texto e constitui a identificação do lugar e do grupo social inserido nesse espaço geográfico. Nosso desafio ao analisar o romance foi identificar nas personagens as representações da periferia, identificando o percurso da cidadania no Brasil e o seu alcance nas margens sociais.

A temática marginalizada atravessa as produções de Ferréz e dos demais escritores que compõem esse movimento cultural, mas não somente deles. Outros escritores que não fazem parte do movimento também compartilham experiências com e contra os muros simbólicos que separam a ambivalente sociedade moderna, denunciando, por meio da representação da escrita as mazelas sociais e, sobretudo poetizando a resistência de grupos subalternizados. Quando nos debruçamos sobre os contos de Conceição Evaristo, por exemplo, é possível refletir, a partir dos recursos literários utilizados pela escritora, sobre as condições das mulheres negras dentro da sociedade brasileira, a última a abolir o processo de escravidão dentro do continente europeu.

Nesse sentido, reiteramos que analisamos o romance em uma perspectiva da periferia como resistência, como entidade que ecoa sua voz para além dos muros que a separam do centro, ocupando prateleiras, livrarias, cafés, espaços de debate para falar sobre si enquanto coletivo. Esse novo movimento provoca uma desconstrução dentro da crítica literária porque não supera a análise tradicional, mas coloca a análise literária vigente no Brasil com “sinal de ‘rasura (X)’”, como destaca Stuart Hall (2014, p. 104) quando discorre sobre identidade. O que o autor provoca com a sua reflexão que entendemos ser pertinente para nossa análise é que o sinal de rasura

representa que um conceito, e aqui podemos apontar as estruturas que mediam os estudos literários, pode ser (res)significado e que: “as duas linhas cruzadas (X) que sinalizavam que eles estão cancelados permitem, de forma paradoxal, que eles continuem a ser lidos” (HALL, 2014, p. 104).

Sobre esse movimento literário marginal e periférico, podemos apreender que ele se cunhou como literatura, se cunhou também como marginal e revisita o papel da arte dentro da sociedade, constituindo-se como voz dos excluídos, destacando as problemáticas sociais a partir de suas experiências e atuando dentro dos espaços periféricos no Brasil dentro uma fusão educador social/militante/escritor. Diferentes elementos desse movimento provocam os estudos literários: o compromisso da arte, os gêneros literários, os recursos utilizados pelos autores, a literatura como documento e/ou porta-voz de um grupo social, o alcance da literatura enquanto sistema social, entre outros.

Capão pecado foi publicado nos anos 2000, mas o *corpus* da pesquisa é a segunda edição, publicada em 2016, que teve uma parte suprimida, a saber, as fotografias. Publicado pela editora Planeta, o texto é estruturado em cinco partes, vinte e três capítulos, uma nota do autor para a edição, um posfácio e dez textos de artistas moradores da periferia identificados como “participações” dentro de cento e setenta e quatro páginas.

A periferia conduz a obra; ela é a protagonista pela qual os sujeitos transitam com seus sonhos, mágoas, medos, desejos, denúncias e relatos sobre a sociedade na qual estão inseridos. Também é na periferia que nasce o escritor da obra, Ferréz. É desse lugar que suas experiências desde a infância são construídas e é nesse lugar que nasce o romance *Capão pecado* e todas as obras literárias desse autor, bem como é desse lugar que o autor atua com seu movimento de militância.

Para destacar a importância e a riqueza de sentidos e análises sobre esse lugar do escritor e, sobretudo, do movimento da literatura marginal produzida por escritores da periferia, retomaremos Conceição Evaristo e seu conceito de “escrevivência”, que está diretamente relacionado às suas experiências como mulher negra e pobre inserida numa sociedade racista. Na abertura de um dos seus livros de contos, intitulado *Insubmissas lágrimas de mulheres*, a escritora provoca o leitor a refletir sobre o real dentro das produções literárias:

Desafio alguém a relatar algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não

comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência. (EVARISTO, 2016, p. 7).

A escrevivência de Conceição Evaristo, em alguma medida, pode ser aplicada às produções literárias de Ferréz, que é “figura carimbada” em debates e programas que contemplam a temática sobre sujeitos moradores de periferias. Ainda que os entrevistadores tenham como fio condutor a produção literária do escritor, as questões sociológicas em geral são sobrepostas em entrevistas de jornais, revistas e programas de TV ou *internet*. Ferréz é uma das vozes ativas da periferia e sua arte é uma das vozes que poetiza e ficcionaliza outro ponto de vista sobre as relações entre Estado, sociedade e periferia, desafiando o leitor, como propõe Conceição Evaristo (2016), a refletir sobre as narrativas a partir de vozes subalternizadas.

4.1 A NARRATIVA COMO PECADO

A trajetória do jovem Rael, seus conflitos internos, familiares, profissionais e seu relacionamento afetivo com a namorada do seu amigo vão desencadear dentro da narrativa um universo de relações entre periferia, juventude e violência e entrega ao leitor um final explosivo e distante do “final feliz”. O fio condutor do romance é um triângulo amoroso entre três jovens moradores da periferia, entidade que pode ser identificada dentro do enredo como a protagonista onipresente durante todas as trajetórias pelas quais as personagens são expostas dentro de uma complexa problemática de cunho material e emocional.

A narrativa acontece em terceira pessoa com um narrador onisciente que apresenta o *Capão pecado* e a zona sul periférica de São Paulo nas suas descrições, reverberando uma linguagem carregada de gírias. Rael, Paula e Matcherros compõem as personagens envolvidas num triângulo amoroso que vai desencadear em uma tragédia no final do romance. E é durante o percurso desses jovens, que acontece dentro da periferia, que o narrador apresenta o *Capão pecado* e/ou Capão Redondo em um jogo de linguagem para referenciar o interno, a periferia, e o externo, sociedade e Estado, onde podem ser destacadas as periferias apresentadas a partir de cada personagem.

As condições físicas e emocionais das personagens são representadas na narrativa apontando as condições de miséria às quais os moradores daquele espaço geográfico denominado Capão Redondo estão submetidas. A vida de Rael e a intensidade do seu romance com Paula, bem como as consequências desse romance, estão presentes em todos os capítulos de maneira articulada com as trajetórias de outros jovens moradores daquela periferia. As experiências individuais e coletivas das personagens, que na sua grande maioria são jovens, em diferentes campos sociais, tais como: núcleos familiares, mundo do trabalho, experiências sexuais, experiências no universo das drogas lícitas e ilícitas e, por conseguinte, no campo da marginalidade, sonhos, medo, dor e tristeza, compõem a leitura de uma juventude deslocada e descolada de perspectivas futuras.

Assim como a narrativa composta por cinco partes com capítulos curtos, tudo é intenso e efêmero no romance. Sobreviver é a palavra de ordem, um dia de cada vez, sem ampliar o horizonte para um futuro distante. Na trama que compõe o texto literário, o medo ocupa o lugar da esperança, a busca pela inserção no mercado de trabalho ocupa o lugar dos estudos, a morte prematura ocupa o lugar da vida, a tristeza ocupa o lugar da alegria, a rua ocupa o lugar da família. A descrição dos fatos cotidianos dos jovens e seus familiares pelo narrador destaca uma consciência crítica, em especial nas construções mentais que são elaboradoras por Rael.

Quando em cada capítulo do romance o cotidiano dessa e de outras personagens moradoras da periferia é narrado, a voz subalternizada e do lugar de dentro oferece ao leitor as experiências das violências física e simbólica, assim como as violências institucionalizadas, distante de uma perspectiva romântica ou inocente. Na multiplicidade dos cotidianos dos moradores da periferia que o romance apresenta, a efemeridade da trajetória do núcleo familiar de Dona Maria Bolonhesa, seu Raulio e seus dois filhos, demonstra as violências físicas e simbólicas às quais as personagens são expostas durante suas trajetórias, como bem exemplifica o trecho a seguir:

Os vizinhos ouviram os gritos e foram correndo ver o que estava acontecendo. Ficaram chocados, mas o que todos eles se perguntavam era como dizer a Raulio que, durante o tempo que estivera preso por engano, além de ter perdido sua esposa, havia perdido também os dois filhos. (FERRÉZ, 2016, p. 47).

Ao abordar a violência como mercadoria no campo literário, Paulo Thomaz (2015) destaca o interesse do mercado editorial nos textos que reúnem a experiência urbana de violência e exclusão, evidenciando o texto *Capão pecado* como *corpus* de análise e a inserção do autor e

sua obra em uma editora de grande circulação. A construção narrativa do texto, segundo o autor, tem como elemento nuclear a violência, “visto que são narrativas que, ao indagar e assinalar a indiferença da sociedade a determinados sujeitos sociais e territórios urbanos, penetram em um intrincado âmbito do imaginário social e da ordem econômica contemporânea” (THOMAZ, 2015, p. 103).

A zona selvagem, retomando o conceito do sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2007), fica explícita nas relações construídas no romance. “Um novo dia, Rael levantou da cama rapidamente e gritou: – Bom dia, Capão! Bom dia, Vietnã!” (FERRÉZ, 2016, p 81).

Rael anuncia a zona selvagem da guerra, comparando Capão ao Vietnã, país localizado no continente asiático e que durante o século XX sofreu as consequências da Guerra Fria porque dentro do mesmo território duas vertentes políticas e econômicas disputavam hegemonia. O Vietnã sofreu a violência extrema de uma guerra interna e externa, milhões de toneladas de bombas mataram milhares de pessoas durante o conflito de uma guerra “sem sentido” e não formalizada porque a disputa era de caráter ideológico e político.

Ao anunciar “bom dia” ao Vietnã brasileiro, a personagem desvela uma sociedade marginalizada e negligenciada, o outro que pode ser sacrificado de forma gratuita ou, ainda, sem sentido. Uma sociedade à qual são negados os direitos dentro do contrato social, em oposição à zona civilizada que é movida pelas práticas do contrato social com base nas regras da democracia brasileira. Assim, as zonas selvagens são eleitas como espaços desprovidos de condutas civilizadas, são marcadas pela régua das violências institucionalizada e não institucionalizada. O texto propõe o pecado como duas faces da mesma moeda: o pecado em denunciar a opressão e a negação dos direitos aos marginalizados e o pecado que estabelece suas próprias condutas de sobrevivência.

Retomamos a efemeridade da trajetória de um núcleo familiar formado pelo casal dona Maria Bolonhesa e seu Raulio, além dos seus dois filhos Will e Dida para demonstrar violências físicas e simbólicas da lei e na margem da lei que o romance caracteriza ao anunciar a morte de um dos filhos, Dida. Vejamos o seguinte trecho do romance:

Duas horas depois, a Tático Sul chegou ao local, cobriu o corpo com um lençol pedido a uma vizinha. Ficaram comendo carniça por mais de seis horas quando o IML chegou e foi logo retirando o corpo. O pessoal nem estranhou o fato de os legistas não terem examinado o corpo, todos ali já estavam acostumados com o descaso das autoridades. (FERRÉZ, 2016, p. 43).

O corpo de Dida estendido por horas em uma das vielas do Capão e a normalização do fato exemplificam que o corpo periférico, a exposição desse corpo sem vida e a psique dos moradores que são obrigados a acompanhar essa exposição, se distancia do projeto de cidadania pautado no contrato social de respeito à vida e à dignidade, conforme destaca Santos (2007), ao separar as zonas sociais que ocupam campos de oposição dentro do que o autor denomina de “ascensão do fascismo social”. Sobre o fascismo social, destacamos que:

A primeira forma é o fascismo do *apartheid* social. Trata-se da segregação social dos excluídos por meio de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas. As zonas selvagens são as zonas do estado de natureza hobbesiano, as zonas de guerra civil interna existentes em muitas megacidades em todo o Sul global. As zonas civilizadas são as zonas do contrato social, e vivem sob a constante ameaça das zonas selvagens. (SANTOS, 2007, p. 80).

Ao expor situações como essa, que revela o descaso do Estado, *Capão pecado* desvela a zona selvagem ao protagonizar a violência e a miséria como fio condutor na existência das jovens personagens. O texto literário provoca o leitor com temáticas que permeiam um universo carregado de práticas e condutas diversas de um processo integrador resguardado pela democratização dos direitos civis e da cidadania.

Ao refletir e relacionar os conceitos de periferia e cidadania, destacamos que:

Geograficamente a periferia é entendida como uma área que fica nas extremidades, distante do miolo central das cidades, mas no Brasil ela está ligada à condição social e material. Assim, do ponto de vista sociológico, é considerada como espaço que abarca sujeitos anônimos e desfavorecidos em total invisibilidade e nivelados horizontalmente como iguais. São os escravos da contemporaneidade, em contínuo processo de negação da sua cidadania. (ATHAYDE, 2011, p. 403)

As violências físicas e simbólicas às quais essa classe social é submetida dentro do romance, a impunidade e o abuso de poder, duas correlações relacionadas ao papel desempenhado pela polícia e outros representantes do Estado, a naturalização dessa violência como prática cotidiana que circunda esses jovens e adultos periféricos também sinaliza que esse *Pecado*, muito embora seja objeto de práticas de negação, apagamento e silenciamento por parte de uma sociedade e do Estado, insiste em resistir. O deslocamento do objeto para o sujeito pressupõe essa resistência, o sujeito da periferia, assim como outros sujeitos subalternizados, reivindica para si o direito de poetizar e falar sobre si. “Eu sou quem descreve minha própria

história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político” (KILOMBA, 2019, p. 28).

A ausência dos prazeres como prática cotidiana dos jovens periféricos, a negação aos acessos de lazer e aprendizagens e os desejos desses jovens de usufruir do consumo inerente ao sistema capitalista sem possibilidades materiais compõem uma tríade que compromete suas trajetórias, como o romance destaca, mas não silencia as suas vozes. Quando o leitor se debruça sobre o romance, pode ouvir a resistência em não silenciar, e é então convidado a problematizar as relações entre as classes sociais distintas, identificando as distinções sociais que separam os jovens da margem dos jovens do centro, mas também identificar elementos que aproximam a juventude distanciada pela classe social. Ao encontrar *Capão pecado*, o leitor recebe um romance que denuncia as marcações sociais brasileiras.

A juventude da periferia também deseja acesso aos espaços de diversão e lazer com segurança e tranquilidade. O romance representa essa juventude que deseja, mas não tem. O trabalho informal de venda ambulante, o furto e o tráfico são alguns dos mecanismos que as personagens encontram para que a prática do lazer e diversão seja possível. Marquinhos vende algodão doce, Matcherros faz “bolos”, Burgos compra armas em troca de vidas, Rael trabalha em uma metalúrgica. Novamente as violências físicas e simbólicas ficam marcadas quando a juventude da periferia, afastada do campo da educação formal e outras formações culturais, busca parte do sustento diário cometendo assaltos, homicídios e, no caso de Rael, um trabalho formal dentro do campo braçal.

Em uma noite qualquer, os amigos se encontram em busca de lazer e diversão. Decidem ir nadar, curtir a natureza e conversar entre amigos. China, uma das personagens do romance, resolveu entrar na água novamente e, após “algumas braçadas”, sentiu que algo puxava a sua perna. Ele ficou desesperado e, após ser ajudado por seu amigo Mixaria, se desvencilhou do que pensava ser um galho. Ao olhar para trás, se assustou:

Seu espanto foi enorme; quando se virou, soltou um grande grito. Marquinhos e Jura se jogaram na água e puxaram os dois amigos para a margem e nem olharam para trás, pois o que os amigos haviam visto era um corpo em estado de decomposição, que já devia estar ali havia dias e só veio a boiar quando China enganchou o pé em sua boca. (FERRÉZ, 2016, p. 57).

O trecho destacado do romance nos permite refletir que, mesmo dentro dos momentos de lazer e diversão, essa juventude é exposta a algum tipo de violência. O lazer e a diversão, que

eram o objetivo do grupo de amigos, acabam desembocando em situações de desespero e medo por parte das personagens.

Salientamos que nesta narrativa a periferia figura como centro, a protagonista. Ela é heterogênea e isso fica evidente nas diversas personagens que transitam por ela e que nos conduzem a uma pluralidade de periferias. Partimos da premissa de que para compreender a complexidade desse texto literário é preciso entender que, dentro dessa classe social pobre, esses agentes sociais moradores da periferia representam diferentes sujeitos que transitam em meio às condições de miserabilidade e respondem de forma diversa dentro desse contexto espacial que é sufocado pela violência e pela miséria.

Partir dessa perspectiva de compreender as diferentes respostas sobre a mesma condição econômica e social faz-se necessário para uma leitura mais elaborada e complexa do texto literário e permite que se distancie do olhar sobre a meritocracia, das condições de igualdade e/ou, nesse caso, condições de desigualdade como determinismo para o sucesso e/ou fracasso econômico e social. Ao utilizar o conceito de classe social como distinção de grupos sociais do centro e da periferia, buscamos como aporte teórico o *corpus* desenvolvido pelo sociólogo brasileiro Jessé Souza (2017), que se debruça sobre a pesquisa e a publicação acerca das desigualdades sociais no Brasil a partir das condutas sociais e econômicas da elite brasileira. De acordo com o autor:

Como o pertencimento de classe prefigura e predetermina, pelo menos em grande medida, todas as chances que os indivíduos de cada classe específica vão ter na sua vida em todas as dimensões, negar a classe equivale também a negar tudo de importante nas formas modernas de produzir injustiça e desigualdade. (SOUZA, 2017, p. 85).

As cinco partes do texto literário que compõem os vinte e três capítulos entregam ao leitor uma narrativa carregada de denúncia social, inclusive institucional, ao refutar o papel do Estado dentro desses espaços. Os abusos que acontecem entre os moradores do Capão sugerem uma extensão do abuso que o Estado e a classe social dominante aplicam a esse grupo social. A narrativa desconstrói a premissa de que a honestidade é um elemento basilar de sucesso econômico e social. Categorizamos o sucesso a partir do que o romance nos oferece, ou seja, um conjunto de conquistas que a classe social pobre e moradora da periferia almeja: a conquista de um trabalho, um núcleo familiar distante da violência, uma condição financeira que permita a

existência para a si e os seus, com acesso aos bens de consumo básicos, de ordem material e simbólica. Como podemos ver no seguinte trecho:

É foda mesmo, no final todo mundo que morre neste fim de mundo é classificado como a mesma coisa. Por isso que eu falo, truta, que eu quero continuar a estudar e, se Deus permitir, mano, eu quero um futuro melhor. (FERRÉZ, 2016, p. 98).

Sobre o romance, podemos evidenciar seu caráter pedagógico ao revelar para o leitor, e aqui é importante destacar, para o leitor inserido em todo e qualquer universo marginalizado e que se identifica com as personagens, a importância do distanciamento do universo das drogas e furtos, ao descrever os sonhos de jovens que foram ceifados pelas mortes violentas e demonstrando a relação de causa e efeito efêmera e violenta que os jovens pobres sofrem quando acontece a aproximação com o universo do crime. O final da personagem principal, Rael, fundamenta essa premissa:

Rael sentiu uma dor horrível quando o seu colega de cela enfiou uma caneta em seu ouvido, ele só arregalou os olhos e pensou em seu filho, Ramon. Seu corpo foi retirado da cela pela manhã e encaminhado ao IML. (FERRÉZ, 2016, p. 143).

A efemeridade da trajetória de Rael demonstra que no universo do crime os silenciamentos são práticas de manutenção desse sistema e dos sujeitos inseridos nele. Podemos identificar que a personagem representa e reforça o cunho pedagógico ao demonstrar para a juventude periférica a relação de causalidade entre crime e violência porque, quando Rael se aproxima do crime, nesse caso por vingança, e tem sua vida ceifada rapidamente como queima de arquivo dentro do presídio, o romance ilustra que mesmo a criticidade da personagem, sua conduta de envolvimento com o universo literário, seu afastamento do uso de drogas e bebidas, suas reflexões sobre si e sobre o universo no qual está inserido não são suficientes para resgatá-lo do final trágico.

Momentos de ansiedade, medo, tristeza e reflexão são alguns dos que levam o jovem a recorrer à literatura. Em diferentes momentos do romance, fica evidente a relação de Rael com a leitura e a literatura, o que causa uma sensação de estranhamento em seus amigos. De toda a juventude que compõe o romance, a literatura vai se destacar de forma explícita em um rápido diálogo com o amigo de Rael, o “Capachão”, que sonha em pertencer à corporação da polícia militar, enquanto para os demais amigos a palavra escrita sendo apropriada naquele espaço é

contraditória, ao passo que a violência é normalizada. O apagamento das instituições escolares no romance, aliado ao estranhamento do grupo de amigos de Rael sobre sua relação com a literatura em oposição à convivência e normalização das práticas violentas dentro desse espaço geográfico, problematiza o alcance das instituições nesses espaços:

– Certo! Então nós estamos indo lá, depois a gente se cruza, tá ligado? Mas chega aí, você continua lendo que nem um louco ainda?
 -É, eu continuo estudando, né, mano. Tô comprando uns livros no Sebo do Messias lá no Centro, mas depois nós troca uma ideia melhor, vão lá no Panetone, depois vocês colam aí, acabei de acordar. (FERREZ, 2016, p. 37).

Não é novidade nos campos de estudos das ciências humanas e sociais as práticas de violência como componente da formação social no Brasil. A título de ilustração, podemos citar a tardia abolição da escravatura, já no século XIX, prática que durante séculos foi institucionalizada a partir da e com a violência.

Tendo a violência como mote, o texto de Sergio Adorno (2011), intitulado “Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira”, apresenta linearmente a violência incorporada no Brasil, desde sua constituição enquanto colônia portuguesa até o processo de redemocratização em 1985. Após esse período, o autor destaca que:

Surpreendentemente, após o retorno da sociedade brasileira ao estado de direito, explodem conflitos de diversas naturezas: crescimento dos crimes, em especial em torno das formas organizadas (por exemplo, tráfico de drogas), graves violações de direitos humanos e conflitos com desfechos fatais nas relações interpessoais. (ADORNO, 2011, p. 558).

A literatura brasileira demarca seu lugar dentro da história do Brasil ao representar as condutas sociais desse país ambivalente. As peculiaridades pertencentes a nossa construção enquanto território e, por conseguinte, a nossa formação política, econômica e social foram objetos de intensas reflexões literárias, sociológicas e históricas que permanecem sendo revisitadas em diversos campos de análise. É preciso saber que a literatura é ficção, por essência, mas não descolada do tempo em que está inserida. A liberdade poética de desbravar o mundo que Cândido (1976, p. 13) cunhou como “quinhão da fantasia” carrega diferentes condições que corroboraram o produto final, o texto literário, e é nesse lugar dentro do texto que residem as experiências e perspectivas de um tempo histórico que nossos estudos pretendem investigar, aquela linha quase invisível dos detalhes da obra que podem nos falar sobre um tempo e sua sociedade.

O quinhão de fantasia *Capão pecado* nos entrega uma leitura possível sobre os conflitos de classes sociais na democracia brasileira. Nos entrega, também, uma leitura de resistência das classes subalternizadas ao se tornar um marco no movimento da literatura marginal produzida por escritores da periferia e que cada vez mais alcança o mercado literário e amplia os movimentos culturais dentro dos espaços geográficos periféricos.

4.2 O PASSADO QUE ECOA NO PRESENTE

Incorporado à obra *Capão pecado* como participação, o texto “Antigamente quilombos, hoje periferia” constrói uma dinâmica relacional ao pensar a periferia como sinônimo de quilombo, sem anacronismos. O lugar de exclusão do centro, de concentração dos sujeitos marginalizados, distanciados de todas as oportunidades de uma inserção social dentro do território brasileiro. Ao tratar a periferia como uma extensão do quilombo, o autor também destaca o papel da resistência dos escravizados e das classes populares como sendo atemporal, assim como a prática violenta estendida para esses grupos:

Politicamente nada mudou, os capitães do mato agora estão fardados. Nas ruas, temos que obedecer leis que não ajudamos a criar. Não temos lazer, a informação é escassa – ou você acha que eles querem um maloqueiro feito eu sentado na sala da universidade lado a lado com o filhinho de papai? (GASPAR *apud* FERRÉZ, 2016, p. 74).

– E aí, Amaral, e os tramos?

– Ah! Tá foda, meu, tô procurando toda segunda e terça, mas tá uma dificuldade de fazê uma ficha que só vendo, mano.

– Eu imagino, mano, esse governo fodeu todo mundo mesmo. Pra você vê, de todos os caras que têm aqui, só que tá trabalhando é o seu irmão e o Cebola, que trabalha no Bob’s. (FERRÉZ, 2016, p. 83).

Do fragmento do texto de Gaspar e de um diálogo entre Rael e Amaral ecoa a denúncia sobre a relação da sociedade e do Estado com a classe social popular moradora da periferia. A negação da prática dos direitos fundamentais a todo o brasileiro transita dentro dos fragmentos textuais já citados. Ao pensar o quilombo e a periferia como equivalentes, o texto inserido no romance nos remete às negligências sofridas pelos descendentes de escravizados que sofrem de maneira compulsória o processo de migração concomitante com a desumanização desses sujeitos e o silenciamento de suas culturas.

As violências infringidas aos corpos/peças negras, bem como suas resistências, são objetos de estudos intensos no campo acadêmico. Outros olhares oriundos da academia e a validação de memórias passadas na voz dos descendentes presentes nos permite compreender a equivalência apontada no texto. Quando o autor do texto assemelha o quilombo à periferia ele aponta que o periférico é o negro fugido, é o marginalizado, o excluído, o negligenciado, o bárbaro, o primitivo, o serviçal, o “Outro”. O negro fugido, arredio, violento e selvagem é o periférico no imaginário do homem branco. Também é o Zumbi, a resistência organizada, aquele que resiste a entregar seu corpo como algo desvalido. O centro chega, mas a margem resiste. “Objeto sem alma sempre foi o dominador” (GASPAR, 2016, p. 173).

Kilomba (2019, p. 36) destaca, em uma perspectiva psicanalítica, que o homem branco constrói para si a narrativa de oprimido e coloca o oprimido no lugar do tirano, ao qual denomina como “processos nos quais partes cindidas da psique são projetadas para fora, criando o chamado ‘Outro’, sempre como antagonista do ‘eu’ (self)”. Os resultados desses processos seculares de negação da humanidade aos escravizados e seus descendentes, que em larga maioria são os negros e *miscigenados* pobres, conferem ao Brasil um abismo social que afeta primeiramente os sujeitos da margem.

A herança escravocrata entrega para o Brasil essa construção social pautada na violência. Passado e presente denunciam a negligência do estado brasileiro com parte de sua população e a história do Brasil escravocrata reflete nas práticas atuais ao pensar que,

no nosso caso, as classes populares não foram abandonadas simplesmente. Elas foram humilhadas, enganadas, tiveram sua formação familiar conscientemente prejudicada e foram vítimas de todo tipo de preconceito, seja na escravidão, seja hoje em dia. (SOUZA, 2017, p. 89).

Entre os sujeitos libertos no Brasil no final do século XIX e os sujeitos libertos do Brasil do século XXI, encontramos a aproximação de caráter social, embora exista o distanciamento secular. Em relação aos escravizados que compunham anteriormente os quilombos, não houve uma reforma política e social de inclusão, como destaca o historiador José Murilo de Carvalho (2017, p. 23):

Do ponto de vista do progresso da cidadania, a única alteração importante que houve nesse período foi a abolição da escravidão, em 1888. A abolição incorporou os ex-escravos aos direitos civis. Mesmo assim, a incorporação foi mais formal do que real.

Carvalho (2017) se debruça sobre a construção da cidadania no Brasil do início do século XIX até o final do século XX, com o advento da redemocratização. Em sua pesquisa, identificou a problemática inserção da cidadania no Brasil, que, a partir das nossas leituras, defendemos ser inconclusa. O mesmo autor, ao avaliar a partir de fontes estatísticas a relação entre cidadania, campo educacional e redução de pobreza, concluiu que, no que versa sobre os direitos sociais no início do século XXI, os problemas educacionais e de acesso ao ensino superior permanecem sérios e que a redução da desigualdade social no país foi tímida. Destaca-se, nesse sentido, que o autor aponta a colocação do Brasil no *ranking* mundial como “vergonhosa” (CARVALHO, 2017, p. 240).

A narrativa de Ferréz remete às problemáticas sociais brasileiras também em uma perspectiva geracional. O analfabetismo do pai de Rael, por exemplo, demonstra a negação do acesso aos direitos sociais a que foram submetidas às classes populares em uma perspectiva histórica. O trabalho da mãe como diarista e a sua “não posição” também compõe esse enredo de uma pobreza intelectual e financeira. A não posição da mãe de Rael, dona Maria, sobre suas dores físicas e emocionais nos possibilita refletir acerca do apagamento dessas classes populares. Mesmo nos momentos em que o filho está em casa, os diálogos dentro do núcleo familiar são praticamente inexistentes e a elaboração mental sobre a condição da família está presente em Rael, mas não é verbalizada, conforme podemos observar no seguinte trecho da narrativa:

Um novo dia começara e Rael não conseguiu levantar quando percebeu que estava com duas cobertas, incluindo aquela que ele tinha dado à mãe na noite anterior. Ele não conseguiu levantar imediatamente, pois teve novamente vontade de chorar. Virou de bruços e chorou como uma criança. Mais uma prova de amor de sua mãe, mais uma vez ela levantara de madrugada, o embrulhara com seu cobertor e ficara dormindo no frio. (FERRÉZ, 2016, p. 85).

O alcoolismo do pai é evidenciado durante todo o romance e causa no filho um misto de desprezo e tristeza. Em relação à mãe, percebe-se a ausência de qualquer manifestação de tristeza ou alegria, uma conduta mecanicista incorporada na personagem, um criado mudo. A elaboração sobre a vida acontece em um único momento no romance, e não é sobre si, mas sobre o envolvimento do seu filho com Paula, um “pressentimento de mãe” de que algo pode dar errado.

Sobre família e seu comportamento no cotidiano, a de Rael é a mais presente. As demais famílias da narrativa são descritas em situações específicas, ou seja, quando o narrador rememora a infância de uma personagem ou ainda quando alguém é “marcado para morrer”.

Ao pensar as formações familiares na história do Brasil, é importante destacar que o modelo de família das classes sociais privilegiadas foi negado aos escravizados e que os filhos gerados pelas escravizadas, em linhas gerais, eram de propriedades dos senhores de escravos. Aqui destacamos as generalizações, mas é importante ressaltar que a historiografia que se debruça sobre os processos coloniais e republicanos vem resgatando mulheres e homens escravizados que resistiram a esses processos comuns da época da escravidão. Nesse sentido, as palavras do sociólogo brasileiro Jessé Souza destacam que:

A escravidão [...] dificultava a formação de famílias negras e combatia qualquer forma de independência e autonomia do escravo. Não é por acaso, portanto, que nossos pobres tenham famílias monoparentais e tenham dificuldade de desenvolver um padrão que reproduza a contento os papéis de filho, pai e irmão de toda a família de classe média. (SOUZA, 2017, p. 99).

O diálogo entre Rael e Amaral, em tom de desabafo, nos permite pensar de que forma o sistema e o Estado compactuam para a manutenção dos processos de exclusões sociais. Ao denunciar a dificuldade de inserção no mercado de trabalho desses jovens moradores da periferia, o texto também aborda a problemática da inserção e permanência dos jovens pobres nas etapas da educação porque o silenciamento sobre a educação e/ou a perspectiva de retomada dela nos aponta que ela não figura num horizonte de possibilidades, como identificou o estudo de Carvalho (2017), e que o mundo do trabalho é a necessidade imediata desses jovens. Afirma Souza que:

À pobreza econômica foi acrescentada a pobreza em todas as outras dimensões da vida. Se a pobreza econômica, por exemplo, implica foco no aqui e no agora por conta das urgências da sobrevivência imediata, toda a atenção se concentra necessariamente no presente e nunca no futuro, posto que este é incerto. (SOUZA, 2017, p. 99).

Ferréz acrescenta um posfácio para *Capão pecado*, marcando o seu olhar crítico sobre a sociedade na qual o autor está inserido. Diversas discussões sobre a publicação de um posfácio no romance e o seu conteúdo poderiam ser desmembradas, mas aqui nos interessa observar mais a forma como esse posfácio conversa com a História social do Brasil do que suas relações com questões formais da narrativa. O autor enfatiza o passado que ecoa no presente ao ressaltar didaticamente e poeticamente a relação entre a pobreza como descendência do morador da favela, bem como a violência que reprime e oprime os sujeitos periféricos. Ao pensar o futuro, Ferréz compõe uma linha temporal de raciocínio a partir do passado escravocrata, o Brasil oligárquico e

a república seletiva para demonstrar que o acesso e a ascensão social e econômica são a descendência dos “playboys”:

O médico se formou na USP, um recinto que era para o povo, mas já foi reservado desde sua criação para os playboys. [...].

A pobreza aqui é passada de pai para filho, assim como a ansiedade de trabalhar dia e noite para comprar um pão, um saco de arroz, um saco de feijão. [...].

Todos veem, mas não querem enxergar que o futuro nos reserva mais dor, e nossa vida é como se estivéssemos sentados olhando pela janela de um avião que cai rapidamente, E tudo sempre esteve tão perto e tão longe. (FERRÉZ, 2016, p. 151).

A tessitura da pobreza em oposição aos privilégios geracionais da elite brasileira é denunciada no posfácio de Ferréz. Sua análise, elaborada a partir de sua experiência como morador da periferia, converge com as pesquisas históricas, sociológicas e antropológicas sobre as classes sociais brasileiras. Fica evidente que as representações da periferia no romance são histórias presentes vinculadas a histórias passadas e que se enredam num futuro que repetirá o passado, ou seja, quase sempre sem final feliz. A crítica do autor, inserida no livro, dialoga com o romance que anuncia o destino fatal dos jovens periféricos, como se estar/nascer na favela já prenunciasse o implícito efêmero fim do jogo, antes do final da partida. Tomemos como exemplo o seguinte excerto do romance:

Pássaro, Ceará, Nana e Dinas tinham dado entrada no Instituto Médico-Legal às seis horas da tarde, e foi muito trabalho para os médicos. Resolveram não tirar todas as balas, já haviam tirado mais de cinquenta e precisavam dar baixa em mais que tinha vindo do Capão também. Foi uma das maiores chacinas da região, saiu nos jornais da manhã e entrou nas estatísticas à noite. (FERRÉZ, 2016, p. 139).

Um Infográfico³² publicado no ano de 2019 a partir de dados da Secretaria Estadual de São Paulo demonstra estatisticamente que as mortes de jovens nas periferias de São Paulo, incluindo a periferia onde está localizado Capão Redondo, chegam vinte anos mais cedo do que nos bairros ricos. Esses dados encontram em *Capão pecado* sua validação porque a morte prematura é uma constante durante todo o romance, com o diferencial de que cada morte carrega consigo uma história de vida. Quando o autor elege a periferia como temática no seu romance, ele entrega ao leitor personagens que não se configuram como vilões ou mocinhos, inocentes ou culpados; são narrativas de sobrevivência marcadas por histórias de negligência pública e

³² Disponível em: <https://apublica.org/2019/11/na-periferia-de-sao-paulo-morte-chega-20-anos-mais-cedo-que-em-bairros-ricos/>. Acesso em: 2 jun. 2020.

privada. No campo do privado, o texto apresenta alguns contextos enredados no passado das personagens que conduzem a uma compreensão mais contextual sobre algumas condutas apresentadas. A marcação do passado é também um recurso pedagógico utilizado para demonstrar a importância da aquisição do conhecimento para ocupar espaços em outros campos sociais, ilustrando de forma didática que a educação é um dos caminhos possíveis de transformação social e política.

4.3 A REJEIÇÃO AO OUTRO

As trajetórias das personagens que são compartilhadas com o leitor têm uma cartografia definida: a periferia, majoritariamente, a periferia do Capão, fio condutor do romance, e por vezes outras periferias que são descritas como lugares de passagem de algumas personagens. Esse lugar tem uma relação de pertencimento coletivo com as personagens que transitam por ele com destreza e “práxis”. Nesse lugar, a identificação é evidente; todos conhecem todos os lugares dessa periferia, o público e o privado se confundem quando as ações individuais são de conhecimento coletivo. Partimos da premissa de que a semelhança do processo de exclusão social a que essa classe social é submetida, também por pertencer a esse lugar marginalizado, fortalece esse lugar de “comunidade”, de pertencimento e aceitação, ainda que o cotidiano seja marcado pela violência estrutural do campo público e privado. Observemos o seguinte trecho:

Era muito pequeno. Como antes, não entendia o nome do lugar; Capão Redondo era um nome muito estranho, e o que lhe tinham explicado era que o nome foi tirado de um artefato indígena, pois os índios faziam um cestão de palha que tinha o nome de capão, e vendo essa área de longe se tinha a impressão de ser uma cesta. Colocaram o nome de Capão Redondo, ou seja, “uma grande cesta redonda”. O impacto da mudança para o novo terreno da prefeitura foi amenizado pelo carinho dos amigos – afinal, até as brincadeiras eram as mesmas – e, se num dia ele os conhecia, no outro já estava passando por suas casas, sendo bem-vindo por causa do seu jeitinho educado e calmo. (FERRÉZ, 2016, p. 20).

O trecho destacado do romance nos permite identificar as relações de aproximação dentro da comunidade porque rapidamente, de um dia para o outro, a personagem que chegou no Capão já circulava entre as moradias dos seus novos amigos. Muito embora o narrador justifique que a

conduta de Rael, “educado e calmo”, seja o motivo pelo acolhimento, a rápida inserção dele nessa comunidade demonstra as identificações constituídas nas comunidades.

Retomando os estudos do sociólogo Jessé Souza (2017) sobre a elite por ele denominada “do atraso”, podemos refletir sobre algumas questões acerca do pertencimento e o estranhamento que acompanham a margem e o centro. Segundo o sociólogo, a elite desqualifica a classe popular de diferentes maneiras. A prática de exclusão secular das classes populares, e aqui podemos somar os brancos pobres, os descendentes dos escravizados, os migrantes nordestinos, entre outros, resultou numa classe “reduzida ao corpo, que representa o que há de mais baixo na escala valorativa do Ocidente” (SOUZA, 2017. p. 103). Podemos descrever como um desprezo naturalizado o que pauta essas relações entre elite e classe popular, como afirma o sociólogo, “o que permanece do escravismo é a sub-humanidade cevada e reproduzida, a crença de que existe gente criada para servir outra gente” (SOUZA, 2017, p. 106).

Dentro desse Capão, mas também em outras periferias, em linhas gerais, os moradores são trabalhadores que desempenham funções como diaristas, motoristas, jardineiros, porteiros, empregadas domésticas, babás, cozinheiras, trabalhos braçais que sofrem um desprezo social estrutural, além do preconceito pelos lugares de origem desses trabalhadores. As práticas sociais, culturais e econômicas nas periferias carregam suas particularidades, e nos parece que na narrativa de *Capão pecado* isso fica evidente.

Para além da linguagem, já citada, que evidencia uma identificação na comunicação de situações do cotidiano presentes nos espaços marginalizados, e no romance no lugar periferia, essas situações que tacitamente são compartilhadas por toda a classe social moradora da periferia têm dimensões econômicas e sociais que são contradições históricas. Ao pontuarmos as questões sociais, pretendemos ampliar o estranhamento entre centro e periferia da perspectiva somente pautada no capital econômico, pois o contexto narrativo nos exige pensar outros bens para além do dinheiro.

Partindo da premissa de que as desigualdades sociais brasileiras têm diversos bastiões, entre eles a negligência do Estado com as classes populares num campo temporal secular, sabe-se que para essas classes foi negado o acesso ao campo intelectual, à participação política, às práticas culturais herdadas dos escravizados, etc. Historicamente, os escravizados não tiveram acesso ao processo de alfabetização, com exceções, e para a grande maioria de miscigenados, brancos pobres e trabalhadores braçais, o acesso à leitura e ao ensino aconteceu tardiamente. A

negação do Estado, em concomitância com a elite em inserir num processo de construção cidadã as classes populares, distanciou os pobres do campo da leitura e da literatura, que, é importante pontuar, também ocupou, com exceções, um campo de privilégios na sua produção e consumo na história do Brasil por séculos.

Esse bastião histórico da elite sobre o acesso restrito ao campo intelectual, notadamente o ensino formal, aparece na periferia *Capão pecado* e merece ser ressaltado porque nos permite refletir sobre o que essa literatura tem para nos contar sobre a história do Brasil. “Se aqui ninguém lê, como você vai ser escritor?” (FERRÉZ, 2016, p. 9). Assim o autor começa sua nota no livro, ao destacar um questionamento que entendemos representar uma coletividade periférica que se distancia ou é distanciada de todo o “Outro”, ou seja, as classes privilegiadas.

O início do texto tem uma intenção: compartilhar com o leitor a transformação social que o texto literário *Capão pecado* causou na vida do escritor e isso pode ser ampliado para uma reflexão da construção pedagógica sobre a importância da leitura e da literatura que durante todo o romance vai sendo construída, além do descrédito que seus pares evocam sobre a literatura. Para que serve? Para quem serve? Aqui não serve porque aqui ninguém lê e, por extensão, o “Outro” não lerá o que a periferia tem para contar. O estranhamento que o autor faz questão de pontuar na abertura do romance nos convida a buscar em outros campos do conhecimento as causas desse questionamento, permitindo aproximar a Literatura da História na medida em que as causas do desprezo pela literatura destacadas pelo autor têm história, e ela pode ser compreendida dentro das relações entre a elite e as classes populares brasileiras desde o processo de escravização.

Ao pensar o estranhamento e o distanciamento entre a periferia e a literatura, a periferia e o centro, ou seja, o eu e o Outro, destacamos duas personagens que cumprem essa função no romance, de forma explícita: Halim e Rael, o centro e o Capão. No capítulo dois, Rael, a pedido de sua mãe, é confrontado com o Outro que está no “Bairro da Liberdade”. “– Ah, mãe, você sabe que eu não gosto de trocar ideia com esses *playboys*, e ainda mais para receber” (FERRÉZ, 2016, p. 28).

Esse “Outro”, os “*playboys*”, embora tenha um corpo e um nome, pode ser entendido como a representação de um grupo, o grupo social privilegiado econômica e socialmente. O enfretamento no lugar alheio lhe causa desconforto e ele imediatamente vai buscar em um amigo companhia para o confronto, sem sucesso.

Não tendo escolha, Rael tomou um banho rápido, se arrumou e foi para o bairro da Liberdade. Antes, porém, passou na casa de Matcherros com a intenção de que ele o acompanhasse, mas o amigo estava dormindo, e Rael sabia como era demorado até ele despertar e se arrumar. O jeito foi ir sozinho mesmo. (FERRÉZ, 2016, p. 28).

Entre terminais de ônibus Rael informa ao leitor o desconforto e a ponte abissal que separa a periferia do centro. Medo, raiva, desprezo e vergonha são alguns dos sentimentos que parecem emergir da personagem:

Ele tinha nojo daqueles rostos voltados para cima, parecia que todos eles eram melhores que os outros. Se seu pai estivesse com ele, com certeza já teria dito: “Esquenta não, filho, eles pensam que têm o rei na barriga, mas não passam dessa vida sem os bicho comê eles também. Os mesmo bicho que come nós, come esses filhos da puta; lá embaixo, fio, é que se descobre que todo mundo é igual”. (FERRÉZ, 2016, p. 28).

Os rostos são o centro, aqueles que desprezam a margem, o “Outro”, segundo Rael. Essa pauta identitária é uma fonte de debates inesgotável dentro das ciências humanas e sociais. O que sou eu, o que nos constitui? O que é ele? O que os constitui?

No texto *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*, Kathryn Woodward (2014) analisa a partir da oralidade de um soldado sérvio as questões sobre identidade e diferença. O contexto dessa oralidade é a guerra entre dois povos: sérvios e croatas e, o que é importante pontuar, faziam parte da mesma nação, a extinta Iugoslávia. A autora, ao trazer esse fio condutor para a análise, busca refletir sobre o que constrói a Identidade e pontua sua relação com a diferença. “A identidade é assim marcada pela diferença”: nós x eles (WOODWARD, 2014, p. 9).

Também merece ser destacado que, segundo Woodward (2014), a identidade necessita ser conceitualizada e dimensionada. Um rastro complexo percorre estudos sobre identidade porque a partir dela se constituíram mecanismos de organizações sociais que perduram até hoje. Entre as dimensões que transitam pela órbita identitária nos interessa relacionar a identidade com as condições sociais e materiais. Para Woodward (2014, p. 14),

A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido às práticas e relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais.

Pensando nessa diferença que no texto parte de um contexto de guerra civil e militar, entendemos poder ampliar os horizontes de análise sem anacronismos e destacar essa diferença no contexto da sociedade brasileira. Esse contexto brasileiro, que teoricamente é balizado em uma Constituição considerada como cidadã por ampliar direitos de igualdade à pluralidade cultural que compõem a população brasileira, na sua prática, se estende para uma zona de guerra carregada de violência física e simbólica, em uma prática de exclusão social que não somente se distancia, como marginaliza o “Outro”.

Em um recorte espacial, porque Capão Redondo está localizado na região sudeste brasileira, destacamos estes lugares: Brasil – São Paulo – Centro – Periferia para compreender o desconforto de Rael ao se afastar do seu lugar, Capão, para o lugar do “Outro”, o centro.

As imagens que, junto com os depoimentos, constroem o documentário *A ponte*, dirigido por Roberto Oliveira, são, também, do Capão Redondo, local de nascimento de Ferréz e onde se passa o romance analisado. O documentário emerge a partir de diferentes fontes históricas, vozes de dentro e vozes de fora. A ponte, que também é metaforizada no documentário porque segrega, distancia, amedronta e repudia, é capaz de ilustrar as questões identitárias latentes no cotidiano urbano entre espaços periféricos x centro.

Nessa produção artística, diferentes vozes compartilham a história desses espaços periféricos, e entre elas destacamos o depoimento de Dagmar Garroux, conhecida como “Tia Dag”, psicopedagoga e idealizadora da “Casa do Zezinho”,³³ que faz uma análise metafórica sobre a cidade de São Paulo ao comparar as segregações a partir das identidades nós x eles que ocorrem dentro da megalópole brasileira. Conforme expõe:

Essa ponte do rio Pinheiros virou um muro de Berlim gente, pra mim é isso. Agora, o meu jovem não pode atravessar porque tá agora cada vez mais rotulado como bandido e os que tão lá também não querem vir pra cá porque tem muito a somar, muito a ensinar também e a aprender também. (A PONTE, 2006).

Também sobre essa segregação, o *rapper* Mano Brown destaca: “É mais louco que o muro né, o muro de Berlim dividia a Alemanha oriental da ocidental né, e o rio Pinheiros divide o pobre do rico (A PONTE, 2006).

A experiência compartilhada pelo poder da oralidade se transforma num documento riquíssimo para compreensão desse abismo social entre o pobre e o rico e, por extensão, a

³³ Fundada em 1994, na cidade de São Paulo. Para mais informações, consultar: <https://www.geledes.org.br/a-ponte-documentario-sobre-a-periferia-de-sao-paulo-com-mano-brown-e-dagmar-garroux/>. Acesso em: 8 jun. 2020.

compreensão do desconforto de Rael em “atravessar essa ponte”. Ele sabe que lá encontrará o que Dagmar e Mano Brown denunciam: a segregação social. Lá, no lugar do Outro, Rael é “bandido” e ele tem consciência dessa marca identitária que os periféricos receberam socialmente:

Chegando ao mercado do seu Halim, o pão-duro já o havia visto de longe e já estava contando o dinheiro para lhe dar. Rael se aproximou, e Halim nem o cumprimentou, só entregou o dinheiro e disse que o serviço de sua mãe estava lhe custando muito. Rael não respondeu nada, só guardou o dinheiro no bolso, disse obrigado e se retirou. Mas Halim notou algo em seu rosto, algo estranho; talvez por um momento Halim tenha visto nos olhos daquele simples menino periférico um sentimento de ódio puro e tenha sentido por algum instante que um dia o jogo iria virar. (FERRÉZ, 2016, p. 29).

Podemos identificar outro elemento interessante ao pensar a identidade enquanto uma diferença que causa estranhamento. Para Halim, Rael é um “simples menino periférico”, um sujeito indefinido dentro do território que está do outro lado da ponte. Estranhamento e medo foram sensações que Halim sentiu ao olhar Rael, antes somente um sujeito qualquer da periferia para em seguida uma possível ameaça de uma ordem que não fica explícita, mas existe. Mesmo sem responder para Halim, o que Rael provoca no centro é uma instabilidade; esse olhar parece denunciar a consciência crítica de Rael sobre as relações de dominação entre ricos e pobres, centro e periferia, desvelando, dessa maneira, um processo dinâmico de classes, em que o subalterno elabora a sociedade na qual ele está inserido e, por isso, “o jogo pode virar”.

Pensando nessa condição de Rael e Halim como representação social – periferia/pobre, centro/rico – dentro da cidade de São Paulo, podemos refletir sobre o lugar desse texto como fonte histórica. Quem está nos contando sobre Rael e Halim parte de onde e para qual horizonte?

Partiremos de um texto extraído da obra *Pelo Sertão, o Brasil* (2016). O livro compila vários textos que têm como temática o sertão, e aqui nos parece relevante a temática sertaneja porque contempla análises sobre os marginalizados e migrantes descolados e deslocados dos seus lugares de origem para comporem uma grande maioria de moradores das periferias do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, a partir do processo de industrialização no Brasil.

O texto “É isto um nordestino? Representação, crítica e literatura”, de Lua Gill da Cruz (2016), discorre sobre o lugar do nordestino na representação literária e coloca em debate “o lugar de fala” e sua importância para a literatura. Sobre a representação e o nordestino, a escritora traz dois autores reconhecidamente canônicos, a saber, Clarice Lispector e Graciliano Ramos,

com suas obras *A hora da estrela* e *Vidas secas*, respectivamente, para pensar a dicotomia, a alteridade, a subjetividade, o “Eu” x o “Outro”. A partir do pensamento de Luiz Ruffato,³⁴ a autora do texto parte da premissa da literatura como compromisso social num país constituído a partir da negação do outro. Destaca o apagamento dos marginalizados pela história, não somente ou exclusivamente o apagamento pelo silenciamento de suas vozes, mas o apagamento pela narrativa de si por outras vozes.

Vejam os que a autora nos diz: “aqueles apagados pela história também o são na literatura” (CRUZ, 2016, p. 232). É sob essa perspectiva que a autora vai pensar o nordestino representado por Lispector e Graciliano Ramos, as questões de identidade, a função da literatura, mas, sobretudo, a importância da representação a partir da voz do subalterno, do marginalizado, conforme destacado pela autora.

O distanciamento e o estranhamento dos sujeitos periféricos são incorporados pelos meios de comunicação ao atribuir a violência distante do viés sintomático socialmente, ou seja, veiculando a violência de maneira sensacionalista e desconsiderando as problemáticas sociais históricas que compõem da história do Brasil. Ao pensar a violência nas grandes cidades brasileiras e a sua veiculação midiática, a antropóloga Alba Zaluar (1998, p. 247) problematiza os “enigmas da violência no Brasil” e uma das referências utilizadas para pensar essa violência está vinculada ao espaço midiático que, segundo a autora, transforma em mercadoria as notícias sobre a violência. Diagnosticando a violência real nas grandes metrópoles, dentro do mesmo texto, a antropóloga considera que:

Entre os habitantes da cidade, o medo que acompanha as explicações para as experiências concretas de violência tem seguido numerosas direções, conforme a natureza do fato noticiado com destaque pela imprensa falada, escrita e televisiva. Uma delas é a direção paroquial, mencionada acima (imagem da cidade deteriorada da qualidade de vida urbana), quando se culpa a presença do nordestino em São Paulo ou de pobres favelados e negros em outras capitais brasileiras [...]. (ZALUAR, 1998, 252).

A elaboração dessa direção paroquial destacada por Zaluar (1998) é compreendida por Rael, que entende que ao cruzar a ponte que o levará para o centro os olhares sobre ele estarão carregados de estranhamentos, julgamentos e medos. Naquele espaço geográfico do outro, Rael é o pecado que transforma “a utopia liberal da liberdade e da segurança” (ZALUAR, 1998, p. 252)

³⁴ O pensamento se refere à comunicação do autor durante sua participação na Feira do Livro de Frankfurt, no ano de 2013. Ele inicia sua comunicação perguntando ao público: “*o que significa ser escritor num país situado na periferia do mundo, um lugar onde o termo capitalismo selvagem definitivamente não é uma metáfora?*”.

na metrópole violenta e perigosa. Esses olhares podem ser compreendidos como os processos de tensão que impulsionam a violência institucionalizada a partir do medo que a “zona civilizada” tem da “zona selvagem”. No romance, a voz da “zona selvagem” vai narrar esses processos de tensão dentro de sua própria perspectiva. Ao destacar esse lugar de narração, o que *Capão pecado* nos entrega é outro olhar sobre a periferia e seus moradores. Quando o sentimento de estranhamento, medo e desprezo de Rael é evidenciado na narrativa, outra humanidade carregada de criticidade é trazida para essa classe social. Observemos:

Era constante o pensamento de que seu amigo Ratão estava certo, talvez se ele descolasse uma granada era só chegar no mercado do seu Halim e explodi-lo junto com toda a sua ganância, mas, como sempre, ele relevava e dizia a si mesmo ser loucura. Entregou o dinheiro para sua mãe, correu para o tanque, lavou o rosto como forma de desabafo, como se estivesse se lavando dos olhares daquelas pessoas hipócritas. (FERRÉZ, 2016, p. 19).

A voz que nos descreve as questões de identidade/exclusão, periferia e centro no romance é a voz da periferia, dos sujeitos subalternizados que não pertencem à classe social de Halim e entrega aos seus leitores e pesquisadores o olhar do lado de lá da ponte que separa o pobre do rico.

4.4 DO OUTRO LADO DA PONTE

Ao pensar a periferia no romance *Capão pecado*, somos remetidos a um paradoxo porque a ficção nos apresenta essa entidade composta por diferentes histórias e com desfechos que provocam o leitor a questionar se a periferia é somente um organismo contaminado pela violência e pobreza e, por consequência, o lugar do “fracasso” social e econômico. Ao entregar para o leitor diferentes personagens, na maioria jovens, com diferentes perspectivas de mundo, e ao desvelar cada indivíduo com seu passado, dores, medos e esperanças, o autor desconstrói a periferia como sendo única e revela a humanização dos moradores, desfilando cada indivíduo dentro de sua pluralidade. Essa composição da obra demonstra a importância de ocupar esse lugar de fala, o lugar interno, de dentro, das experiências compartilhadas desde a infância do autor e que reflete na descrição das suas personagens.

A obra não parece nos propor uma defesa da periferia contra o centro, mas uma possibilidade de refletir sobre a importância do conjunto da análise sobre essa “ponte” ou “muro”

que separa fisicamente e simbolicamente esses lugares ao propor personagens com diferentes perspectivas de mundo e ao demonstrar que não é um único elemento que vai influir no alcance dos projetos de cidadania. O texto nos entrega uma rede social complexa ao questionar os mecanismos reais e subjetivos de exclusão social e o acesso desde muito cedo desses jovens ao universo das drogas e da violência institucionalizada pelo Estado dentro desse espaço geográfico.

A criticidade social compõe todo o conjunto da obra: o Estado; a igreja; o universo do tráfico de drogas; a distância entre o discurso da universalização da educação, sua prática e suas consequências; as desestruturas familiares; a falta de oportunidades para a juventude periférica; a relação de estranhamento entre as diferentes classes sociais que são construídas de maneira pedagógica na obra e direciona o leitor a refletir sobre os baluartes conservadores que estruturam a sociedade brasileira.

Cada personagem nos leva para a periferia a partir de um olhar diferente. Ao pensar essas personagens dentro desse espaço, podemos elencar algumas temáticas sobre a história do Brasil. O autoritarismo, a violência, o processo de industrialização e urbanização, a migração interna e o processo secular de cidadania inconcluso são algumas questões sobre as quais as trajetórias das personagens da periferia nos permitem refletir. Ao pensar esse texto literário como uma possibilidade de fonte histórica, outro Brasil começa a ser desvelado a partir do lugar do marginal. Esse Brasil é a periferia composta de múltiplas leituras sociais que reivindica seus direitos porque conhece e (re)conhece que a democracia não é igual para todos.

As representações sobre a periferia são desenvolvidas no texto literário acompanhando, além do já exposto, o enredo do triângulo amoroso que envolve Paula, Matcheros e Rael. O narrador, ao destacar a vida efêmera de Rael, a personagem fio condutor do romance, expõe todas as suas relações sociais, sendo possível, dessa maneira, analisar as representações a partir de personagens que partilham suas vivências com Rael.

A infância de Rael é destacada rapidamente pelo narrador para identificar que desde pequeno a personagem já refletia sobre sua condição no mundo enquanto sujeito, apontando seus gostos que atravessam as classes urbanas com acesso à televisão: desenhos e programas que circulam na TV aberta, além dos seus medos e anseios ao mudar para um terreno da prefeitura localizado no Capão Redondo. O cenário de pobreza material e ausência intelectual do pai de Rael em uma data simbolicamente importante no Brasil, o Natal, anuncia ao leitor as condições materiais e emocionais às quais esses agentes sociais são expostos. Não existe ceia, nem

presentes, nem conforto, só o latido do cachorro anunciando a chegada do carteiro que entrega um cartão que tem como remetente a firma da qual o pai de Rael é funcionário. Observemos o trecho a seguir:

Mas Rael era muito curioso e não conseguia dormir. Algo o incomodava. Levantou-se lentamente, acendeu a luz, foi até a árvore, pegou o cartão e resolveu ler, pois quando seu pai olhava o cartão, só estava fingindo entender o escrito, pois tinha vergonha de dizer que era analfabeto. Rael leu o cartão: “Um Feliz Natal e que seja feliz você e toda a família, isso é o que nós da Metalco desejamos a todos os nossos funcionários Amor & Paz!” Rael continuou a observar o cartão, notou que atrás havia letrinhas minúsculas e, curioso, as leu. “Cartão comprado das associações beneficentes com efeito de abate no imposto de renda”. (FERRÉZ, 2016, p. 22).

Uma célula familiar de mãe solícita, um pai analfabeto e um filho sábio. Assim o narrador apresenta, no início do romance, a personagem que guia o leitor pela periferia Capão Redondo: “Era Rael sábio e entendeu aquilo. Era Zé Pedro humilde e dormia tranquilo”. (FERRÉZ, 2016, p. 22).

O que distingue Rael de Zé Pedro e da mãe? O narrador já destaca a sapiência do protagonista que lê o cartão da firma com criticidade e identifica nele a impessoalidade e o caráter econômico de sua existência. Rael é um indicador de que a criticidade também tem relação com a leitura, pois a personagem é um apreciador de livros. Nessa perspectiva, podemos pressupor que o romance intenciona cumprir uma função pedagógica distinta para os leitores, de acordo com o lugar em que se encontram.

O leitor morador da periferia encontra em Rael semelhanças de toda ou qualquer ordem. O romance o alerta que a leitura pode levar os sujeitos periféricos a compreender outros horizontes que perpassam seu lugar de subalternidade, ao identificar no cartão, por exemplo, o caráter de interesse econômico e lucrativo da empresa, muito embora na ordem do cartão apareça o oposto, a saber, a valorização do empregado.

Ao leitor que não é morador da periferia o romance também alerta que a leitura pode ampliar os horizontes de todo e qualquer sujeito, mas que somente ela não é determinante para a mudança social. Isso se constrói no triângulo amoroso no qual Rael se insere quando se apaixona pela personagem Paula, namorada de seu melhor amigo, Matcherros, e que é determinante para o desfecho trágico e efêmero de sua vida.

Retomando a construção pedagógica para a compreensão da ferramenta “literatura e leitura” e sua valoração, identificamos que no romance ela é companheira e mentora de Rael em

diferentes momentos dentro de sua vida. Ainda que o jovem mantenha um vínculo de afeto e amizade com diversos pares, nos seus momentos de conflitos, raiva, medo, tristeza, entre outros, é a literatura que aparece presente. Essa relação de Rael com a leitura levanta questionamentos por parte dos colegas e amigos que não alcançam a intensidade dessa relação e o que ela proporciona para Rael, que, durante todo o texto, oferece ao leitor uma perspectiva crítica sobre a sociedade.

A relação entre linguagem, conhecimento e poder fica evidenciada já nas primeiras páginas do livro, como anteriormente citado, quando o narrador destaca a leitura crítica de Rael sobre os fatos em oposição à condição de seu pai analfabeto. Em diferentes partes do romance, o livro e a leitura acompanham Rael como um aporte em sua estrutura emocional.

Nessa medida, podemos pensar a leitura como ferramenta de transformação social, não única, mas importante e necessária para que todos os grupos sociais possam estar inseridos dentro do processo de cidadania. Rael dialoga com o leitor sobre a periferia leitora e crítica de sua própria história, a periferia como organismo que elabora a sua construção histórica e cultural. Quando Rael entrega para o leitor essa periferia “politizada” parece-nos natural pensar sua trajetória como uma construção de sucesso, de que a educação por si só transforma a sociedade e oferece aos simpatizantes dela todas as oportunidades de transformação social, ainda que individual. E nesse ponto o autor oferece uma problemática complexa e riquíssima para refletir sobre a periferia. Rael finaliza sua trajetória de maneira trágica, ao encontrar a morte duas vezes, como autor e como receptor dela.

Uma reflexão sobre a importância e a necessidade de políticas públicas educacionais de qualidade em diferentes campos do conhecimento da periferia nos parece uma das leituras possíveis. Nesse sentido são o acesso e a permanência em uma educação de qualidade como uma das ferramentas de mudança social, que na narrativa é apagada porque demonstra que, na prática, existe uma incompatibilidade na medida em que esses jovens, de forma precoce, necessitam buscar fontes de renda. A personagem Rael dialoga com essa ambivalência durante toda a trajetória de vida, que é curta e efêmera. Para estar na escola, ele busca um trabalho; quando está inserido no mercado de trabalho, a escola é apagada naturalmente da narrativa sobre o seu cotidiano, em uma relação de oposição trabalho/ensino, muito embora a personagem mantenha um vínculo forte com a leitura.

Retomaremos aqui as questões de desigualdade social ao pensar em Rael, que vive com a mãe diarista e o pai analfabeto e alcoólatra. Sua prática leitora é evidenciada desde o início de sua trajetória no romance, assim como a elaboração que ele faz sobre as problemáticas sociais, de modo a construir conexões lógicas de causa e efeito nas práticas de violência e uso de drogas naquele espaço, que também permite que ele fique afastado do universo do álcool e das drogas, muito embora esteja próximo daqueles que o praticam.

Sua rotina se aproxima da rotina de um trabalhador e se afasta da rotina de um jovem que tem acesso a campos do conhecimento, denotando, dessa forma, o caráter desigual da sociedade brasileira. Acorda cedo para trabalhar durante todo o dia, chega em casa cansado, carrega a preocupação de ajudar com o seu salário a sua mãe, e o seu vínculo com a educação é restrito a leituras de histórias em quadrinhos, de faroestes, revistas, etc.

Quando escolhe construir uma família com sua colega de trabalho, Paula, o horizonte de perspectiva muda e o romance alcança rapidamente outra temporalidade. Ao descobrir que Paula e seu filho Ramon abandonam a casa, pela primeira vez no romance a leitura e a literatura não aparecem como elemento importante, e o uso do álcool e da violência ocupam o protagonismo na vida de Rael, antes inexistente, e a rápida consequência dessa escolha, que desemboca no assassinato do seu chefe, Oscar, homem com quem sua companheira escolheu ficar, muda radicalmente o seu destino, colocando-o dentro do presídio pelo crime de assassinato.

Durante todo o romance, Rael aparece como um jovem sensato, crítico e que oscila entre sentimentos de tristeza, alegria e racionalidade ao pensar sobre sua condição social precária como fruto de um sistema desigual. Nem por isso seus traumas e conflitos o designam para o universo das drogas e do crime, ao contrário, ao constituir um núcleo familiar, ele demonstra um caráter afetuoso, disciplinado, trabalhador, pai de família, com características socialmente aceitas e respeitadas.

Ao ser abandonado por essa mulher, ele busca refúgio na bebida, repetindo a conduta de seu pai, que durante toda a narrativa é destacada como algo doloroso e triste para a personagem. Ao repetir a sina do pai, Rael é demitido da empresa e propõe ao amigo e vizinho Burgos cometer um assalto dentro da metalúrgica onde trabalhava. O assalto, para Burgos, é de caráter financeiro, para Rael, moral.

Ele acaba preso porque é denunciado por uma vizinha que ouve os tiros e vê Rael com a arma. Sendo réu primário e tendo alcançado respeito dentro da prisão, ele sabe que logo a deixará

e poderá recomeçar sua vida, sempre pensando no seu filho Ramon. No entanto, ele acaba sendo assassinado porque representa um perigo iminente para Burgos, que permanece livre, mesmo tendo cometido o assalto.

O que nos interessa é abordar uma temática muito cara à história do Brasil: a desigualdade social e de acesso às políticas de cidadania. Desde o início do romance Rael dá indicativos de ser um jovem promissor. Com o desfecho de sua trajetória, o leitor é evocado a refletir sobre o investimento na educação brasileira e no processo de reinserção social. Todo o contexto da vida de Rael demonstra que o Estado negligenciou sua trajetória. O distanciamento da escola e de oportunidades de acesso a outros campos do conhecimento, a condição de miséria que impõe uma busca de trabalho e a proteção dentro do presídio são alguns dos fatores que corroboram para a existência efêmera da personagem.

Ao pensar sobre a desigualdade social, a historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2019) elenca diversas práticas que levaram o Brasil a perpetuar suas problemáticas sociais, e entre elas a educação se faz presente e ausente. “Educação nunca foi um direito de todos neste país de proporções continentais, passado escravocrata e estruturada concentração de renda” (SCHWARCZ, 2019, p. 133).

Analisando historicamente o processo educacional no Brasil, a mesma historiadora, ao elaborar um estudo linear do processo educacional no país, apresenta dados preocupantes:

São muitos os fatores que explicam a nossa desigualdade social, mas entre eles, as políticas educacionais continuam a funcionar como um importante gatilho de reprodução das desigualdades. Atualmente, três em cada dez crianças abandonam a escola, e dessas, quase a totalidade provém de áreas economicamente desfavorecidas. Isso sem contar que mais da metade dos alunos do terceiro ano do ensino fundamental apresenta nível insuficiente em leitura e matemática, e que as taxas de evasão escolar, no ensino médio, são da ordem de 11, 2%. (SCHWARCZ, 2019, p. 149).

Os dados apontados pela pesquisadora são problematizados (ficam evidentes) no romance. De todas as personagens que compõem o enredo, apenas Rael, Capachão e Cebola mantêm algum vínculo com a escola e/ou leitura. O primeiro fica evidenciado pelo gosto que nutre pela literatura, sendo que a escola aparece somente no início do romance ao justificar os motivos pelos quais Rael precisa trabalhar na padaria, sendo um deles a compra do material escolar. Depois disso, sua relação com o conhecimento é restringida somente à literatura.

Capachão busca no campo da educação alcançar a profissão de policial militar e Cebola estuda à noite porque durante o dia trabalha em uma rede de *fast-food*.

De acordo com Alba Zaluar (2007, p. 32),

sempre houve no Brasil um hiato entre os direitos formais, escritos na lei, e os realmente praticados. Desse modo, devem-se focalizar não apenas a letra da lei, mas principalmente os processos sociais, tais como as regras ou práticas implícitas das ações dos autores.

A antropóloga, ao colocar a questão da violência como uma das causas da inconclusão democrática no Brasil, pontua historicamente os projetos políticos brasileiros, em especial o período do regime militar, para indicar de que forma a corrupção nos espaços institucionais, o crime organizado e a impunidade cresceram com seus tentáculos, sufocando os espaços da democracia e os poderes políticos. Nesse contexto, podemos destacar as questões da violência nos espaços carcerários e do olhar da justiça e da sociedade sobre esse lugar como sendo um espaço homogêneo, em especial no que versa sobre a criminalidade e quem a comete, ou seja, a lógica da restrição da liberdade como punição, muito embora a lei resguarde o direito à ressocialização.

Para Zaluar (2007), as questões de ordem econômica são importantes para pensar as impunidades nos sistemas legais, mas a autora aponta que o crescimento do crime violento no Brasil tem relação com a precariedade e desigualdade do sistema de justiça. O conceito de “ilhas da impunidade” é utilizado pela antropóloga para pensar esses espaços institucionais que, na prática, funcionam a partir de “outros códigos” distanciados da constituição e das legislações penais brasileiras, e que pode ser evidenciado no romance com o assassinato de Rael, que é cometido por seu colega de cela.

Apontar os estudos de Zaluar (2007), que é uma referência nos estudos sobre violência no Brasil, demonstra o que os noticiários diariamente nos confirmam: a impunidade dos crimes que têm como vítimas sujeitos marginalizados é uma constante. Nas palavras da autora:

Ademais, o nível de impunidade existente no Brasil é certamente também um fator para o aumento das taxas de mortalidade entre os pequenos traficantes, visto que esses homicídios não são cuidadosamente examinados. Uma porcentagem incrivelmente elevada de homicídios não é objeto de inquérito policial e seus autores não são jamais identificados. (ZALUAR, 2007, p. 43).

Em um amanhecer qualquer, Rael se tornou uma estatística dentro do sistema prisional brasileiro ao ser assassinado por seu colega de cela. Com a morte de Rael, outras personagens

têm suas histórias encerradas em um ciclo de violência, demonstrando que o universo do crime organizado é uma estrutura baseada no que Zaluar (2007, p. 42) denominou de “etos de cinismo e descrença de valores morais, muito claros entre aqueles que optam pelas práticas criminosas de qualquer classe social”.

A partir de Rael, nos parece que o romance, de uma maneira pedagógica, almeja construir uma lógica de que a violência e o crime são dois segmentos indissociáveis e que não consideram nenhum valor que não seja a eficácia da estrutura. É por esse motivo que Rael, que durante todo o romance manteve uma conduta de distanciamento do furto, roubo, álcool e drogas, ao cometer um crime por “vingança”, após ser traído por seu chefe e sua companheira, não recebe a oportunidade de cumprir a pena conforme determina a lei, e mesmo sem “alcaguetar”³⁵ o amigo de infância, Burgos, tem sua morte encomendada por ele.

Ao pensar a periferia a partir da representação de Burgos, o texto nos conduz para algumas problemáticas em âmbito público e privado, tais como: o crime organizado e seus mantenedores, o uso da violência como moeda de troca e sobrevivência, o abandono parental e a constatação do vácuo da justiça nas instituições brasileiras. Burgos é a personagem de todos os abusos físicos e simbólicos, ao praticar os atos violentos e ao presenciar a violência praticada pelas instituições. Ele nutre desprezo pelo grupo social designado como “*playboys*”, convergindo com o olhar de Rael.

A composição dessa personagem se difere de Rael porque sua relação com a criminalidade é evidenciada do início ao fim do romance. Para Burgos, a violência enquanto linguagem constrói todo o seu cotidiano. Sua personagem é composta sem juízos de valores pelo autor do romance. A frieza de Burgos pode ser apreendida pelo leitor a partir do narrador, que relata todos os homicídios praticados por ele, evidenciando o prazer ou ainda o desprezo que a personagem sente ao observar seus companheiros de favela morrerem para que ele possa ficar com seus bens materiais. A história de Burgos também atravessa diversos capítulos do romance porque sua vida se entrecruza com personagens que irá assassinar. É a partir dessa personagem que a relação do Estado com o crime organizado é pontuada por diversas vezes, assim como a negligência do Estado em resgatar os corpos que Burgos “derruba”.

³⁵ Para mais informações sobre gírias, consultar: http://tmp.mpce.mp.br/orgaos/CAOCRIM/legislacao/grupogestordeunidades/girias_detentos.pdf. Acesso em: 6 jun. 2020.

A construção desse jovem vai ao encontro do que constata diversos teóricos que se debruçam sobre a estrutura do crime organizado, a cooptação de jovens dentro da periferia para exercer a função de “soldado do crime” e os mecanismos de dominação sobre esses jovens. O trabalho de Burgos é matar e roubar e sua relação estreita com o chefe do tráfico, um ex-policia, conduz o leitor a um universo de corrupção, negligência estatal e mortes violentas. O valor da vida na trajetória dessa personagem é a manutenção da sua própria vida e, para preservá-la, os vínculos de afeto são silenciados e apagados. Era conhecido pelos amigos como “sangue no olho”, e prestava serviço aos pequenos negócios que envolviam o tráfico de drogas, conhecidos como “bocas”. Observemos:

[...] as bocas não podem se dar ao luxo de ficar com prejuízo, porque senão os negócios despencam: é só um nóia saber que tal mano comprou na boca, não pagou, e nada aconteceu, que tá feito o boato que os chefes da boca não tão com nada. O respeito tem que prevalecer. (FERRÉZ, 2016, p. 39).

É a partir da ação de Burgos que outros jovens, seus amigos e de Rael, irão morrer, inclusive seu próprio irmão. Ao percorrer a trajetória dessa personagem, mais uma vez, de forma pedagógica, o narrador do romance alerta o leitor a partir das ações de Burgos sobre a perversidade do universo do crime das drogas. A elaboração mental de Burgos sobre os fatos e as relações com seus próximos na favela é racionalmente articulada dentro de uma perspectiva de sobrevivência e lucro, sem levar em consideração nenhuma relação de afeto ou respeito pelo outro. No início do romance, dois irmãos, amigos de Rael, retornam para Capão após uma temporada em uma outra periferia; Will e Dida circulam pelas vielas da favela visitando seus amigos, mas já estão marcados para morrer.

A relação capital nesse universo narrado tem grande peso porque a moeda de troca pode ser a vida e, dessa maneira, Burgos vai cobrar a dívida, após ser contratado para matar os irmãos. A narrativa da execução dos irmãos se torna mais angustiante na medida em que o pai deles é detido pela polícia e preso por engano, sem chance de defesa. Ao sair da prisão, encontra sua esposa morta e descobre que os filhos já haviam sido assassinados. Todos na periferia sabem quem cometeu os assassinatos, mas ninguém denuncia. Os crimes não parecem ser investigados, e as questões de violência entre os pares na favela parecem ficar na favela. Muito embora os moradores saibam quem cometeu os crimes, ele permanece impune.

Assim como os irmãos e dona Maria Bolonhesa, mães deles, Burgos ainda vai assassinar seu irmão, portador do vírus HIV. A morte na favela se incorpora ao cotidiano desses jovens

porque corpos são encontrados em espaços de lazer, corpos ficam abandonados durante horas nos espaços públicos. Os jovens morrem precocemente, assim como seus familiares, que por vezes são assinados para manter o silenciamento e/ou por dívidas adquiridas pelos filhos com o tráfico.

A conduta de Burgos está diretamente relacionada com a conduta do chefe do tráfico do *Capão pecado*, o Turcão. Esse sujeito, que aparece poucas vezes no romance, tem grande impacto na vida de Burgos e de suas vítimas. As dívidas que Burgos têm com Turcão estão ligadas à aquisição de armas pela personagem para cometer outros crimes. Junto com Turcão, convivem policiais da ativa que fazem parte dos negócios ilícitos do universo da criminalidade e do tráfico de drogas nesse espaço geográfico, como um tentáculo do Estado dentro do crime organizado.

Nas cenas que se desenvolvem com a presença de Turcão sempre estão presentes policiais, e as armas que Burgos adquire são oriundas da corporação. O fim trágico de Burgos, que se desenha logo após a morte de Rael, também tem relação com o ex-policial e chefe do tráfico. A semelhança na conduta de Burgos e Turcão fica evidente no romance: ambos estão inseridos no universo do tráfico de drogas e armas e toda a sorte de criminalidades que o cotidiano do crime organizado exige. Os cargos que ambos ocupam se distanciam hierarquicamente, mas as condutas do exercício da profissão se assemelham, demonstrando as fraturas das instituições brasileiras no combate ao crime.

Ao representar o universo do crime organizado, *Capão pecado* coloca duas faces da mesma moeda. O criminoso de dentro e o criminoso de fora. Burgos é um morador da periferia que, segundo nos conta o narrador, furta desde cedo e é punido desde sempre pelos próprios moradores. Sua infância repete a história de todas as personagens: oriundo de uma família desestruturada, condição financeira miserável, pai alcoólatra.

O ex-policial Turcão é a representação da corrupção corporativa policial. Ao mencionar a escolha da personagem em abandonar a corporação para assumir o tráfico de drogas no Capão e a aquisição das armas para venda e troca dentro da corporação, denuncia-se essa estrutura complexa do crime nesse espaço geográfico.

O teor pedagógico está em relatar as situações de envolvimento com o crime organizado e com o uso de drogas e seu resultado, ou seja, a causalidade entre o universo do crime e a morte de maneira violenta e precoce da juventude que se envolve com o crime. No percurso do romance, Burgos rapidamente incorpora um grande armamento e começa a ser perseguido pela

polícia. Após a sua captura, que foi possível por meio do uso de um mecanismo de tortura contra o seu amigo “China”, o narrador entrega ao leitor a conduta da polícia:

Os policiais, exercendo todo seu treinamento acadêmico, o levaram para o Guaraci e, depois que atiraram em sua cabeça, o jogaram no rio. Venderam as armas para Turcão e fizeram uma churrascada no fim de semana com todas as famílias reunidas na casa do tenente. Na hora da troca de presentes, o tenente lembrou-se de ter pego uma bolsa de tênis no carro de Burgos. Percebeu que seria certo dar para seu filho de apenas nove anos. O moleque adorou o presente, chegou em seu quarto, abriu a bolsa e guardou a H.K. debaixo do colchão. (FERRÉZ, 2016, p. 144).

Partimos da premissa de que, para além do debate sobre a conduta da polícia dentro da periferia, o narrador alerta ao seu leitor que a teia complexa que enreda o crime organizado tem como consequência para o jovem morador da periferia uma morte precoce, violenta e com a violação dos direitos humanos. No campo da pesquisa acadêmica sobre a violência, Zaluar (2007, p. 297) destaca que “na ótica dos próprios jovens, a quadrilha é uma ‘escola do crime’, um aprendizado do vício, uma engrenagem da qual não se consegue sair quando se quer”.

As relações entre periferia, crime organizado, violências institucionais e institucionalizadas não é uma problemática recente e apagada midiaticamente. Historiadores, sociólogos, jornalistas, educadores sociais, profissionais da área da educação e da área da saúde comunicam para a sociedade por diferentes campos ao publicizar as práticas violentas. Com a literatura não é diferente, sobretudo no movimento da literatura marginal produzida por escritores da periferia, ao ficcionalizar as diferentes realidades nesses espaços.

O que o narrador oferece ao leitor quando compartilha a trajetória de Burgos, com passagens de práticas violentas e de caráter utilitarista – mecanismos necessários para que a personagem possa alcançar o seu fim, que é a sobrevivência no universo do crime – desvela o que Zaluar (2007) destaca sobre a escola do crime e o que o romance pedagogicamente demonstra de forma fatiada a cada capítulo, que nessa escola não existe nenhum juízo de valor moral. Os corpos executados compõem a prática cotidiana do exercício da profissão de todos os envolvidos, a violência, justificando a execução dos corpos.

Burgos é a favela midiática. A periferia das estatísticas. A periferia exótica que deve estar do outro lado da ponte.

Nos dias que seguiram à morte de Dida, quase ninguém estava saindo depois de escurecer, pois todos sabiam que o próximo a morrer era Will, a não ser que alguém matasse Burgos primeiro. Geovás, Ratinho, Jacaré e China jogavam bilhar no bar do Joaquim e demonstraram espanto quando viram Will andando

sossegado na rua de baixo, indo em direção à Cohab do Jânio. Os quatro riram quando viram Burgos passando logo em seguida, vindo como um demônio, bem na moralzinha, atrás de Will. Não esperaram para saber o que ia acontecer, largaram os tacos, pagaram a ficha a Joaquim, avisaram para ele fechar o bar e cada um foi para sua casa. Alguns minutos depois, muitas pessoas já estavam em volta de Will, que estava com um ferimento na cabeça e ainda tremia; dona Maria Bolonhesa correu logo que soube do acontecido, abaixou-se, abraçou o filho fatalmente baleado e chorou, chorou, chorou... (FERRÉZ, 2016, p. 44).

Nesse trecho, o narrador oferece ao leitor uma reflexão sobre os corpos periféricos e, por conseguinte, a vida dos moradores das favelas. Explícita, também, o exercício da profissão de Burgos, ao executar o seu amigo Will pela dívida que ele tem com o tráfico de drogas.

A morte precoce em decorrência do universo das drogas também não é uma abordagem nova na história do Brasil e, dentro de um contexto histórico, a configuração das ilicitudes nesses espaços geográficos convergindo com a miserabilidade contribui para sua perpetuação. Os dados disponibilizados pelos órgãos de imprensa³⁶ e governamentais referenciam as abordagens que o romance promove sobre as mortes violentas na periferia:

Nos dias que se seguiram à morte de Dida, quase ninguém estava saindo depois de escurecer, pois todos sabiam que o próximo a morrer era Will (irmão de Dida), a não ser que alguém matasse Burgos primeiro. (FERRÉZ, 2016, p. 44).

A representação de Burgos e Turcão no romance nos apresenta o crime organizado e sua prática na periferia. O crime organizado atende a uma lógica de mercado com o diferencial de que os produtos são de caráter ilegal e, também por isso, é uma das grandes problemáticas econômica e social de caráter globalizado.

Conceituar o crime organizado e sua estrutura não é uma tarefa fácil. Partes do romance já abordadas nos direcionam para a sua prática, mas o conceito é tão complexo quanto toda a estrutura basilar desse negócio que tem como finalidade o lucro. Diversos estudos sobre essa prática, seus tentáculos dentro das estruturas sociais e sua relação de causalidade com a violência são realizadas em múltiplas áreas do conhecimento, permitindo avaliar algumas de suas estruturas.

Utilizaremos as características identificadas por Guaracy Mingardi sobre os grupos criminosos porque entendemos que contemplam a representação do crime organizado na periferia a partir das personagens Burgos e Turcão. No artigo sobre “As peças e os mecanismos do crime

³⁶ G1. *Maioria das vítimas de assassinato é jovem e tem ligação com tráfico*. 21 jan. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2017/01/maioria-das-vitimas-de-assassinato-sao-jovens-e-tem-ligacao-com-trafico.html>. Acesso em: 8 jun. 2020.

organizado em sua atividade tráfico de drogas”, o professor Adriano Oliveira (2007) apresenta alguns pesquisadores que se debruçam sobre o crime organizado, incluindo a tese de doutoramento de Guaracy Mingardi, que identifica as ações dos grupos criminosos e suas características de organização. Segundo Oliveira (2007, p. 701),

para Mingardi, os grupos criminosos têm as seguintes características: prática de atividades ilícitas; atividade clandestina; hierarquia organizacional; previsão de lucros; divisão do trabalho; uso da violência; simbiose com o Estado; mercadorias ilícitas; planejamento empresarial; uso da intimidação; venda de serviços ilícitos; relação clientelista; presença da lei do silêncio; monopólio da violência e controle territorial.

Os crimes atribuídos a Burgos estão diretamente relacionados com a lógica da clandestinidade, lei do silêncio e monopólio da violência por meio da prestação de serviços que essa mão de obra oriunda da periferia presta para as esferas desse crime organizado, incluindo o ex-policia Turcão, detentor de uma boca de fumo. Ao criminoso Burgos, além da execução por encomenda, da queima de arquivo, pode ser atribuído também um tribunal moral, quando ele decide aniquilar a vida do irmão em decorrência da contaminação desse pelo vírus do HIV.

O médico Drauzio Varella, nos livros *Estação Carandiru* (1999), *Carcereiros* (2012) e *Prisioneiras* (2017), destaca o papel social de sua trilogia ao afirmar: “sempre estive consciente de que seu mérito foi levar para fora das muralhas a vida que pulsava naquele microcosmos” (VARELA, 2017, p. 8). Nas suas descrições sobre o sistema carcerário a partir de suas experiências como profissional de saúde, as relações entre o crime organizado, o sistema carcerário e os moradores das periferias ficam evidentes. Isso porque o autor descreve algumas histórias individuais de prisioneiras a partir de suas memórias no envolvimento com drogas, furtos, roubos e participação no crime organizado, em linhas gerais com indivíduos pertencentes a uma hierarquia baixa na divisão do trabalho da estrutura do crime organizado.

Outra possível leitura da periferia a partir das personagens é do jovem Mariano, conhecido como Capachão, que nos apresenta outra periferia. Apesar das problemáticas sociais de abandono parental e situação de miserabilidade às quais Capachão foi exposto, sua trajetória na narrativa é constituída pelo desejo de tornar-se um policial. Ele acompanha seus colegas nas vielas da periferia, no entanto, se mantém distanciado do crime e do uso de drogas. O desejo de alcançar outro modelo de vida acompanha o jovem do início ao fim do texto literário. Sua trajetória de vida é destacada pelo narrador a partir do abuso maternal, do abandono parental, da

vivência nas ruas, do acolhimento na casa dos amigos, da aprovação na academia policial e, após sua entrada para a corporação, a situação de acompanhar os abusos policiais na periferia.

Mariano apresenta ao leitor um conhecimento das condutas morais na periferia ao permanecer nesse espaço, conviver com o universo do crime e concomitantemente se preparar para fazer parte da corporação policial. Acerca das condições materiais e de ordem moral sobre Capachão, o narrador destaca:

As tábuas do barraco já estavam tão apodrecidas que um leve toque as perfuraria, era só alguém querer que dava pra invadir numa boa; porém o respeito na quebrada sempre prevalece para aqueles que sabem se impor na humildade, e foi isso que Capachão procurou fazer desde o primeiro dia em que tinha mudado para o Jangadeiro. Ele ia aos bares, pagava cerveja para os malandros mais velhos, doces para seus filhos, jogava taco com as crianças e não demorou a pegar a consideração de todos por ali. (FERREZ, 2016, p. 35).

As relações entre os jovens na periferia representada na ficção conduzem o leitor em diferentes momentos a refletir sobre a pluralidade desse lugar e a complexidade ao pensar os espaços periféricos e o cotidiano dos seus moradores. Diversos jovens têm suas trajetórias destacadas no texto literário a partir dos seus vínculos com a personagem Rael. Nesse grande grupo, há jovens que se envolvem no universo do crime, outros que transitam por ele sem causar grandes mazelas para si, e há aqueles que se distanciam, mas, sobretudo, todos eles têm um viés pedagógico na medida em que trazem para o leitor uma possibilidade de compreensão sobre a juventude pobre e marginalizada do Brasil como heterogênea, além de destacar a importância da leitura para a compreensão de mundo.

Para além dessas compreensões, podemos pensar que o romance nos entrega um enredo riquíssimo para pensar as políticas públicas em um contexto de desigualdade social e as construções históricas que permeiam os grupos sociais que têm suas vozes apagadas pelas estatísticas da criminalidade. O romance entrega a perpetuação dessa miserabilidade dentro da favela como um processo de cidadania inacabado na história do Brasil.

O texto literário é costurado de maneira a provocar o leitor sobre a miséria que perpassa as questões de ordem material. A solidão, a migração interna para a metrópole e a solidão, o analfabetismo, a violência, a desigualdade social, a busca pela sobrevivência a cada dia, os núcleos familiares desconstruídos pelo uso do álcool e de drogas apresentam outra juventude brasileira, outros formatos de família e desvelam precariedades geográficas, físicas, emocionais e econômicas de um Brasil desigual.

O texto ficcional *Capão pecado* pode nos ampliar o olhar sobre a periferia e o alcance da cidadania enquanto direitos balizados na democracia brasileira. Alguns autores do campo da antropologia, da história e da sociologia corroboram as perspectivas que o romance pode oferecer no campo de análise. A continuidade de uma desigualdade social no Estado brasileiro tem raízes históricas e diferentes fontes vêm desvelando leituras mais localizadas sobre a prática dessas desigualdades sociais em diferentes espaços. A riqueza desse texto literário ao oferecer múltiplas análises sobre o cotidiano da periferia possibilita problematizar feridas não cicatrizadas que nos acompanham há décadas. “Na realidade, e venho dizendo isso há mais de vinte anos, a grande questão social, econômica e política do Brasil é a existência continuada dessa ralé de novos escravos. Nenhuma outra questão é mais importante e nada singulariza o Brasil mais do que ela” (SOUZA, 2017, p. 105).

5 CONCLUSÃO

Nosso *corpus* de análise, o romance *Capão pecado*, de Ferréz, muito embora já tenha sido objeto de diferentes pesquisas e artigos acadêmicos, permanece sendo uma leitura carregada de complexidades que não se esgotam nessa pesquisa. Este estudo foi norteado pela interdisciplinaridade e teve como fio condutor a Literatura e a História, orientadas por correntes teóricas que defendem ser a Literatura uma fonte histórica que nos permite analisar as representações sociais conduzida por métodos científicos.

Alguns movimentos no campo dos saberes possibilitaram o desenvolvimento dessa pesquisa. A virada epistemológica que aproxima a objetividade da subjetividade nas ciências sociais e o movimento da literatura marginal produzida por escritores da periferia incentivam uma análise das representações sociais e do percurso da história social do Brasil a partir das manifestações de quem participa e protagoniza essa história, a saber, os sujeitos periféricos.

Elementos do romance o identificam em um recorte temporal histórico da segunda metade do século XX. No entanto, o texto nos possibilita refletir e analisar o processo de construção de cidadania no Brasil desde o período da pós-abolição, validando a riqueza da Literatura para as ciências sociais e humanas.

Como já pontuado no decorrer da pesquisa, o encontro entre a Literatura e a História percorre uma longa trajetória, sobretudo as literaturas consideradas pela crítica como canônicas, porque suas narrativas permitem ao pesquisador identificar elementos sobre a sociedade daquele tempo, sem perder de vista as relações de causalidade nos percursos históricos das sociedades.

E nesse mesmo percurso nossa pesquisa foi direcionada porque *Capão pecado* é considerado um marco no movimento da literatura marginal produzida por escritores da periferia. Esse movimento, incluindo *Capão pecado*, movimentou os sistemas para além do sistema literário. O alcance do romance de Ferréz levou a periferia para além das mídias alternativas com participação em programas culturais, jornais de grande circulação, críticas literárias, artigos e pesquisas acadêmicas, circulação por editoras e livrarias, ocupando diversos espaços e reivindicando o protagonismo da periferia e o deslocamento do objeto para o sujeito.

Nossa pesquisa não pretendeu analisar esse movimento literário, mas ele não pode ser dissociado do *Capão pecado*, assim como Ferréz não deve ser dissociado do movimento. Da mesma forma que esse movimento da literatura marginal demarcou seu lugar na história da

literatura brasileira, as novas correntes historiográficas demarcaram outras perspectivas de investigação das ações dos homens no tempo, validando outras fontes, outras vozes, outros olhares sobre os indivíduos e os coletivos sociais.

A história foi movimentada pela literatura e a literatura foi movimentada pela história quando o trabalho investigativo do historiador encontrou na literatura outra voz que possibilitou ao pesquisador outras leituras sociais sobre um tempo. Assim, a literatura se tornou para a história outra possibilidade de compreensão das ações do homem no tempo e se apresentou e foi apresentada como uma fonte histórica.

Para estudar a literatura como fonte histórica, os pesquisadores devem partir de um outro lugar, abandonar o olhar cartesiano e positivista e se debruçar sobre outras epistemologias. Isso porque pensar a literatura como fonte, sendo ela ficção, se torna um desafio que, ainda hoje, é objeto de debate no campo acadêmico.

O desafio que marcou o percurso desta pesquisa foi identificar os elementos do romance capazes de estabelecer diálogos entre as fronteiras da Literatura e da História. Para tanto, um dos aportes importantes e necessários foi a força dos movimentos marginais e/ou marginalizados postulado nas narrativas de suas experiências e dos seus saberes validados pelo rigor de suas análises ao descolonizar o conhecimento e (re)conhecer a voz dos silenciados pela história oficial.

Durante a trajetória desta pesquisa acadêmica, dialogamos com teses e dissertações sobre a literatura marginal e seus precursores, além de diversos artigos científicos e programas disponibilizados nas mídias digitais com a participação de Ferréz e outros escritores do movimento. Desse modo, foi possível identificar que as produções literárias desses autores perpassam o campo cultural para atuar como movimento de militância cultural dentro da periferia e alcançam as suas e demais comunidades porque dialogam com as experiências coletivas desses agentes sociais, tornando-se uma premissa importante para a nossa análise sobre o romance *Capão pecado* como fonte histórica.

Buscamos refazer a trajetória da História enquanto ciência e as aproximações com a Literatura em um percurso temporal no primeiro capítulo, considerando correntes que marcaram as construções das identidades ocidentais. Considerando o percurso analisado, identificamos que a História percorreu por muito tempo suas análises balizadas em documentos considerados oficiais e que, portanto, foi uma ciência que legitimou a história dos grupos opressores em

detrimento dos grupos oprimidos. Ao valorizar as fontes documentais oficiais, História e política se constituíam como autoridades que descreviam os grandes eventos legitimando sujeitos como heróis e apagando camadas sociais do seu percurso historiográfico. Nesse contexto, a Literatura esteve presente narrando representações de outros agentes negligenciados pela ciência histórica, muito embora também tenha produzido narrativas para cristalizar discursos científicos que marginalizam e infantilizam o “Outro”.

Os caminhos percorridos pela História e pela crítica literária construíram métodos rigorosos e sistemáticos que contestaram a verdade do discurso dominante. Nessa perspectiva, a Literatura se sobrepõe trazendo à luz outras representações sociais, sobretudo com narrativas de costumes, paisagens e diálogos que entregaram outras possíveis verdades sobre as sociedades do seu tempo.

Muitos teóricos problematizaram as historiografias e as análises literárias de seus tempos, e por óbvio não alcançamos todas as análises que nos lembram que a ciência não é estática e que as verdades são falíveis no nosso percurso. Preconizamos historiadores que paulatinamente foram desconstruindo o positivismo e problematizando o marxismo, duas vertentes que por décadas ocuparam a historiografia brasileira e, por consequência, nossas histórias enquanto nação à medida que preconizamos críticos literários que convergiram para a mesma análise, ou seja, introduzindo a literatura em um campo de análise que lança para as ciências sociais e humanas uma nova configuração de conhecimento.

Sendo assim, a teoria literária e a ciência histórica transitaram por diferentes abordagens sobre o seu objeto. A virada epistemológica da ciência possibilitou ampliar as fontes históricas para além de análises positivistas e macroeconômicas. Da mesma forma, no campo dos estudos literários, as análises estruturalistas direcionadas para um único viés da obra foram ressignificadas.

Rompendo com o determinismo, a Literatura e a História possibilitam pensar o texto literário como a representação de um tempo, de uma sociedade, de um lugar, seja pela presença ou pela ausência dos agentes na trama. O *corpus* literário escolhido para a nossa pesquisa atravessa ainda outras áreas do conhecimento: antropologia, arte e sociologia enriqueceram nossa análise sobre a periferia representada no romance *Capão pecado*.

No segundo capítulo, analisamos um dos caminhos possíveis sobre as produções literárias marginais produzidas do Brasil. Para tanto, partimos de dois movimentos com aproximações pela

temática, mas com distanciamentos pelo lugar social dos escritores, a saber, o movimento da década de 1970 e o movimento a partir dos anos 2000.

A história do Brasil sempre apresentou problemáticas de desigualdades sociais e formação de cidadania, e essa temática não é novidade nas produções literárias brasileiras e nos campos diversos de pesquisa científica em todas as áreas do conhecimento. As vozes silenciadas sempre estiveram presentes na estrutura brasileira. Ao se debruçar sobre os processos judiciais, cartas, fotografias, diários de viagens, literatura, entre outras fontes, a voz que conta sobre o contexto de um tempo pertence a outros agentes, os detentores da leitura e da escrita. Os povos escravizados e seus descendentes, com raras exceções, nunca alcançaram uma condição de narrar a sua história.

Pensando o marginal enquanto categoria, identificamos nas décadas de 1960 e 1970 a literatura marginal que percorreu uma rota distinta da literatura marginal dos anos 2000. No percurso da pesquisa, encontramos mais distanciamentos do que aproximações, muito embora o termo marginal dessa literatura de Ferréz tenha sido cunhado também como identificação que o autor encontrou em alguns escritores desse período. O que nos pareceu, em uma primeira análise, uma dicotomia foi construindo sentido lógico no decorrer da pesquisa porque o contexto histórico é distinto, as condições sociais da maioria dos escritores marginais das décadas de 1960 e 1970 difere dos escritores marginais dos anos 2000 e, sobretudo, porque o movimento anunciado por Ferréz é cunhado pelo próprio escritor que modifica a conotação marginal numa virada semântica que vai marcar o movimento como resistência, ocupação de espaços culturais, produções de e sobre lugares e sujeitos marginais e/ou marginalizados.

A literatura marginal dos anos 2000, enquanto movimento, ocupa o protagonismo ao poetizar e ficcionalizar as problemáticas sociais do Brasil a partir da produção literária de escritores moradores da periferia que, junto com a oralidade do *rap*, com os saraus, com os projetos de inclusão cultural dentro dos espaços periféricos e com a criação de uma marca da própria periferia Capão Redondo, alcançou e ultrapassou os modelos existentes e reproduzidos na literatura brasileira, suscitando, dessa forma, novos olhares sobre a literatura e sobre a história social do Brasil.

As temáticas analisadas no último capítulo da dissertação, que se debruçou sobre a análise do texto literário e também dos paratextos, possibilitaram refletir sobre as diferentes periferias que o romance constrói. Em cada uma delas, a abordagem versa sobre os abismos sociais do Brasil e sobre questões urgentes a serem debatidas no país, como o alcance da cidadania e

direitos para todos os brasileiros. A relação violência/criminalidade/periferia está inter-relacionada durante todo o romance em uma construção ficcional que provoca uma reflexão social. Ao atravessar a vida de diferentes personagens e suas trajetórias no cotidiano periférico, as narrativas convergem com as pesquisas sobre a violência no Brasil, sobre as distribuições de renda, sobre a violência à qual os jovens periféricos são submetidos, as mortes precoces e violentas dentro desses espaços, enfim, ficcionalizam os abismos sociais que as estatísticas apontam sobre o Brasil, oferecendo outras representações sociais sobre a periferia para a historiografia brasileira.

Nosso interesse versou sobre elementos que identificaram a tríade centro, periferia e cidadania na história do Brasil moderno, muito embora alguns elementos analisados tenham nos levado a percorrer um Brasil menos distante e mais presente em suas práticas de silenciamento e marginalização dos sujeitos pobres. A ficção que possibilitou Ferréz atravessar a ponte que separa a margem do centro e circular pelo mercado editorial aproxima os seus leitores da complexidade do território denominado periferia.

Identificamos, no último percurso da análise, diversas periferias aproximadas pelo processo inacabado de cidadania brasileira. *Capão pecado* não é uma literatura de testemunho, mas oferece reflexões necessárias sobre a formação social do Brasil e a sua perpetuação no que tange à desigualdade social. À guisa de conclusão, é importante pontuar que para além da análise do texto literário, a pesquisa nos oferece uma reflexão pertinente sobre as mudanças que alcançaram a literatura com o início de muitas produções que ocupam um protagonismo ao falar sobre si. A raça, o gênero e as classes sociais populares entram em cena e demarcam seus espaços.

A obra de Ferréz foi um marco nesse movimento marginal ao apresentar para os leitores e toda a sociedade um outro Brasil com uma narrativa de quem nasceu e ainda vive na periferia Capão Redondo, em São Paulo. Ao escolhermos esse *corpus* literário para uma análise como fonte histórica, outros elementos foram considerados para além do texto, tais como o lugar de militância desse escritor, o alcance do movimento, a circulação desse texto literário, além das inúmeras análises de que o romance foi objeto.

Ao nos debruçarmos sobre a análise dos elementos internos do texto literário, foi possível identificar um cotidiano de efemeridade dos moradores jovens da periferia, que têm como horizonte de vida a sobrevivência e que, apesar dos traumas, medos, inseguranças e violências

aos quais são submetidos durante o percurso de suas vidas, resistem e problematizam suas experiências individuais e coletivas, resistem às mazelas sociais, constroem sonhos e planos para um futuro.

A complexidade desse texto literário não esgota as possibilidades de análise e estudos a partir de outros elementos no campo das ciências humanas e sociais. As hipóteses levantadas na pesquisa foram alcançadas com outros aportes teóricos que fundamentaram as representações analisadas no texto, ou seja, outras fontes possibilitaram comparar os elementos de *Capão pecado* e ampliar para outros Capões, ou seja, para outras periferias, atingindo, dessa forma, o objetivo de investigar o texto como fonte histórica.

REFERÊNCIAS

A PONTE. Direção: Roberto Oliveira. Produção: Instituto Rukha. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rs0mbQBddag&t=185s>. Acesso em: 20 maio 2020.

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABREU, Wagner Coriolano de. Relendo a marginalidade pela crítica de João Antônio. *Revista Antares*, Caxias do Sul, v. 6, n. 12, p. 127-139. jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/3179>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADORNO, Sergio. Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira. In: BOTELHO, André, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 554-565.

ATHAYDE, Celso. Periferia: favela, beco, viela (p.400-407). In: BOTELHO, André, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 400-407.

BARROS, José d'Assunção. História e literatura: novas relações para os novos tempos. *Revista de Artes e Humanidades*, n. 6, maio/out. 2010. Disponível em: https://www.revistacontemporaneos.com.br/n6/dossie2_historia.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*. São Paulo. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. *A Escola de Annales (1929-1989)*. São Paulo: UNESP, 1997.

BURKE, Peter. *O que é a História cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Martins, 1957.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5. ed. rev. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

CARVALHO, Jacques Elias de. Em tempos de maldito: Plínio Marcos nas quebradas do mundaréu. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. *Anais [...]*. Recife: Associação Nacional de História - ANPUH, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1554694151_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETO.pdf. Acesso em: 14 maio 2020.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CONFORTO, Marília. *O escravo de papel: o cotidiano da escravidão na literatura do século XIX*. Caxias do Sul: EDUCS, 2012.

CRUZ, Lua Gill da. “É isto um nordestino?”: representação, crítica e literatura. In: PEREIRA, Marcos Paulo Torres; LACHAT, Marcelo (org.). *Pelo Sertão, o Brasil*. 1. ed. Macapá: UNIFAP, 2016. v. 1. p. 230-253.

DUNKER, Christian; SOLANO, Esther; FERRÉZ. Comunicação e hegemonia cultura. *TV Boitempo*, 26 dez. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CGI6HtxKYSQ>. Acesso em: 24 jan. 2020.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano*. 2. ed. São Paulo: USP, 2014.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009. v. 1. p. 61-92.

FERRÉZ. A quebrada sou eu. [Entrevista concedida a Soraya Sugayama]. *Cândido – Jornal da Biblioteca Pública do Paraná*, [2015?]. Disponível em: <http://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Entrevista-Ferrez>. Acesso em: 3 set. 2019.

FERRÉZ. *Capão pecado*. São Paulo: Planeta, 2000.

FERRÉZ. *Capão pecado*. 2. ed. São Paulo: Objetiva, 2016.

FERRÉZ. Pensamentos de um “correria”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 out. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0810200708.htm>. Acesso em: 10 maio 2020.

FONSECA, Bruno. Na periferia de São Paulo, morte chega 20 anos mais cedo que em bairros ricos. *Agência Pública*, 5 nov. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/11/na-periferia-de-sao-paulo-morte-chega-20-anos-mais-cedo-que-em-bairros-ricos/>. Acesso em: 2 jun. 2020.

FREITAS, Maria Teresa de. *Literatura e História: o romance revolucionário de André Malraux*. São Paulo: Atual, 1986.

GASPAR. Antigamente quilombos, hoje periferia. In: FERRÉZ. *Capão pecado*. 2. ed. São Paulo: Objetiva, 2016.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

G1. *Maioria das vítimas de assassinato é jovem e tem ligação com tráfico*. 21 jan. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2017/01/maioria-das-vitimas-de-assassinato-sao-jovens-e-tem-ligacao-com-traffic.html>. Acesso em: 8 jun. 2020.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 2016.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960-1970*. Rio de Janeiro: Rocco, 1980.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Literatura marginal*. 2014. Disponível em: <https://nuhtaradahab.wordpress.com/loisa-buarque-de-hollanda-literatura-marginal/>. Acesso em: 21 maio 2019.

HUCK, Luciano. Pensamentos quase póstumos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º out. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0110200708.htm>. Acesso em: 10 maio 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEITE, Antonio Eleison. Marcos fundamentais da literatura periférica em São Paulo. *Revista Estudos Culturais*, v. 1, n. 1, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98368>. Acesso em: 10 maio 2020.

LIMA, Luís Costa. *História: ficção: literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Planeta, 2012. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-cidade-de-deus-paulo-lins-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/#tab-description>. Acesso em: 7 abr. 2020.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. *Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética*. Orientador: Mário César Lugarinho. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-13112013-100432/publico/2013_FernandaRodriguesDeMiranda_VCorr.pdf. Acesso em: 6 abr. 2020.

MOMIGLIANO, Arnaldo. História antiga e o antiquário. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 19-76, jul.2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/43194/30796>. Acesso em: 12 jun. 2020.

MORAES, Vaniucha. A construção do escritor João Antônio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, p. 681-700, set./dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862017000300681&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 mar. 2020.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. *Literatura marginal: os escritores da periferia entram em cena*. Orientador: Júlio Assis Simões. 2006. 210 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-03092007-133929/publico/TESE_ERICA_PECANHA_NASCIMENTO.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

OLIVEIRA, Adriano. As peças e os mecanismos do crime organizado em sua atividade tráfico de drogas. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 699-720, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000400003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 jun. 2020.

OLIVEIRA, Rejane Pivetta de; PELIZZARO, Tiago. Marginalidade e resistência em “Deus foi almoçar”, de Ferréz. *Revista Antares*, Caxias do Sul, v. 6, n. 12, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/3177>. Acesso em: 12 jun. 2020.

PEREIRA, Carlos Alberto M. *Retrato de época: poesia marginal*. Rio de Janeiro: Fundart, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PONGE, Robert. Crítica literária e ciência. In: FERREIRA, João Francisco. *Crítica literária em nossos dias e literatura marginal*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1981. p. 49-61.

REIS, José Carlos. *Nouvelle histoire e tempo histórico*. São Paulo: Ática, 1994.

REIS, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REYES, Alejandro. *Vozes dos porões: a literatura periférica/marginal do Brasil*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen, 2019.

ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *Roger Chartier: a força das representações: história e ficção*. Chapecó, SC: Argos, 2011.

RODRIGUES, Artur *et al.* Mapa da morte em SP vai da Suécia até o México: locais dos crimes se repetem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 out. 2017. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/mapa-da-morte/introducao/mapa-da-morte-em-sp-vai-da-suecia-ate-o-mexico-locais-dos-crimes-se-repetem.shtm>. Acesso em: 3 set. 2019.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. Recife: Cepe, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004. Acesso em: 9 jun. 2020.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. In: DALCASTAGNÈ, Regina; EBLE, Laeticia Jensen. *Literatura e exclusão*. Porto Alegre: ZOUK, 2017. p. 29-41.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras: ensaios*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p.39-62.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Rogério de Souza. *Cultura e violência*: autores, polêmicas e contribuições da literatura marginal. Orientador: Milton Lahuerta. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Araraquara, 2006. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/99002/silva_rs_me_arafcl.pdf;jsessionid=B566392AF17BC6147B43FCBD318CB95D?sequence=1. Acesso em: 12 maio 2020.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. São Paulo, Difel, 2007.

THOMAZ, Paulo C. Superfícies impróprias: Ferréz e a figuração da geografia metropolitana. In: AZEVEDO, Luciene; DALCASTAGNÈ, Regina. *Espaços possíveis na literatura brasileira contemporânea*. Porto Alegre: ZOUK, 2015. p.101-115.

VARELA, Drauzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-71.

X-9. Nas quebradas do mundaréu, Plínio Marcos um sonho de amor e liberdade! *Santos Carnaval*, 2008. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-JFm7ZZf_sQ. Acesso em: 2 ago. 2020.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-40142007000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 jun. 2020.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4. p. 245-318.

ZIBORDI, Marcos. Literatura marginal em revista. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 24, p. 69-88, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9006>. Acesso em: 28 abr. 2020.